

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



FRASES CURTAS, PENSAMENTO COMPLEXO:
Contribuições ao Estudo do Radiojornalismo Ambiental em uma Análise de Conteúdo do
Programa Sintonia da Terra

André Crespani

Porto Alegre
Junho de 2006

ANDRÉ CRESPANI

FRASES CURTAS, PENSAMENTO COMPLEXO:
Contribuições ao Estudo do Radiojornalismo Ambiental em uma Análise de Conteúdo do
Programa Sintonia da Terra

Monografia de conclusão do curso de Comunicação Social –
habilitação em Jornalismo, apresentada para obtenção do
título de Bacharel em Jornalismo da Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientadora
Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre
Junho de 2006

Dedico esse trabalho à minha mãe. Graças a teus esforços pude seguir por caminhos melhores do que aqueles que me eram oferecidos. Essa conquista é tão tua quanto minha. Te amo, sempre.

AGRADECIMENTOS

Meu muito obrigado a todos que, de alguma forma, contribuíram para construção desta pesquisa. Aos amigos Gisele Neuls, Guta Teixeira, Thaís Teixeira da Silva e Roberto Villar Belmonte, que com seus depoimentos ajudaram a aprofundar meus conhecimentos e minha percepção de mundo. Para esse último, também, meus agradecimentos por sua participação na banca examinadora desse trabalho, contribuindo com suas observações para a melhoria da versão definitiva. Agradeço à minha namorada, Monique, pela ajuda na decupagem das entrevistas e, apesar das turbulências, pela compreensão, apoio e paciência; sobretudo, agradeço pelo amor que ela me dá todos os dias. Também agradeço à minha querida cunhada, Michelle, por ter imprimido o trabalho, me economizado alguns trocados. Meus agradecimentos sinceros à professora Sandra de Deus, não apenas pela contribuição nessa empreitada, mas também por todos ensinamentos e oportunidades que me proporcionou ao longo dos anos de faculdade. Agradeço enormemente à minha orientadora, professora Ilza Girardi, por ter me mostrado os caminhos e me dado a liberdade sem a qual eu não poderia executar essa tarefa.

Reforço aqui meu reconhecimento e gratidão à professora Ana Dalla Zen, que com sua sensibilidade soube valorizar e contribuir definitivamente para as melhorias nesse trabalho. Agradeço ainda aos amigos e familiares que me deram apoio e principalmente à minha mãe pelo amor e confiança.

Agradeço a Jeová Deus. Não fosse a vida que me deste e toda a beleza e complexidade com a qual me circundaste, esse trabalho não teria razão de existir. Obrigado.

*Cai a noite, acende a luz
Sua vida se reduz a TV
Que é a única amiga que você tem
Elétrico sustentáculo de um mundo
Capitalista imundo
Patético espetáculo absurdo
Onde o sentimento vale
Aquilo que você possui*

*Lá fora escurece
Aqui dentro não percebe
O escuro é bem maior em você
Tem luz artificial
Como a vida é artificial na cidade
Nossa relação: de produção
Nossa ilusão de sociedade*

(Sangue e Metal – Déo Crespani e banda Metraglia)

RESUMO

Este trabalho é uma análise de conteúdo do Sintonia da Terra, programa radiojornalístico voltado para o meio ambiente veiculado pela Rádio da Universidade do Rio Grande do Sul. A pesquisa tem como aporte teórico as teorias do ambientalismo, jornalismo ambiental e radiojornalismo, com uma síntese de elementos fundamentais a essas três áreas de teorização. O trabalho apresenta também uma discussão sobre diferenças entre emissoras de radiodifusão pública e privada, e uma reconstrução histórica da existência do Sintonia da Terra. Na análise, procurou-se observar a eficiência do programa em traduzir a complexidade e profundidade dos temas ambientais para a linguagem radiofônica. Para tanto, a observação se deu sobre quatro edições, que representam a linha cronológica e as diferentes fases do programa. Foi possível apontar erros e acertos em seu percurso e, sobretudo, propor soluções para a comunicação ambiental em rádio.

Palavras-chave: Factual, Complexidade, Visão sistêmica, Radiojornalismo, Jornalismo ambiental

SUMÁRIO

PREÂMBULO	08
1 INTRODUÇÃO	10
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	12
3 PRECEITOS DO AMBIENTALISMO	18
3.1 Nossa herança	19
3.1.1 A Exacerbada Crença na Ciência	20
3.1.2 Reencontrando a Natureza	21
3.1.3 Modelos Ultrapassados	22
3.1.4 O Paradigma Emergente	23
3.2 Definindo conceitos	24
3.2.1 Visão Sistêmica, Holismo, Complexidade	25
3.2.2 Transdisciplinariedade, Transversalidade; Ecologia Rasa e Profunda; Sustentabilidade	27
3.3 Olhos no futuro	30
4 DISCUTINDO JORNALISMO AMBIENTAL	34
4.1 Reformulando as redações	38
4.2 Ação e informação	41
4.3 Especializar . Ou não?	44
4.4 Um consenso e uma polêmica	47
4.5 Finalmente	51
5 FALANDO NA LINGUAGEM DO RÁDIO	54
5.1 Influências externas: os modelos de radiodifusão	55
5.2 Influências internas: forma e conteúdo	57

5.3 Radiojornalismo literário: uma solução.....	63
6 RADIOJORNALISMO AMBIENTAL NA PRÁTICA.....	66
7 ANALISANDO O SINTONIA DA TERRA.....	76
7.1 Programa do dia 01 de agosto de 2003.....	77
7.2 Programa do dia 26 de setembro de 2003.....	88
7.3 Programa do dia 16 de janeiro de 2004.....	99
7.4 Programa do dia 24 de março de 2006.....	111
8 CONCLUSÃO.....	123
POSFÁCIO.....	128
REFERÊNCIAS.....	130
ANEXOS.....	134

PREÂMBULO

Como pode o raso conter o profundo? É possível contextualizar através do efêmero? Pode o factual abarcar em si o holístico? O trabalho que aqui se inicia resulta das inquietações que essas perguntas provocaram na mente e no coração de um futuro jornalista, envolvido por duas forças que pareciam andar em sentidos opostos. É fruto do confronto dessas duas paixões: de um lado, o ambientalismo – pregando preceitos como a visão sistêmica de mundo e a interdependência de todas as coisas; do outro, o radiojornalismo, defendendo a brevidade, a novidade, e sempre prezando pelo imediatismo.

A simpatia pela questão ambiental talvez venha da infância, dos álbuns de figurinhas e livros sobre fauna, dos repetidos cascudos que levava do pai por insistentemente devolver à água os peixes que ele pescava. O encontro com a causa, entretanto, certamente deu-se mais tarde, quando, já em tempos de faculdade, o jornalista foi seduzido pelo romantismo e idealismo e tornou-se voluntário e depois ativista do Greenpeace.

Coincidentemente, nesse período, então já cursando jornalismo, o estudante foi por pura sorte parar nas competentes mãos da professora Sandra de Deus, na Rádio da Universidade. À procura de um estágio qualquer que pudesse lhe garantir alguns trocados no bolso, na mais absoluta cara-de-pau foi checar uma vaga que a rádio oferecia para alunos de Relações Públicas e acabou contratado. Ali iniciou seu contato com o rádio.

Naquele espaço aprendeu lições importantíssimas para a profissão: procedimentos técnicos como brevidade, uso de frases curtas, busca constante pelo presente; conceitos teóricos como efemeridade e instantaneidade da informação ou o alcance inigualável do veículo. Com a ajuda da equipe que o acolheu, o estudante evoluiu pelas etapas de produção, redação, reportagem e pela adrenalina do “ao vivo”. Tornou-se um profundo conhecedor das particularidades do rádio.

Do outro lado, sua ligação com o ambientalismo também se aprofundou. Na própria ONG que integrava pode perceber que a teatralidade das ações era apenas uma pequena parcela do

processo, que envolvia também a mudança de consciência e o compromisso ético com a vida. Com muito prazer, fez parte da primeira turma de Jornalismo Ambiental do Brasil, ministrada ainda em caráter experimental e sob o nome de Laboratório de Pesquisa pela professora Ilza Girardi. Gostou tanto da experiência que repetiu a dose dois anos depois. Dessas convivências, aprendeu sobre a necessidade de enxergar a conexão de todas as coisas da vida, e a importância da função educadora que o jornalista tem quando trata das questões ambientais.

Surgia então a questão que impulsiona a investigação realizada nesse trabalho: como pode a singular linguagem radiofônica, com todas suas especificidades – que a levam por um caminho de valorização do factual e do novo – satisfazer às exigências inerentes às questões ambientais e contribuir para formação de cidadãos ambientalmente responsáveis? É na aventura de procurar algumas respostas a essa dúvida que embarcaremos agora, tendo de antemão a consciência de que nem todas serão encontradas, mas esperando que as páginas que seguem sirvam de ponto de partida para que outros trabalhos se desenvolvam sobre o tema.

1 INTRODUÇÃO

Em nossa pesquisa analisaremos um programa especializado em meio ambiente – cuja proposta é realizar a tarefa de levar os temas ambientais até o ouvinte sem permitir que percam sua complexidade – e verificaremos quais erros e acertos ele apresenta nesse processo. Nossa escolha foi pelo Sintonia da Terra, programa semanal, com cerca de uma hora de duração, veiculado pela Rádio da Universidade. Essa opção permitirá observarmos a influência de outras variáveis na produção da mensagem radiojornalística, como o fato de ser veiculado em uma emissora pública e não em uma emissora comercial.

Até onde alcança nosso conhecimento – e o da professora orientadora desse trabalho – não existe nenhuma pesquisa ou bibliografia que trate do tema radiojornalismo ambiental. Esse ineditismo é uma motivação que ainda mais excitação confere à jornada. Estaremos pisando em campo desconhecido, senão prática, ao menos teoricamente. Desconhecido e por isso mesmo muito fértil em oportunidades, pois do que nada se disse, tudo há a ser dito.

O capítulo dois apresenta os aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa, a fim de oferecer subsídios para que outros pesquisadores possam comprovar ou ampliar o estudo aqui iniciado. No restante, a estrutura desse trabalho parte do mais geral para o mais específico.

Começaremos por, no terceiro capítulo, abordar questões referentes ao paradigma ecológico, que emerge como uma nova compreensão de mundo em oposição ao mecanicismo e o cartesianismo, procurando também algumas definições conceituais. No capítulo seguinte, discutiremos a especialização ambiental no jornalismo, apresentando as premissas mestras à produção de um bom jornalismo ambiental. Lembramos que, em alguns casos, existem divergências de opiniões entre os teóricos do jornalismo ecológico e (quando julgarmos importante) procuraremos expor algumas delas, deixando que os autores discutam entre si, mas, naturalmente, não deixando de nos colocarmos em meio à discussão.

Os preceitos e recomendações para o jornalismo ambiental, presentes no quarto capítulo, são gerais e devem se aplicar à produção independentemente da mídia com a qual se trabalha. No capítulo cinco, porém, a proposta é adentrar mais ainda a discussão observando as características particulares do rádio. Em seu final, voltaremos nossa atenção a uma possível alternativa para captura, no veículo, da complexidade dos temas ambientais. Faremos, além disso, uma breve discussão sobre características e diferenças entre os modelos público e privado de radiodifusão.

A sexta etapa introduz alguns aspectos que envolvem o radiojornalismo ambiental. Faremos um rápido passeio, tanto histórico quanto prático, construído por intermédio das entrevistas realizadas com Gisele Neuls, Guta Teixeira e Roberto Villar Belmonte por e-mail e com Thaís Teixeira da Silva pessoalmente. Tomando o Sintonia da Terra por início, contaremos os altos e baixos do programa desde seu surgimento até o momento atual, usando exemplos concretos de praticantes do radiojornalismo ambiental como preparação para a análise que virá a seguir.

É no capítulo sete que se dá a análise do programa Sintonia da Terra, questionando os métodos que ele utiliza para atender às demandas singulares da informação ambiental, apontando erros e acertos e discutindo os temas nele apresentados. Por fim, no capítulo oito, expomos nossas conclusões, salientando alternativas apresentadas pelo próprio programa e propondo formas para melhor aproveitar sua utilização.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Como já se apresentou anteriormente, o objetivo deste trabalho é verificar se o programa Sintonia da Terra consegue, dentro da linguagem específica do radiojornalismo, abordar as questões relativas ao meio ambiente de forma satisfatória, atendendo à demanda de complexidade, profundidade, interdependência e contextualização que são fundamentais a uma visão ambientalista e sistêmica.

Para dar conta dos conceitos e atingir os objetivos propostos, optamos pela abordagem de pesquisa qualitativa, sob a forma de um estudo de caso. A escolha pela ênfase nos aspectos qualitativos foi a que se mostrou mais adequada aos objetivos da pesquisa, uma vez que: “[. . .] estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis [. . .] e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades de comportamento dos indivíduos” (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Nosso universo de pesquisa é constituído pelo programa Sintonia da Terra. Dentre as 13 edições às quais tivemos acesso, foi selecionada intencionalmente uma amostra de quatro programas, construída de forma a abranger as principais fases de sua existência. Como será visto no capítulo seis, se tomarmos como critério a identificação do apresentador do Programa, poderemos considerar que a história do Sintonia da Terra se divide em três momentos: o primeiro com apresentação de Guta Teixeira; o segundo sob tutela de Gisele Neuls; e o atual, com o comando de Thaís Teixeira da Silva. Assim, além da análise da primeira edição do Sintonia da Terra, selecionamos para pesquisa mais três programas, correspondentes ao período de cada uma de suas apresentadoras.

Com esse recorte pretendemos analisar as diferenças de linguagem e de eficiência na abordagem da visão ambientalista e sistêmica em cada uma das fases do Sintonia da Terra e,

também, na comparação da primeira edição com as demais, procurar indícios de evolução ou regresso na capacidade do programa em atender às demandas da comunicação ambiental.*

A técnica escolhida foi a análise de conteúdo, a qual Fonseca Júnior (2005) define como uma análise qualitativa de materiais. Ela permite que se discuta o conteúdo de uma mensagem buscando características que revelem sua qualidade e competência em satisfazer critérios pré-estabelecidos. Desse modo, em lugar de empregar tratamentos estatísticos e quantificação numérica dos dados, faremos uma leitura profunda e crítica de seus significados, ou seja, uma leitura qualitativa.

As categorias que orientam essa leitura serão, fundamentalmente, à adequação da mensagem à linguagem radiofônica e seu êxito em satisfazer aos critérios da complexidade inerente à informação ambiental. Todavia, apesar da ênfase nos aspectos qualitativos, neste trabalho faremos, também, a aplicação da técnica na abordagem quantitativa. Isso se dará ao quantificarmos o tempo dedicado em cada programa a músicas, entrevistas e notícias ou reportagens.

Em realidade, embora a técnica tenha sido muito utilizada em pesquisas quantitativas, que quase sempre se resumem a descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, Bauer (2002) lembra que cada vez mais atenção está sendo dada aos *tipos, qualidades e distinções* [grifo nosso] presentes no texto e evidenciadas pelo pesquisador. De certo modo, ela se constitui num vínculo entre o clássico formalismo da estatística e a análise qualitativa dos dados de pesquisa. E que, lembra o autor, trata-se de uma técnica híbrida que supera, de modo satisfatório, a improdutiva discussão entre qual das duas abordagens, quantitativa ou qualitativa, é a mais adequada.

Todavia, Fonseca Júnior (Op.cit.) lembra que, ao ser empregada em pesquisas qualitativas, ela está mais sujeita aos julgamentos pessoais do pesquisador. E, no processo de exame das mensagens, a subjetividade do investigador se faz ainda mais fortemente presente na

* A transcrição total dos programas encontra-se em Anexo.

formulação de inferências, que é considerada a etapa mais fértil da análise. Isso porque é nesse momento que o pesquisador formula suas conclusões a partir dos aspectos implícitos da mensagem, o que permite, portanto, uma maior carga de subjetividade à análise pretendida. A fim de evitar um viés no processo de análise, é importante que o pesquisador enuncie, com clareza, a finalidade ou o objetivo das inferências, e seu trabalho deve ser exposto de maneira tal que possa ser repetida por outros pesquisadores (FONSECA JÚNIOR, 2005; RICHARDSON, 1999).

Desenvolvida no campo das ciências sociais empíricas a fim de orientar a análise de textos, a aplicação da análise de conteúdo se mostra especialmente adequada à observação de conteúdos jornalísticos, uma vez que “os primeiros trabalhos que se referem ao rigor científico da análise datam do começo do século e utilizam material jornalístico” (RICHARDSON, 1999, p. 220), ou seja, “a introdução científica da técnica deu-se já nos meios de comunicação, mais especificamente nos estudos sobre o sensacionalismo na imprensa” (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 286).

Fonseca Júnior (Op.cit.) observa, ainda, que a análise de conteúdo foi considerada por longo tempo como quase sinônimo de análise de mensagens escritas. Mesmo as mensagens orais, dentre os quais menciona as emissões radiofônicas, eram analisadas sob a forma de transcrições escritas. Justifica-se, portanto, o emprego da análise de conteúdo em apreciação à mensagem radiofônica que aqui realizamos, uma vez que, “[. . .] a análise de conteúdo utiliza como material de estudo qualquer forma de comunicação, usualmente documentos escritos, como livros, periódicos, jornais, *mas também pode recorrer a outras formas de comunicação, como programas de radiodifusão, música e pintura*” (RICHARDSON, 1999, p. 85) [grifo nosso].

Dado nosso universo de pesquisa, definida nossa amostra e expostos nossos objetivos, nossa tarefa é confrontar os aspectos das questões chaves do ambientalismo apresentadas no capítulo três, com os princípios do jornalismo ambiental e do radiojornalismo explicitados nos capítulos quatro e cinco, respectivamente. O suporte teórico às reflexões feitas nesses capítulos é fruto dos conhecimentos adquiridos durante o processo de coleta de dados. Essa coleta, sempre

buscando a pluralidade que satisfaça as exigências da abordagem complexa, efetuou-se por meio de pesquisa bibliográfica, em vídeo e na internet.

Outra técnica de coleta de dados de fundamental importância ao longo de todo processo foi a da entrevista. Foram colhidos depoimentos das três apresentadoras do programa e do jornalista Roberto Villar Belmonte, todos entrevistados que já vivenciaram a experiência do jornalismo ambiental na prática. A interação e influência mútua que se dá quando se estabelece o diálogo aberto entre o entrevistador e o entrevistado serviu para enriquecer em muito nossos conhecimentos e ampliar largamente nossas possibilidades de conclusão sobre os temas abordados.

Utilizamos basicamente dois modelos de entrevista: o inquérito pessoal e o inquérito por correspondência. O primeiro, conforme Wollenhaupt (2004, p. 42):

“[. . .] é a técnica de coleta de dados mais largamente utilizada em pesquisa científica, pois com ele se obtém o maior número de informações possível do entrevistado, embora haja sempre uma caracterização da artificialidade da situação e possível influência do entrevistador sobre o entrevistado.

O inquérito por correspondência, em nosso trabalho, realizou-se por correspondência eletrônica (e-mail). Dentre suas vantagens, Wollenhaupt destaca a possibilidade de se atingir longo alcance em termos geográficos e de amplitude de amostra. No entanto, quanto às suas ressalvas observa que a técnica: “[. . .] exige que o instrumento de pesquisa a ser respondido seja claro e sintético para não suscitar dúvidas impossíveis de serem resolvidas” (WOLLENHAUPT, 2004, p. 43).

Sobre essas possíveis dúvidas, porém, cabe aqui ressaltarmos que não enfrentamos tal problema em nossa jornada. Todas as dúvidas foram dirimidas, uma vez que as fontes de entrevista, mesmo as abordadas por correspondência eletrônica, foram sempre extremamente zelosas e prestativas, deixando uma porta permanentemente aberta para o diálogo e a re-consulta.

Formou-se um vínculo de cooperação que só enobreceu nosso trabalho, e pelo qual nos mostramos enormemente agradecidos.

*Imitando alguns animais que urinam
em seu nicho para mostrar que é seu,
muitos homens marcam e sujam
cagando nos objetos que lhes pertencem
para mostrar que são seus.*

Michel Serres

3 PRECEITOS DO AMBIENTALISMO

O mundo alicerçado nas crenças que a humanidade cultivou nos últimos séculos está nos seus instantes finais. Não se trata aqui de fazermos um prognóstico catastrófico do fim da espécie humana; apenas de afirmarmos que o modelo insustentável de relação com o planeta torna-se mais do que nunca, além de insustentável, inviável, e exige uma mudança imediata. Essa não é uma mudança fácil de ser alcançada, visto que envolve “[. . .] idéias ou noções muito arraigadas em nossa sociedade, que recebemos como verdades absolutas e universais” (BACCHETTA, 2002)^{* **}.

Pensando historicamente a evolução e consolidação desse paradigma que precisa agora ser superado podemos vislumbrar a influência fundamental de dois personagens do século XVII: Isaac Newton – na física – e René Descartes – na filosofia. Ambos foram responsáveis, sobremaneira, pela substituição da compreensão orgânica da natureza por uma metáfora de mundo-máquina:

A divisão entre espírito e matéria levou à concepção do universo como um sistema mecânico que consiste em objetos separados, os quais, por sua vez, foram reduzidos a seus componentes materiais fundamentais cujas propriedades e interações, acredita-se determinam completamente todos os fenômenos naturais. Essa concepção cartesiana da natureza foi, além disso, estendida aos organismos vivos, considerados máquinas constituídas de peças separadas (CAPRA, 1982, p. 37).

Amparada ainda pela filosofia de Bacon, que utilizava o conhecimento como ferramenta para controlar e dominar a natureza, de lá para cá a humanidade deu início a um processo de degradação do ambiente sem limites, que hoje está chegando quase à exaustão. Os séculos XVIII e XIX foram palco da utilização da mecânica newtoniana com um enorme sucesso, que se consubstanciou num acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que vem sendo

* Tradução do autor.

** Documento eletrônico. As demais citações diretas que aparecerem a partir daqui sem a identificação da página em que se encontram, se constituem em documentos desse mesmo tipo.

acompanhado, passo a passo, com um afastamento cada vez maior do homem em relação à natureza.

3.1 Nossa herança

O homem criou, em sua evolução social, alguns mecanismos interessantes, pois só considera algo valioso, quando escasseia
Sebastião Pinheiro

A relação de respeito e dependência que as tribos primitivas das Américas tinham com a natureza, ou ainda o trato harmonioso e espiritual das milenares culturas orientais, foram considerados inválidos na formação do pensamento ocidental: “Na corrente principal de nossa cultura [. . .] foi negligenciado o cultivo da sabedoria intuitiva” (CAPRA, 1982, p. 39).

A crença seiscentista de que para compreender a natureza o homem deve dominá-la ainda é a base da relação humana com o mundo. Essa concepção ocidental espalhou-se com as conquistas marítimas e ficou como herança macabra dos colonizadores:

O colonizador trouxe consigo uma terrível doença mental contagiosa, até então desconhecida nestas paragens – a visão antropocêntrica do mundo, isto é, a dessacralização da Natureza, característica da cultura ocidental. A variedade desta doença mental que aqui se estabeleceu era das mais ferozes, era o rapinismo puro e simples, simplório (LUTZENBERGER, 2004, p. 88).

Em nossa sociedade a apologia ao consumismo e ao desperdício criou uma situação impraticável que, lembra Galeano (1999), conforme o relatório Bruntland, apresentado em 1987 à Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, se os países pobres tivessem condições para consumir tanto quanto consomem os países ricos, nós precisaríamos de dez planetas com recursos como o nosso para satisfazer a demanda.

A cultura ocidental, orientada para a dominação e pilhagem do meio ambiente, transformou o progresso numa evolução unilateral, baseada meramente na (ir)racionalidade humana. Estamos em um estágio alarmante, próximos à insanidade. Os aspectos espirituais e religiosos, éticos, humanitários, são relegados a um segundo plano, em favor da ciência e seus métodos. A interação entre os homens e o meio torna-se cada vez mais baseada na necessidade, mediada tecnologicamente, abrindo mão da subjetividade e espontaneidade em troca da objetividade e pragmatismo.

3.1.1 A Exacerbada Crença na Ciência

*Os riscos que enfrentamos se originam da lacuna
existente entre nossa capacidade tecnológica
e nosso entendimento dos sistemas
que sustentam a vida*
Trecho do livro *O Futuro Roubado*

O homem brinca, faz roleta russa com a própria existência: ora são os venenos que aplica diretamente sobre seu alimento; ora são os agentes químicos sintéticos. Mais recentemente, os transgênicos. A rápida evolução das capacidades científicas da humanidade, infelizmente não veio acompanhada num pacote com rápidos conhecimentos sobre os riscos e conseqüências dessas capacidades. Entretanto, frente a tal realidade, muitos cientistas acreditam que nossa sociedade precisa ser corajosa apesar das incertezas (COLBORN, 2002). Opiniões como essa são típicas do pensamento cientificista, o qual acredita que, cedo ou tarde, ciência e tecnologia irão encontrar soluções para toda e qualquer mazela, e por isso, justifica-se correr riscos:

Nossa cultura orgulha-se de ser científica; nossa época é apontada como a Era Científica. Ela é dominada pelo pensamento racional, e o conhecimento científico é freqüentemente considerado a única espécie aceitável de conhecimento. [. . .] Essa atitude, conhecida como cientificismo, é muito difundida, e impregna nosso sistema educacional e todas as outras instituições sociais e políticas (CAPRA, 1982, p. 36).

A autoridade científica influencia todos os meios e consegue até mesmo orientar políticas governamentais. Cabe aos governos e sociedades estarem atentos aos interesses e ideologias por traz das informações dos supostos especialistas. Colborn (op.cit) lembra que, a despeito de todos nossos avanços científicos, devemos ter em mente que a compreensão que temos sobre os sistemas vitais é ainda superficial.

Precisamos, portanto, zelar sempre pelo *princípio da precaução* e não pôr em risco o futuro de nossa espécie embarcando em experiências nas quais nós mesmos sejamos as cobaias.

3.1.2 Reencontrando a Natureza

*As empresas de maior êxito no mundo
são as que mais assassinam o mundo e os países
que lhe decidem o destino são os que
mais contribuem para aniquilá-lo.*
Eduardo Galeano

É necessário que voltemos nossos olhares para o interior de nós mesmos, em busca da re-
ligação com a natureza e com a ética solidária com a vida. A alienação do homem industrial
moderno com a Natureza, entre nós, atingiu seu clímax (LUTZENBERGER, 2004). As
conseqüências da pilhagem e exploração do meio ambiente levaram a uma relação que se
caracteriza muito mais pela competição do que pela cooperação:

Se até hoje muita beleza e harmonia sobram em algumas de nossas paisagens, em
regiões já desbravadas, se sobra muita selva mais ou menos intacta ou em recuperação,
isto certamente não foi intencional. Foi por incapacidade de destruição ou desleixo de
saque. Selva, Natureza intacta, entre nós, salvo raríssimas exceções, foram sempre
consideradas símbolo de atraso (LUTZENBERGER, 2004, p. 90).

Para que consigamos encontrar um modelo sustentável de existência, precisamos ver o mundo como parte de nós mesmos, e não como um quintal de recursos infinitos. Atualmente, continuamos retirando da natureza tudo que precisamos, sem dar-lhe tempo de reposição. Agindo dessa forma, esquecemos que estamos tornando a vida daqueles que nos sucederem menos possível do que tem sido a nossa. Lutzenberger (op.cit) sentencia que: “o que nos falta é a mentalidade para ver a beleza do nosso mundo. Somos cegos diante da Natureza” (p. 19). Nossas viseiras têm sido, há muito tempo, uma série de valores superados dos quais não conseguimos nos desvencilhar.

3.1.3 Modelos Ultrapassados

*Tão inesperadamente quanto Copérnico
ao nos ensinar que a Terra não era
o centro do Universo, a Ecologia nos ensina que a humanidade não é o centro
da vida em seu planeta*
Fernando Gabeira

A mudança na forma de pensar o mundo começa pela substituição de um modelo ultrapassado e limitado, baseado na física newtoniana e na filosofia cartesiana, por uma nova compreensão das relações entre e dentre os seres. No mundo em que vivemos, atualmente todos os fenômenos – biológicos, psicológicos, sociais e ambientais – são interdependentes. Para descrever esse planeta globalmente interligado precisamos de uma perspectiva ecológica que não nos é oferecida pela visão cartesiana. A própria física do século XX alcançou descobertas que mostraram que as “verdades” até então assimiladas eram insuficientes para explicar o mundo:

A física passou por várias revoluções conceituais que revelam claramente as limitações da visão de mundo mecanicista e levam a uma visão orgânica, ecológica [. . .] O universo deixou de ser visto como uma máquina, composta e uma profusão de objetos distintos, para apresentar-se agora como um todo harmonioso e indivisível, uma rede de relações dinâmicas que incluem o observador humano e sua consciência de um modo essencial (CAPRA, 1982, p. 44).

Essas novas verdades surgiram para abalar e transformar completamente as interpretações que a humanidade tinha até então para uma série de atitudes e posicionamentos diante do mundo. Tivemos de aceitar que somos apenas parte integrante de um todo que não está sob seu controle. Como consequência, muitos de nossos modos de relação com o meio tiveram de mudar, permitindo a eclosão de uma forma absolutamente nova e revolucionária de entender o papel da nossa espécie na natureza.

3.1.4 O Paradigma Emergente

*Precisamos, pois, de um novo 'paradigma'
– uma nova visão da realidade,
uma mudança fundamental em
nossos pensamentos, percepções e valores
Fritjof Capra*

A inovação na compreensão das relações físicas do universo e um crescente sentimento de insatisfação com as atrocidades resultantes da forma antropocêntrica de pensar são fundamentais para a emergência de um novo paradigma de relação com o mundo. Disso depende não apenas a preservação da natureza, mas nossa própria sobrevivência: “Sabe-se que a agressão humana aos ecossistemas é fruto do antropocentrismo que destrói as bases da vida de todos os seres que não são humanos, mas que atingirá também os humanos, posteriormente, num futuro não previsível” (CARNEIRO, 2003, p. 97).

O humano não pode negar sua origem e sua condição natural, e tem de lembrar constantemente que, tanto quanto qualquer outra forma de vida, está inserido no ecossistema e depende do seu bom funcionamento para viver bem:

O aprimoramento deste conhecimento é um processo educativo e evolutivo, de tal forma que a dimensão da natureza é a dimensão da Vida, embora muitos freios sociais impeçam essa realidade e ela, erroneamente, continue sendo mostrada ou ensinada antropocentricamente, nos moldes do Século XIV e XV, após os grandes descobrimentos,

como o novo exótico e bizarro, sempre de forma utilitária e não holística (PINHEIRO, 2005, p. 43).

O paradigma emergente, alicerçado em uma visão complexa do mundo, nos traz uma série de crenças, valores e posicionamentos que, sobretudo, se diferenciam dos modelos anteriores porque entendem que todas as coisas são fundamentais e estão interligadas. É essencial que compartilhem o conhecimento que esse novo paradigma nos oferece, e, para tanto, é preciso que compreendamos plenamente os conceitos com os quais estamos lidando.

3.2 Definindo conceitos

Visão sistêmica, pensamento holístico, sustentabilidade, complexidade, ecologia rasa e profunda; termos e mais termos. Nas incontáveis obras que pesquisamos para elaborar esse trabalho, tanto nas que figuram como referências ao final do volume, quanto nas tantas outras que acabaram servindo apenas como orientações, esses termos surgem e ressurgem, muitas vezes sem explicação ou sem o devido resgate de seu sentido.

Os autores contam com o prévio conhecimento por parte dos leitores, o que muitas vezes não se traduz na realidade. Com o objetivo de melhor conhecer para melhor vivenciar, satisfazemos com esse tópico uma necessidade – que devemos confessar, é também pessoal – de definição de conceitos.

Meramente para cumprir essa tarefa metodológica, dividiremos os conceitos analiticamente, para explicar as partes. Fazemos desde já, porém, a ressalva de que, na realidade, todos eles se entrecruzam, e seus significados muitas vezes dependem dos de outros para serem inteligíveis. Deixamos claro que, como era de se esperar em uma abordagem que preza pela complexidade, aceitamos a contradição e a interconexão de todas as coisas.

A contradição é um princípio que, dialeticamente, nos diz que tese e antítese existem tanto como síntese quanto como elementos individuais, num paradoxo no qual, ainda que estejam em oposição uma à outra, ambas podem estar corretas. A interconexão, por sua vez, nos mostra que não apenas no sentido absoluto de tese, antítese e síntese está sua compreensão, mas também no meio termo fértil que existe entre elas.

3.2.1 Visão Sistêmica, Holismo, Complexidade

Começemos por um dos mais importantes pilares da compreensão ecológica de mundo: a visão sistêmica. Aplicada ao pensamento ambiental, é ela que nos permite a compreensão de que cada atitude ou gesto que temos com relação ao nosso entorno desencadeia efeitos em uma escala cujos resultados não temos como prever. Isso porque, conforme Capra (1982), a concepção sistêmica enfatiza a relação e integração entre os elementos de um sistema, considerando um todo que não pode ser reduzido a unidades menores.

O conceito de visão sistêmica é uma aplicação da Teoria Geral dos Sistemas (BERTALANFFY, 1977), e surge em oposição ao pensamento analítico da filosofia criada por Descartes, cuja premissa era analisar, ou seja, dividir os fenômenos em partes, a fim de entender o todo a partir do conhecimento de cada uma delas. Em contrapartida um sistema, quando dissecado em elementos isolados – seja física ou teoricamente – perde suas propriedades. Ainda que possamos identificar partes individuais em qualquer sistema, o todo que o constitui é sempre diferente da simples soma de suas partes.

Sendo assim, para o pensamento sistêmico, é impossível conhecer o todo apenas pelo estudo das partes. É essencial a compreensão também das relações que se estabelecem entre elas, uma vez que tudo é parte de uma mesma totalidade.

Sem necessidade de apelar à fé, a física do século XX permitiu, cientificamente, explicar essa ligação entre todas as coisas. A Teoria da Relatividade, desenvolvida por Albert Einstein,

relacionou os conceitos de massa e energia e revolucionou a ciência e a compreensão do mundo. Segundo essa teoria, a aceleração da massa à velocidade da luz ao quadrado, faria com que a massa se transformasse em energia.

Biehl (2004) explica que a Teoria da Relatividade deu embasamento científico para a Teoria do *Big-bang*. Pelo raciocínio inverso ao desenvolvido por Einstein, parte da energia que estava concentrada, após a explosão, diminuiu sua velocidade transformando-se em matéria. Se matéria e a energia são a mesma coisa, apenas com velocidades diferentes, no momento da grande explosão, tudo o que conhecemos, inclusive nós, estava presente como uma forma única de energia. Daí surge a compreensão sistêmica do universo:

Tudo que existe no universo está interligado – plantas, animais, céu, estrelas, homens, mulheres – independente de nossa vontade. Todos fazem parte da mesma energia, desde o princípio. O conceito de tempo não existe para a energia, pois ela não aumenta nem diminui, é sempre a mesma (BIEHL, 2004, p. 17).

Dada nossa definição do conceito de visão sistêmica, observemos agora a definição de Capra (1997) paradigma holístico: é aquele que “[. . .] concebe o mundo como um todo integrado, rede de fenômenos interconectados e interdependentes, e não uma superposição de partes dissociadas [. . .]” (p. 25). Imediatamente percebemos que os dois termos – sistêmico e holístico – se confundem um pouco. Isso acontece não apenas nos escritos, mas também em boa parte das cabeças dos ambientalistas.

Para elucidar as dúvidas, o autor propõe a utilização de sistêmico e ecológico como sinônimos, fazendo sua distinção com relação ao holístico, termo que lhe parece seja um pouco menos apropriado para descrever o novo paradigma. A visão holística vê cada coisa como um todo funcional e compreende a interdependência de suas partes. Já a visão ecológica, indo além, acrescenta a percepção de como essa coisa está encaixada no seu ambiente natural e social.

Todavia, assim como não devemos reduzir o todo às partes, nosso entendimento de holismo estará prejudicado se aplicarmos uma simples inversão, reduzindo as partes ao todo, num

processo de totalização. É preciso que priorizemos as inter-relações e o caráter aberto dos sistemas, que se encontram em constante equilíbrio e reequilíbrio entre forças que, ultrapassando a lógica aristotélica do princípio da não-contradição, são ao mesmo tempo complementares e opostas (PELIZZOLI, 1999).

Tal entendimento de visão holística traz à mesa um novo conceito: o de complexidade, que, na perspectiva de Edgar Morin (2002a, p. 7), se constitui na aceitação da contradição, da necessidade dos opostos. Desse modo, o pensamento complexo é aquele que “[. . .] religa não apenas domínios separados do conhecimento, como também – dialogicamente – conceitos antagônicos como ordem e desordem, certeza e incerteza, a lógica e a transgressão da lógica.” É esse pensamento complexo que prega a solidariedade entre tudo o que constitui a realidade e aceita em si, como vimos, tanto tese e antítese (as partes) como síntese (a soma das partes) como elementos formadores de igual importância para sua compreensão.

Morin (op.cit) observa que disjunção e a segmentação comandaram a história do mundo e do pensamento ocidental. Seja separando o espírito da matéria; seja diferenciando ciência, filosofia, técnica; seja classificando os muitos tipos de conhecimento. O sujeito do conhecimento e o objeto do conhecimento foram divididos. Por isso a complexidade é tão importante para a visão sistêmica de mundo; por meio do pensamento complexo é possível religar o que o pensamento compartimentado separou e fracionou. Entender complexamente o mundo é a chave para encontrar novos caminhos e novos meios de relacionamento com o mundo que consigam resgatar o respeito e a consciência de interdependência entre todos os sistemas que formam o sistema maior chamado Terra.

3.2.2 Transdisciplinariedade, Transversalidade; Ecologia Rasa e Profunda; Sustentabilidade

O anseio por restabelecer os vínculos perdidos entre as diversas áreas justifica a grande importância de conceitos como transdisciplinariedade e transversalidade para a concepção ecológica de mundo. Sobretudo no que se refere à discussão das políticas ambientais e na

educação ambiental dos cidadãos. A visão mecanicista e cartesiana, conforme Capra (1982), levou à fragmentação de nosso ensino e de nossas entidades governamentais, servindo como fundamento lógico para a compreensão equivocada de que o ambiente natural é formado por peças separadas a serem exploradas por diferentes grupos de interesse.

Faz-se necessária a transposição das fronteiras disciplinares e conceituais, de forma a se estabelecer uma abordagem sistêmica da realidade, que perceba que os conhecimentos de todos os campos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais – devem ser ensinados e aprendidos de forma transversal, entrecruzando-se e complementando-se de modo interdisciplinar. Cada vez mais, os avanços científicos e intelectuais apontam para uma interligação fundamental, uma convergência entre todas as categorias do saber.

Essa valorização de todos tipos de conhecimento deve, então, orientar a humanidade para um mundo mais justo, no qual a discussão das questões seja ampla, global e atenda a riqueza e diversidade da sabedoria humana, ouvindo múltiplos participantes e não apenas centrando sua atenção nos atores de sempre, em geral governo, empresas e cientistas.

A interação entre todas as coisas que o paradigma emergente exige pressupõe o reconhecimento do valor intrínseco de todos os seres vivos que compõem a teia da vida e a aceitação de que a humanidade é apenas um fio particular (GARCÍA, 2006). Com uma premissa como essa em mente, em 1972, Arne Naess concebeu o termo “ecologia profunda”, a qual seria a ecologia verdadeiramente preocupada com o todo, em distinção da ecologia rasa, antropocêntrica.

[A ecologia rasa] vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, o de "uso", à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não com uma coleção de objetos isolados, mas com uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes (CAPRA, 1997, p. 25).

Diferente da ecologia rasa, a ecologia profunda não prega unicamente a preservação do ambiente, numa atitude superior e salvacionista. Ela reconhece a condição do humano como parte

do ecossistema. García (op.cit) explica que, na perspectiva da ecologia profunda, o equilíbrio ecológico depende também de mudanças na estrutura social, nos valores, atitudes, práticas e costumes, e não será alcançado sem uma reestruturação da ordem econômica, social e cultural.

Durante muito tempo pretendeu-se separar a crise ambiental da crise social. Bacchetta (2002) adverte, porém, que ambas são diferentes efeitos de um mesmo modelo de desenvolvimento. Reconhecer isso é o primeiro passo para entender que economia, política, meio ambiente e sociedade se cruzam no conceito de sustentabilidade, e perseguir incansavelmente essa sustentabilidade é a única chance que a vida na terra possui.

Advertimos, contudo, que sustentabilidade não deve ser entendida como o difundido conceito de desenvolvimento sustentável. Isso porque nada pode se desenvolver infinitamente. Falar de crescimento sustentável é uma falácia, todo crescimento deve encontrar, em algum momento, seu limite.

O que o conceito de sustentabilidade – criado no começo da década de 1980, por Lester Brown – diz é que a sociedade sustentável é: “[. . .] aquela que é capaz satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras (CAPRA, 2002, p. 237)”. Evidentemente, nos moldes que estamos agindo na natureza hoje, não é possível garantir a sobrevivência das gerações futuras. O capitalismo global atual, além de economicamente instável, é ecológica e socialmente insustentável, e em longo prazo inviável.

Capra (2002) sinaliza que, por outro lado, a natureza nos oferta sem mistérios todos exemplos dos quais precisamos para moldar comunidades sustentáveis. Legitimando a afirmação do autor, podemos observar que, nos ecossistemas naturais, grande diversidade de animais, vegetais e microorganismo convivem harmonicamente, organizados em relações de cooperação ou mesmo de competição, mas sempre de forma sustentável. A resposta está disponível na natureza, ao alcance de qualquer um que estiver disposto a deter-se em um instante de observação.

3.3 Olhos no futuro

O restabelecimento da ética para com o meio ambiente, do respeito e do entendimento da interconexão com as coisas, passa por um restabelecimento da ética nas relações humanas. Sentir-se pertencendo a um todo, estar associado planetariamente, tornando o mundo um lugar estreitado e interdependente; adquirir uma cidadania planetária, com consciência cívica e opinião intelectual e científica igualmente planetárias parece ser a exigência racional mínima. “Um planeta por pátria?”, pergunta Morin (2002b).

Se Carneiro (2003, p. 57) afirma que “[. . .] Ecologia, ou outro nome que se usar, como Ecologismo, Conservacionismo, Ambientalismo, etc., é política do futuro [. . .]”, nós preferimos constatar que ela é já a política do presente. A mudança do paradigma mecanicista para o ecológico é algo que, ainda que não tão largamente como gostaríamos, está acontecendo nesse momento, reformulando nossa sociedade, nossos conhecimentos e valores individuais e coletivos.

Quanto mais as conseqüências de tantos anos de competição com a natureza vão aparecendo, mais o pensamento ecológico conquista poder e capacidade de influir nas políticas públicas. Um exemplo é a Agenda 21 (BRASIL, 2006) que, ao propor um planejamento participativo, dá voz ao cidadão envolvendo toda sociedade na discussão dos problemas e soluções para o futuro, além de incluir a complexidade em sua pauta ao sugerir uma abordagem integrada e sistêmica das questões.

De nada valem esses instrumentos, no entanto, se não fizermos valer seu texto. Serres (1991) alerta que, em nosso atual sistema, vivemos sob a ameaça de prazos imediatos, propondo, em conseqüência, apenas respostas e soluções de curto prazo. Dessa forma não contribuimos para romper o círculo vicioso do poder, no qual os administradores mantêm a continuidade, a mídia a cotidianidade, a ciência se torna o único projeto de futuro que nos resta. Precisamos, ao invés disso, estar ativa e conscientemente inseridos nesse processo de renovação, exigindo e fiscalizando nossa participação nas decisões e formulações políticas mundiais.

Para superar a dominação e alienação das massas e conquistar seu engajamento na questão ambiental é básico que elas estejam informadas – corretamente informadas – sobre o assunto. Estamos vivendo uma “[. . .] época holística, onde as interligações contam mais do que o elemento isolado; época da rede, da comunicação e "aldeia global", onde se pode partilhar cada vez mais acontecimentos, trocar experiências, num mundo que pode ser cosmopolita sem sufocar os indivíduos. Mundo da *Internet*” (PELIZZOLI, 1999, p. 66). [grifo do autor]

Ainda que estejamos cada vez mais próximos da Terra-Pátria proposta por Morin (2002b), o excesso de informação criou na nossa era um paradoxo, no qual as pessoas, frente ao exagero na oferta informativa, preferem não ser informadas, ou absorvem apenas aquelas informações que confirmam sua opinião pré-concebida. A superficialidade acaba tomando conta de um espaço que poderia ser fecundo à profundidade e complexidade. No caso da informação (o que se reflete diretamente no jornalismo) o tempo é reduzido ao instante que passa – que se torna o único importante – e as catástrofes e fatos inusitados passam a ser as únicas coisas consideradas como notícia (SERRES, 1991).

Porque lida diretamente com a informação, o papel do jornalista na consolidação dessa nova visão de mundo é orgânico. Ele tem uma dupla responsabilidade: vigiar o governo e auxiliar na educação do povo. Os ambientalistas reconhecem essa atribuição e chamam o jornalista a cumprir seu desígnio:

[. . .] para que a nova consciência ecológica passe a fazer parte de nossa consciência coletiva, ela terá que ser transmitida, em última instância, através dos meios de comunicação de massa. [. . .] Isso significa que também os jornalistas deverão mudar, e seu modo de pensar, fragmentário, deverá tornar-se holístico, desenvolvendo uma nova ética profissional baseada na consciência social e ecológica (CAPRA, 1982, p. 400).

Como o jornalista pode satisfazer essas expectativas? A resposta (ou respostas) a essa pergunta, acreditamos, passa por absorver o sentido de tudo que a visão ecológica prega e aplicar isso ao trabalho jornalístico, desde a coleta até o processamento dos dados. Passa, também, pela busca de novas técnicas e procedimentos que possam sensibilizar e humanizar sua mensagem.

Sobretudo, a resposta está na abertura do coração aos anseios e necessidades coletivos, abrindo mão da frieza da neutralidade e da objetividade quando essas se traduzirem em indiferença. Os aprofundamentos acerca dessas conjecturas, no entanto, é o que vamos tentar aprofundar no próximo capítulo.

Melhorar a qualidade do jornalismo ambiental não passa apenas pela educação ambiental dos jornalistas, mas também pela educação jornalística dos ecologistas.

Roberto Villar Belmonte

4 DISCUTINDO JORNALISMO AMBIENTAL

No capítulo anterior vimos que o jornalista está diretamente inserido no contexto da formação e adoção de uma consciência ecológica na sociedade. É função dele transmitir pelos meios de comunicação de massa essa nova concepção de mundo, e para tanto precisa reformular sua própria atitude profissional, percebendo a responsabilidade que carrega.

Em todas sociedades o saber é o que gera riqueza. Todo e qualquer tipo de saber pode alterar as ordens histórias e modificar as estruturas de poder (PINHEIRO, 2005). Pois bem, tendo essas proposições como premissas, e considerando ainda que na nossa sociedade atual o saber funciona quase como sinônimo de informação, perceberemos o grande poder que se concentra nas mãos daqueles que lidam na área da comunicação social.

Essas potencialidades se detêm, sobretudo, nas mãos dos jornalistas, manipuladores da informação por excelência. Manipulação aqui deveria ser entendida como simples manuseio, mas nem sempre é o que ocorre; por vezes os meios de comunicação “[. . .] usam os formadores de opinião, procurando manter o ‘status quo econômico-social’ e tudo mais sobre total controle” (Op.cit., p. 44).

É um erro, no entanto, o jornalista estar voltado a outras questões que não às da coletividade no exercício da profissão. Barbeiro (2001) fala que é o interesse do público que deve reger as relações do jornalista com a sociedade, e não interesses particulares seus ou do veículo que paga seu salário. O que vemos, entretanto, é a constante preocupação em conseguir o “furo”, a manchete, o destaque no jornal; surpreender e agradar ao empregador. E para isso o jornalista se permite inserir em uma lógica fragmentada de *drops* noticiosos, efêmeros e em constante renovação.

Tais características, pouco apreciáveis em qualquer tipo de jornalismo, se tornam ainda mais alarmantes quando envolvidas na temática ambiental. O ambientalismo é um tema que não deve ser tratado episodicamente permitindo que o assunto se esgote em si próprio, nem mesmo

quando há um episódio como uma catástrofe ambiental (VILAS BOAS, 2004). Quem escreve sobre temas ambientais deve sempre ter como base a compreensão sistêmica de que todos os fenômenos estão interligados e influenciam-se mutuamente. Não se pode falar de uma floresta devastada sem lamentar por todas.

José Lutzenberger, um dos mais importantes ambientalistas que o Brasil já teve, mantinha uma relação conturbada com a mídia, como se pode ver na sua biografia (DREYER, 2004). Lutz – como era conhecido – reclamava da superficialidade dos veículos e sua valorização dos aspectos exóticos em detrimento da mensagem e seu contexto. Um dos anexos reproduzidos no livro é uma carta, a “*Circular Aos Meios de Comunicação*”, na qual o ambientalista lamenta o fato de ser praticamente impossível transmitir por intermédio de uma entrevista uma informação complexa, envolvente e significativa (LUTZENBERGER, 2004b).

Quando se aborda no jornalismo as questões ambientais, discussões que são já comuns dentro da profissão se tornam ainda mais contundentes. A necessidade de profundidade e contextualização dos acontecimentos, das quais, no jornalismo, em muitas situações, abre-se mão em nome do factual e sensacional da notícia, se apresentam como um desafio ao comunicador:

Como não fragmentar uma reportagem que é publicada em um esquema industrial que fragmenta as notícias? Como se apresenta uma abordagem sistêmica de um fato na vida real das redações onde falta tempo de apuração e compreensão da importância do tema ambiental por parte dos editores? (BELMONTE, 2004).

Discutir o jornalismo ambiental é um exemplo prático do pensamento sistêmico, no qual todas as coisas estão interligadas. É impossível falar de um tópico sem tocar em outro: os assuntos se antecipam, repetem, interpõem, numa complexa teia na qual apenas a leitura do todo leva a uma compreensão satisfatória.

Esse pensamento complexo, no entanto, como percebe Vilas Boas (2004b), infelizmente ainda não aterrissou nos departamentos de meio ambiente dos veículos de comunicação. A força que a pauta ambiental recebeu na mídia brasileira no início da década de 90 – em função da

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, no Rio de Janeiro – não se sustentou além de junho daquele mesmo ano, com o fim do evento. De lá para cá, e principalmente no final do século 20, apesar da periodicidade maior com que a pauta ambiental aparece na imprensa, em geral é por meio de fatos desconexos e sem a interpretação capaz de ligá-los às suas causas geradoras (BELMONTE, 2006).

A legislação concede a todo cidadão um valoroso instrumento, que é o direito à informação ambiental. O Código Estadual do Meio Ambiente (RIO GRANDE DO SUL, 2000) garante acesso aos bancos públicos de informação e ainda acesso às informações sobre os impactos ambientais de projetos e atividades potencialmente prejudiciais à saúde e à estabilidade do meio ambiente. Além disso, obriga o Poder Público a fornecer essas informações de forma inteligível e eficiente.

O jornalista que quiser fazer jornalismo ambiental de verdade tem de se valer dos artifícios de que dispõe e se aprofundar na prática. Se a periodicidade do ambientalismo na mídia é cada vez maior, ele continua, em geral, aparecendo como polêmica, denúncia ou sensacionalismo, apenas raramente como solução. A boa informação ambiental, porém, é aquela que consegue ultrapassar o factual e alcança o contexto, conseqüências e alternativas. A informação ambiental tem de ser diferente. Vilas Boas (2004) diz que “é impossível ver jornalismo se não for flertando com as humanas”; e tem razão nisso: o jornalismo tem de se aproximar da história para conhecer o fato; da literatura para contá-lo; da sociologia, antropologia e psicologia para interpretá-lo.

Os atores sociais jornalísticos precisam mergulhar mais neste processo multifacetado. O ideal seria uma entrada de cabeça e não molhar apenas os pés como tem acontecido. Fortalecer o fluxo energético entre o sistema jornalismo e o sistema meio ambiente é o ponto de partida para que o processo entre por uma estrada melhor alicerçada (GERAQUE, 2006).

Os problemas de agora produzirão, quase sempre, efeitos que vão atingir as gerações futuras. Por isso, é sempre conveniente tratar as questões dando uma vislumbrada adiante,

fazendo uma projeção com a correspondente advertência sobre o que poderá ocorrer (SORHUET GELOS, 2001). Isso facilitará uma compreensão de causas e conseqüências para aqueles que, posteriormente, analisarem nossas ações. Da mesma forma, precisamos entender como as atitudes passadas influem no contemporâneo. Bacchetta (2002) ressalta que, das cinco perguntas clássicas que devem ser respondidas por todo jornalista – que, como, onde, quando e por que – a mais importante é o “por quê?”.

Quebrar a lógica noticiosa dos veículos e produzir conteúdos que satisfaçam a pluralidade dos fatos talvez seja o maior desafio para o jornalista que lida com as questões ambientais. Para tanto, deve centrar sua atenção nos contextos, e não unicamente nos acontecimentos, buscando elementos que permitam ao leitor entender a história em sua origem e evolução (SORHUET GELOS, 2001). É sua responsabilidade disponibilizar dados suficientes para que seu público compreenda que o episódio nuclear de uma notícia não apenas é fruto de uma série de fatos anteriores como será, certamente, refletido em muitos outros que o seguirão.

Na investigação de um fenômeno ambiental invariavelmente descobriremos que o mesmo é resultado da ação de diversos atores e controvertidos pontos de vista. O jornalista deve aceitar essa contradição e ouvir uma ampla e variada gama de opiniões, identificando o papel de cada uma delas e investigando como se dá sua interação. Esses dados, devidamente interpretados e enriquecidos com seu contexto, devem ser apresentados ao público de forma honesta e sincera, abrindo espaço para que o receptor, caso ache necessário, conteste as conclusões do jornalista e formule as suas próprias inferências.

A fim de satisfazer esse objetivo, nós, jornalistas, precisamos aceitar uma visão complexa da realidade. Entretanto, distinguir e romper com os códigos que interiorizamos durante toda a vida é uma tarefa difícil. Ainda que só existam em nossa mente, os valores arraigados são barreiras muito fortes à adoção da complexidade do pensamento. Todavia, ninguém aqui imaginava mesmo que seria fácil; considerar a multiplicidade de fatores envolvidos num tema requer constante vigília.

4.1 Reformulando as redações

A mudança na forma de encarar a notícia passa, também, por uma revolução nos conceitos que imperam nas redações. A pauta ambiental precisa alcançar o mesmo status de política, economia, ou qualquer outra editoria, tendo cobertura intensiva, com pelo menos uma matéria ampla e narrativa (VILAS BOAS, 2004). A reportagem deve ir além dos limites do factual ou da abordagem que explora o belo e o exótico; a natureza não deve ser mostrada como meras paisagens, algo externo ao homem, um lugar para se visitar e descansar no final de semana.

Apelar para o sensacionalismo na cobertura ambiental pode ser um sedutor recurso para o jornalista que, bem intencionado, quer chamar atenção à questão ecológica. O sensacionalismo em muitos momentos já serviu como trampolim de causas complexas. Ao divulgarem as tragédias e acidentes ambientais em todo o mundo os comunicadores contribuíram para despertar a consciência ambiental (BERNA, 2006).

Uma das mais destacadas ONGs ambientalistas do planeta, o Greenpeace compreendeu desde o início que os grandes temas só se transformam em temas políticos quando passam pelo crivo da mídia, e lança mão de fatos e imagens sensacionais para atrair simpatizantes à causa. Entretanto, a ONG faz questão de deixar claro que essas atividades sensacionais são somente uma pequena parte das ações na luta ambiental. O que o Greenpeace faz é apenas levar ao conhecimento das pessoas as atrocidades que estão acontecendo, para que elas decidam se serão cúmplices ou se agirão contra a barbárie:

A ética do Greenpeace é a responsabilidade pessoal e da confrontação não violenta. De acordo com essa ética, a pessoa que testemunha uma injustiça torna-se responsável por ela. Deve decidir se age contra essa violência ou permite que prossiga. Essa escolha é matéria de consciência pessoal (GABEIRA, 1988, p. 17).

Um episódio que lembra o método do Greenpeace aconteceu aqui no Rio Grande do Sul em janeiro de 1975. Encantado com a defesa ecológica pregada pela Associação Gaúcha de

Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) de José Lutzenberger, o estudante Carlos Dayrell subiu em uma árvore para bloquear a ação da prefeitura, que pretendia derrubá-la para construir um viaduto. O caso é que a AGAPAN havia redigido um manifesto que estava, até então, sendo boicotado na imprensa. O “episódio Dayrell”, no entanto, imediatamente alavancou o assunto, e o manifesto foi publicado (CARNEIRO, 2003). Uma vez nos jornais, a AGAPAN ganhou a briga com a prefeitura.

Na imensa maioria das vezes, entretanto, o sensacionalismo serve apenas aos interesses dos veículos e dos empregadores do jornalista. A grande imprensa e os sistemas monopolísticos de comunicação brasileiros têm se restringido, no que se refere à ecologia, ao que Bueno (2006) chama de notícia-espetáculo, utilizando-se dela para aumentar a audiência. A temática ambiental é pautada pelas agências internacionais, e só é manchete e ganha espaço, destaca Belmonte (1997), quando algum assunto repercute no exterior, como a morte de um ecologista famoso ou os desmatamentos na Amazônia.

Uma conseqüência comum do sensacionalismo é o abuso da denúncia ambiental. A simples busca pelos escândalos individualiza os culpados e afasta o leitor de qualquer responsabilidade. Além disso, contagia pessimismo ao passar à opinião pública a idéia equivocada de que só ocorrem desastres e que nada de bom se faz com relação ao meio ambiente (SORHUET GELOS, 2001). Não se trata, no entanto, de pregar aqui o extremo oposto: de que a pauta ambiental tem de, necessariamente, ser otimista. “Se a realidade é trágica e catastrófica, a imprensa não pode criar um mundo fictício” (BELMONTE, 1997). Mas deve, isso sim, fazer um diagnóstico preocupado também em apresentar as soluções, sinalizando rumos e perspectivas.

Valorizar como notícia apenas os desastres em nada contribui para a formação de uma consciência ecológica; somente para a venda de informação como mercadoria renovável. Como os desastres, em geral, são episódios rápidos, as pessoas logo os esquecem, e a informação ambiental que priorizou os aspectos sensacionalistas fica esvaziada. A pauta ambiental precisa vincular os assuntos ambientais à vida das pessoas, para elas não possam deixar de percebê-los. E uma tendência cada vez mais forte é o uso de histórias humanas com bons exemplos: “Menos

catástrofes e previsões científicas assustadoras, e mais dicas práticas para o dia-a-dia das pessoas” (BELMONTE, 1997). É preciso aproximar os grandes temas complexos do ambiente vivenciado pelas pessoas, mostrando que é delas também a responsabilidade pelas mudanças, e que pequenas ações adotadas em nível local podem, como ensina a visão sistêmica, refletirem no todo.

O local é o espaço da convivência, onde a questão ambiental se resolve primeiro. É a nossa casa, nossa rua, os rios próximos, a vegetação, os animais, o trânsito, a poluição, etc. O global remete a um conhecimento revelador de que os recursos são finitos e que cada pequeno gesto em favor da sustentabilidade repercute na economia do todo. "Pensar globalmente e agir localmente", ditado repetido como um mantra no movimento ambientalista, remete à visão sistêmica. Estamos todos mergulhados na teia da vida, o que se faz no local repercute no global e vice-versa (TRIGUEIRO, 2005).

O trabalho do comunicador é estabelecer os nexos entre o que está ocorrendo e os interesses do ouvinte/leitor/telespectador. Quando abordar temas de caráter internacional, deve adaptá-los o máximo possível à realidade local, respeitando sua cultura, valores e crenças (SORHUET GELOS, 2001). Uma discussão sobre a bomba de nêutrons em um encontro de cúpula pode ser importantíssima para os destinos da humanidade, mas se o jornalista não for capaz de trazer o tema para o dia-a-dia do homem comum, esse certamente não se esforçará em lê-lo. Como bem ensina Dimenstein (1990), quando o jornalista tropeça em algum assunto muito complicado, provavelmente o leitor também não conseguirá entender, e o melhor será procurar um atalho para contar algo que realmente seja do seu interesse.

A incompreensão provoca o afastamento dos leitores; no caso da pauta ambiental, um fator potencial para o não-entendimento é o trato com termos científicos. Para muitos profissionais e estudiosos, inclusive, o jornalismo ambiental seria um tentáculo do jornalismo científico. A diferença, conforme Belmonte (2004), está na esfera ética, no compromisso com a vida, além do conflito civilização X natureza, que marcam o jornalismo ambiental e que não estão necessariamente presentes no jornalismo científico. O jornalismo científico tenta passar a idéia de que a ciência vale apenas por ser ciência; já o jornalismo ambiental, sem negar a ciência, olha também para outras questões.

O jornalista ambiental insiste na idéia de que a ciência é do homem e para o homem, ajudando o público a distinguir o que é felicidade humana daquilo que é simples progresso científico. Com seu trabalho, subtrai a ciência de sua artificialidade e do isolamento dos laboratórios, intervindo no processo de humanização e fazendo com que os indivíduos participem ativamente da ciência e da tecnologia (SORHUET GELOS, 2001). Ao invés de se deter às grandes descobertas e aos achados isolados, procura apresentar informações científicas contextualizadas, que “[. . .] informem os leitores o que está sendo feito na área científica em relação a um determinado problema ambiental” (NELSON, 1994, p. 42).

Para que isso seja possível, a tarefa do jornalista é tornar a informação científica inteligível para o grande público, simplificando seus conceitos sem permitir distorções em seus significados (BELMONTE, 2006b). Para o cidadão comum, em grande parte com baixa instrução e pouco acesso ao conhecimento, o jornal é o único vínculo que possui com temas científicos. O jornalista, por sua vez, é o único interprete que esse cidadão tem e, por isso, deve adaptar o *ecologês* às carências da sociedade, partindo dos temas que ela já domina e conhece para aqueles que ela precisa conhecer (BERNA, 2006). Só assim logrará a compreensão e mobilização da sociedade nas questões ecológicas de caráter científico.

4.2 Ação e informação

Transmitindo para a população dados corretos e compreensíveis sobre assuntos complexos, o jornalista contribui para a democratização da informação e do conhecimento, pré-requisitos para uma sociedade plural, composta por cidadão maduros e participativos. Democratizar, no entanto, não quer dizer unicamente jogar o conhecimento nas páginas dos jornais ou nas ondas de rádio e televisão. Receber mais informação não significa, necessariamente, estar melhor informado, uma vez que não é em função do maior ou menor volume de informação que a população aprende a pensar criticamente e atuar na transformação do mundo (BERNA 2006; SORHUET GELOS, 2001).

O jornalista deve “filtrar” o aumento da oferta informativa e acertar na eleição dos fatos, fazendo com que chegue ao seu público aquilo que é verdadeiramente relevante. Berna (2006) aponta como um dos principais impedimentos à democratização da informação no Brasil o fato de todos os veículos receberem muito mais informações do que conseguem aproveitar. As redações se tornaram centros de processamento, nos quais apenas se editam informações prontas, que chegam de agências internacionais geralmente localizadas a grandes distâncias (SORHUET GELOS, 2001).

A empreitada jornalística não se esgota na veiculação da notícia; ela, como dissemos antes, se estende à interpretação dos dados. Já que o cidadão não pode verificar as informações que recebe, cabe ao jornalista total atenção; ele não pode se deixar enganar, tornando-se um mero assessor de imprensa dependente de *releases*. No papel, as empresas vão querer passar a imagem de ambientalmente responsáveis, o que nem sempre se observa na prática. Por exemplo, Berna (op.cit) observa que não se deve:

[. . .] divulgar como grande mérito ambiental ações e projetos que fazem parte das obrigações legais ou de controle de poluição intrínsecos à própria atividade poluidora, ou então, dar ênfase exagerada a investimentos ambientais absolutamente desproporcionais com o que se retira da natureza ou se provoca em degradação ambiental.

Apesar de parecer que alguns jornalistas se esquecem disso, é preciso ter em mente que o trabalho dos cientistas também precisa ser pago, e uma simples pergunta a respeito do financiamento das pesquisas pode ajudar o jornalista a se posicionar com relação aos dados obtidos junto à fonte (NELSON, 1994). Dimenstein (1990) observa ainda que também aqueles que ocupam cargos executivos manipulam números e informações, na tentativa de mostrar suprema eficiência. A autor afirma (p. 59) que “quando o poder e a imprensa se dão muito bem, o leitor se dá mal”. Concordamos em absoluto com essa afirmação; jornalismo independente significa permanente incômodo, constante atrito com quem manipula a informação, esteja esse manipulador no governo ou na oposição.

O jornalista deve manter a atitude independente e crítica perante todos os poderes estabelecidos. Determinados setores dos poderes políticos e econômicos se esforçam para cooptar o jornalista. Dispõem de instrumentos poderosos que vão da oferta de dinheiro, cargos e presentes até a ameaças de perda de emprego (BARBEIRO, 2001, p. 18).

Alinhada aos grandes interesses econômicos e políticos, a cobertura da grande imprensa se deixa pautar pelas coletivas das grandes empresas. Os sistemas monopolísticos têm dado voz apenas às mesmas fontes, representantes oficiais desses grandes interesses, contribuindo para criminalizar os movimentos sociais e marginalizar ainda mais os excluídos (BUENO, 2006). O ponto de vista de qualquer tipo de jornalismo, no entanto, deve ser o da polifonia: “Quanto mais gente falando melhor”, resume Belmonte (2004). Fora dos lugares-comuns, longe dos gabinetes, além das vozes “viciadas” de pessoas comprometidas com interesses pessoais, existe uma infinidade de fontes com histórias e memórias inimagináveis e completamente inovadoras, prontas a renovar a reportagem do jornalista que puder encontrá-las.

Em questões ambientais, mesmo na comunidade científica, é comum existirem muitas divergências, por vezes frutos de interesses que nada têm de científicos. Cabe ao jornalista ouvir todas as partes e apresentar ao público a pluralidade de opiniões, tomando o cuidado, adverte Nelson (1994), de não descrever todos os lados como tendo o mesmo peso quando não for essa a verdade. “Para fazer este balanço é preciso experiência de vida e conhecimento da realidade. Nesta área é preciso ler, estudar e apurar muito para não ser enrolado. Muitas vezes somos” (BELMONTE, 2006c).

Realizar uma cobertura que contemple toda complexidade dos fatos, exige um repórter bem-informado, que não apenas cultiva suas próprias fontes como também acompanha o trabalho de outros jornalistas – mesmo de emissoras concorrentes – pelos jornais, revistas, Internet, televisão e rádio. Dessa forma, moldará um prévio conhecimento dos temas, tornando mais difícil cair nas artimanhas das fontes. Além disso, conhecendo os agentes envolvidos em um determinado assunto, ainda que não domine algum tema que precise porventura abordar, saberá sempre a quem deve procurar para obter as informações (BARBEIRO, 2001, p. 40).

Preparando-se para exercer sua profissão com a maior competência e qualidade o jornalista estará contribuindo também para o fortalecimento das defesas da sociedade contra as distorções e manipulações de informação.

4.3 Especializar . Ou não?

Uma questão que provoca o jornalista é se ele deve ser perito em alguma área de atuação ou se o melhor é ter um conhecimento diversificado, ainda que talvez mais superficial. Olhando pelo nosso enfoque: é possível, ou mesmo desejável, que o jornalismo ambiental se torne uma especialização dentro do jornalismo? Na resposta para essa pergunta pode estar a solução para tantos erros e deturpações cometidos pelos repórteres de meio ambiente. Isso porque, a especialização ou não do jornalista tem profundas conseqüências no seu trato com as fontes, e se reflete diretamente no conteúdo das notícias:

Repórteres especializados têm maior domínio sobre o que ocorre em suas áreas e maior conhecimento do assunto. Em contrapartida, tendem a uma intimidade com as fontes que prejudica a independência em relação a seus interesses [. . .] Por outro lado, repórteres não especializados são mais facilmente manipulados, e muitas vezes simplesmente desqualificados pelas fontes, por falta de informação básica sobre assuntos técnicos complexos (MEDITSCH, 2001, p. 108).

A controvérsia da questão é refletida no pensamento dos teorizadores do jornalismo ambiental. Por um lado, alguns sublinham que meio ambiente é um assunto muito extenso, e nenhum profissional pode ser especialista em tudo aquilo que engloba a questão (NELSON, 1994; TRIGUEIRO, 2005b). Dimenstein (1990) alerta, ainda, que o jornalista, forçado pelas viseiras da setorização, tende a perder a noção de conjunto e Trigueiro (2005b) chega a afirmar que especialista em meio ambiente é algo nada modesto e bastante pretensioso. “Os sujeitos se especializam em A pensando que não precisam se preocupar com B”, conclui Vilas Boas (2004).

Na outra vertente, Berna (2005) classifica como utópico imaginar que o Jornalismo não vá precisar de especialização, ou que todo profissional receberá capacitação suficiente para dar conta de todo o conhecimento específico que precisará no exercício de suas atividades. Consolidar um jornalismo ambiental especializado, para esses outros teóricos, é o próximo passo de uma cobertura mais preocupada em traduzir e interpretar os fatos para o público leigo do que para o gueto dos ecologistas (BELMONTE, 2006).

Para que não pareça que subtraímos nossa posição a esse debate, sublinhamos que nossa opinião é de que o jornalista ambiental deve ser, quando escrevendo sobre temas ambientais, mais do que qualquer outro, um especialista. Precisa ser especializado em diversas editorias – de política a economia – e conhecer pormenores de biologia, química e outras ciências. No entanto, o jornalista ambiental também pode ser, a nosso ver, qualquer jornalista que, escrevendo para a editoria que for, de esportes a variedades, interioriza e aplica o pensamento complexo em suas pautas, alforriando a mente de seus leitores do pensamento mecânico-cartesiano e que, partindo para a pauta ambiental, deve buscar aperfeiçoar-se para cumprir com êxito sua tarefa.

Berna (2006) grifa, ainda, que a especialização é também necessária e desejável como um complemento ao trabalho da grande mídia. Enquanto essa está interessada em assuntos diversificados, que não se resumem aos temas ambientais, a mídia especializada pode oferecer ao público uma cobertura na qual todos os temas sejam abordados de forma interligada com a questão ecológica, tornando-se naturalmente referência para os interessados nesse tipo de informação.

Seja como for, meio ambiente é um assunto transversal, que percorre todas as possíveis especializações. O preceito básico está em modificar a pauta, passando a visão sistemática para todas as editorias (TRIGUEIRO, 2005b). A fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística somente fragiliza a cobertura de temas ambientais. O jornalismo precisa extrapolar os limites dos cadernos e das editorias e incorporar a visão inter e multidisciplinar (BUENO 2006). Reforçar as ligações entre jornalismo e literatura é uma possibilidade da busca pela conjunção de disciplinas.

Essa alternativa é proposta pelos defensores de uma nova prática, que resgata técnicas e conceitos não tão novos assim: o Jornalismo Literário Avançado (LIMA, 1993). A técnica bebe na fonte do jornalismo literário clássico e do *New Journalism* praticados nos Estados Unidos, sobretudo na década de 1960. Sua aplicação envolve uma série de cuidados que o jornalista deve ter ao elaborar sua matéria, visando alcançar toda profundidade e complexidade dos temas.*

Alguns teóricos consideram as matérias produzidas sob esse prisma como pertencentes a uma categoria secundária do alto jornalismo – para o qual o texto, no intuito de parecer profundo e definitivo, deve ser duro, pesado e complicado. Eles as denominam de “reportagens humanas” ou “matérias leves”. Estão equivocados; não parece possível que existam reportagens desumanas (DIMENSTEIN, 1990).

A preocupação com a forma e não apenas com o conteúdo é um pilar muito importante para o Jornalismo Literário Avançado, e o meio mais comum para empregá-lo, por toda amplitude que oferece, é o livro-reportagem. Entretanto, esse é apenas um dos caminhos possíveis. O enfoque múltiplo que a prática encerra deve impregnar o jornalista independentemente do meio no qual ele produz (GERAQUE, 2006). “Jornalismo aprofundado, contextualizador, cabe em qualquer mídia”, como bem percebe Vilas Boas (2006). Cada conteúdo traz em si particularidades que vão acabar determinando qual a melhor forma para veiculá-lo, e o jornalista deve ter a sensibilidade para perceber isso e conseguir extrair o melhor resultado de suas pautas.

É fundamental, no entanto, alertar que, por mais que a literariedade do texto o aproxime e torne semelhante à literatura, por mais que o jornalismo possa se utilizar da narrativa, lançando mãos de elementos ficcionais para contar sua história, ele nunca pode estar fazendo ficção; “se resvalar na ficção vai tudo por água abaixo” (VILAS BOAS, 2004). A reportagem deve primar pela veracidade e precisão, apresentando ao receptor elementos que o façam conhecedor da realidade que o envolvem, e não que o transportem para uma fantasia oriunda da mente do produtor da mensagem. Está posto ao jornalista o desafio: tornar a matéria humana, leve e atraente, sem transformá-la em algo a mais do que a pura e completa verdade.

* Será visto no capítulo 5.

4.4 Um consenso e uma polêmica

O jornalismo ecológico tem uma função educadora. Essa afirmação é, de uma forma ou de outra, consenso entre os principais teorizadores da área. Goste ou não, recai sobre os ombros do jornalista ambiental uma missão pedagógica e crítica, a missão de gerar o debate sobre os temas importantes, apresentando à comunidade as diferentes opiniões e promovendo assim sua participação. Não há como fugir disso: o simples ato de se estar fazendo comunicação, como destaca Sorhuet Gelos (op.cit), nunca é gratuito; sempre busca, em maior ou menor grau, influenciar o receptor.

Juntemos a isso o fato de que a interação com a mídia é o principal meio pelo qual as pessoas conhecem a grande maioria dos fatos que circundam suas vidas. Na verdade, não apenas como principal, “[. . .] muitas pessoas utilizam as reportagens noticiosas como *única* fonte de informação sobre as complexidades do meio ambiente” (NELSON, 1994, p. 10) [grifo nosso]. Percebemos, então, que o papel do jornalista ambiental na construção da sociedade do novo século é de enorme responsabilidade e dificuldade, sendo sua atribuição – no caso da grande maioria dos cidadãos – complementar a educação iniciada nos meios escolares.

Se aceitarmos que a educação de qualquer pessoa é um processo contínuo, que começa com o nascimento e se detém com a morte, se torna indiscutível que muito pouco tempo se passa dentro da sala de aula. Onde aprende o cidadão comum quais são os perigos da contaminação radioativa? Em um curso ou pela cobertura do acidente de Chernobyl? (SORHUET GELOS, 2001).

Jornalismo educativo, entretanto, não deve ser confundido com paternalismo informativo, caracterizado por dar fatos digeridos e sem espírito crítico. Conforme Vilas Boas (2004b), o enfoque deve ser ativamente educacional, esclarecedor e orientador das ações do público, mas sem didatismos banais. O jornalista não pode subestimar a inteligência das pessoas (BACCHETTA, 2002). Por isso, a tarefa deve ser sempre disponibilizar a maior e melhor

* Tradução do autor.

quantidade de elementos, para que público possa compreender os fatos e formar sua própria opinião a respeito.

O acesso à informação ambiental de qualidade é indispensável ao exercício da cidadania, tanto na defesa dos direitos quanto no desempenho dos deveres. No encontro entre jornalismo e educação ambientais, o primeiro pode ser uma ferramenta que a segunda utiliza para motivar aulas interessantes, por meio de materiais como jornais e vídeos (BERNA, 2005; BELMONTE, 2004). Não podemos esquecer, porém, que exigir uma função pedagógica ao jornalista não deixa de ser uma distorção de sua função primordial de informar – função essa que nem sempre ele consegue cumprir (BELMONTE, 2004). Na ânsia de satisfazer esse duplo desígnio e cumprir com o papel de educador, o jornalista não pode esquecer de tornar seu material jornalisticamente interessante. Ou fatalmente falhará:

Precisamos descobrir pautas interessantes, assuntos que sejam interessantes para o leitor. A gente não pode empurrar goela abaixo de quem consome notícia pela internet, televisão, rádio, jornal ou revista, conteúdos na área ambiental que sejam indigestos, como se fossem um pacote de educação ambiental. Não funciona, ninguém vai ler (TRIGUEIRO, 2006).

Um método eficaz de se conseguir boas reportagens é estar em contato periódico com as fontes para saber o que há de novo. Novo não apenas no sentido de pautas novas, mas também nas modificações (ou mesmo estagnações) em pautas importantes. Essas pautas devem ser ocasionalmente resgatadas para atualizar o público. Nelson (1994) observa que o noticiário ambiental se caracteriza pelo que chamamos de jornalismo de processo, oposto ao denominado jornalismo episódico, que prioriza os fatos isolados com início e fim claramente delimitados.

A falta de continuidade e seguimento nas pautas é um erro, e são muitas as que aparecem e desaparecem da noite para o dia, ao sabor dos pontos de audiência. É preciso, pelo contrário, continuá-las, mantendo o debate no noticiário, indo além do alarme e contribuindo na busca por soluções. A educação ambiental passa também por esse acompanhamento e retomada constante

dos assuntos. Dessa forma, se mostra ao público que as notícias ambientais não são se esgotam nos fatos.

Se a função educadora do jornalista é consenso entre os praticantes do jornalismo ambiental, no outro extremo da teorização da matéria, sem dúvida, encontra-se a polêmica da objetividade. Essa é a discussão de maior divergência, e não se resume ao jornalismo de caráter ecológico; é reflexo de um debate muito maior que há tempos envolve os teóricos da comunicação.

Recentemente têm-se aceitado que a neutralidade não existe no que se refere à informação, uma vez que o simples ato de definir uma pauta pressupõe uma seleção por parte do jornalista (BACCHETTA, 2006). Conforme explica Belmonte (2004), não é possível fazer jornalismo sem um ponto de vista – seja ele qual for – porque o modo como um fato se transforma em notícia, e a própria seleção dos fatos a serem noticiados, dependem do ponto de vista. “Em última análise o ponto de vista cria a realidade (objeto)”, conclui o autor. Dessa forma, a imparcialidade seria uma ilusão, já que o jornalista – segundo seus próprios valores – sempre toma partidos nas notícias das quais trata, tornando impossível separar informação de opinião.

Todavia, no segmento do ambientalismo, a discussão sobre a objetividade toma proporções ainda mais significativas, porque deixa de lidar apenas com características supostamente intrínsecas à atividade humana e passa a envolver questões fundamentais à vida, que definem orientações políticas, econômicas e sociais. Por isso, para muitos profissionais, sobretudo no tema ambiental, o culto a neutralidade não é aplicável (VILAS BOAS, 2004). Como Peter Nelson (1994, p.48) observa:

[. . .] Nos últimos anos, um número crescente de jornalistas tem argumentado que os princípios básicos do jornalismo são inadequados para as questões ambientais. Já que é o futuro do habitat humano que está em jogo, argumentam, os jornalistas ambientais devem advogar em defesa do meio ambiente.

O próprio autor, no entanto, ataca essa visão, alegando que os fatos, em geral, falam por si, e, portanto, não é necessário o jornalista expor sua opinião na matéria. As preferências ou tendências naturais não devem impedir o jornalista de ao menos tentar ser isento ou imparcial.

Belmonte, por sua vez, critica a isenção, assegurando que não é possível ser isento diante de crimes ambientais. Para ele, a neutralidade da imprensa é uma “bobagem” inventada para enganar os leigos. Isenção não deve ser, todavia, confundida com objetividade, cuja busca é sempre desejável. Para o jornalismo ambiental, não basta ser apenas informativo, tem de ser engajado; a militância, porém, não pode avançar a ponto de cegar o jornalista (BELMONTE, 2004b, 2006c). Para resolver o paradoxo entre engajamento e cegueira, a proposta é que, ao invés de objetividade, falemos de honestidade intelectual do comunicador (SORHUET GELOS, 2001; BELMONTE 1997).

O jornalista deve, na opinião de Berna (2005) ter o compromisso ético de assegurar espaço equivalente tanto para os que denunciam quanto para os denunciados, tanto para os que falam e escrevem apaixonadamente contra ou a favor de algum aspecto ambiental, deixando que o leitor – e não o editor ou o próprio jornalista – escolha a informação que irá ler. Quanto a esse posicionamento, fazendo nossa ressalva, acreditamos que, mesmo que seja sua função fornecer dados completos para que o leitor possa desenvolver seu próprio ponto de vista, o jornalista não pode se abster de, antes de veicular esses dados, fazer a devida interpretação sobre eles, já que o leitor nunca tem o mesmo acesso direto às fontes que tem o jornalista e, portanto, muitos aspectos implícitos podem se perder na veiculação de dados crua e fria.

Nesse sentido o autor admite que a comunicação, assim como qualquer atividade humana, não é neutra, e pode estar a serviço tanto de grupos empenhados na defesa sincera do meio ambiente quanto de sujeitos movidos por interesses individuais ou corporativos. Mas, ainda assim, afirma que o compromisso ético – e não as posições pessoais – é o que vai dar rumo na pauta. Ele inclusive vai além, e assegura que o profissional de comunicação ambiental sequer precisa ser, necessariamente, um ambientalista. Essa é uma decisão pessoal, e o profissional pode tê-la ou não: “O engajamento com a causa ambiental [. . .] não é do profissional de comunicação, mas do cidadão, e isso deve estar claro para não transformar o resultado do

trabalho em panfletos ideológicos onde só importa a opinião de um lado em detrimento de outras opiniões (2006)”.

Para nós, entretanto, tal posicionamento não parece verossímil. Em cada trabalho do jornalista ambiental, está implícito seu compromisso como defensor dos direitos das gerações futuras, que não podem hoje tomar parte nas discussões e decisões que afetarão suas vidas. A vigilância tem de ser permanente, e não nos parece possível sem vivência na causa. Cobertura ambiental é uma questão política. Os grandes veículos exercem poder colocando e retirando assuntos da agenda pública de discussões (BELMONTE, 2006), e dessa forma influenciando as ações públicas. Costa Bueno diz que:

O jornalismo ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou refêns dos grandes interesses. O jornalismo ambiental não pode comprometer-se com a isenção porque participa de um jogo amplo (e nada limpo) de interesses (BUENO, 2006).

Em nossa compreensão, o jornalista que, orientado pela ética e pela solidariedade, escreve e defende apaixonadamente aquelas questões que ele sabe que estão corretas, poupa energia do seu público; não é preciso que se perca tempo com opiniões e posicionamentos que distorcem a verdade, seja por desconhecimento ou mesmo por má-intenção das fontes. O jornalista precisa questionar e inclusive debater com elas, não permitindo que elas sequer tentem enganar o cidadão. Entre engajar-se ou não se engajar, optamos pelo engajamento.

4.5 Finalmente ...

Mas então, depois de tudo que foi dito, o que se pode concluir que é (ou o que são) o jornalista ambiental e o tipo de jornalismo que lhe dá nome? O jornalismo ambiental é um dos

gêneros mais amplos e complexos do jornalismo. Lida com o conjunto de sistemas naturais e sociais no qual convivem o humano e os demais seres vivos do planeta. O perfil do jornalista que o exerce pode ser definido considerando-se cinco de suas características fundamentais, conforme Bacchetta (2006):

1) é um jornalismo de investigação; 2) é uma forma de jornalismo científico; 3) é um jornalismo educativo, pedagógico; 4) é consciente de cumprir uma responsabilidade social específica, e 5) deve exercer-se com profissionalismo, objetividade e responsabilidade, sem confundir-se com a militância ecológica.*

O que isso significa? Que o jornalista ambiental é um profundo conhecedor de tudo que for relacionado com o ambiente, sem, necessariamente, ser um especialista em todas as disciplinas científicas que o envolvem. Precisa sim, ter uma cultura geral, a qual Trigueiro chama de “pacote mínimo de informações”, e que compreende:

[. . .] uma boa base conceitual (o que é visão sistêmica, ecologia, sustentabilidade, meio ambiente, etc.), o pleno domínio de alguns temas chaves recorrentes no jornalismo ambiental (recursos hídricos, resíduos sólidos, aquecimento global, modelo de desenvolvimento, etc.) e a convicção de que nesta área estamos invariavelmente incomodando interesses políticos e econômicos bem consolidados (TRIGUEIRO, 2005).

A ética deve sempre orientar as ações do jornalista ambiental. Fazer e sustentar denúncias pressupõe provas; mesmo frente a constante necessidade de oferecer boas manchetes para disputar espaço nas redações, deve se diferenciar por um trabalho de qualidade, e não pela exploração do sensacionalismo e do elemento emotivo das pautas. Tem de ser um profissional independente, investigador, familiarizado com os problemas do mundo e dotado da curiosidade universal. Tem de estar aberto ao seu tempo e ser grande dominador das técnicas de seu ofício (SORHUET GELOS, 2001).

* Tradução do autor.

Deve ter um compromisso pedagógico com a sociedade, entendendo que sua função é, não apenas informar, mas também dar subsídios para formar a consciência dos cidadãos. Tem de sempre buscar a verdade e a polifonia de opiniões acima de tudo, dando elementos para que o próprio cidadão construa seu posicionamento, sem, no entanto, deixar de mostrar claramente sua interpretação dos fatos. Não pode se deixar envolver por suas convicções e crenças particulares e, da mesma forma, não pode se subtrair da responsabilidade que carrega pelo fato de que, queria ou não, ao realizar a comunicação está influenciando a outra parte.

Jornalismo ambiental requer militância, compromisso, capacitação, ética e profissionalismo. Assim como as outras formas de jornalismo – e mais do que todas elas – é uma ocupação que se estende além da jornada de trabalho (BUENO, 2006). O jornalista está continuamente em busca da informação – sempre verdadeira, precisa e contextualizada. O que deve, em verdade, ser o objetivo de qualquer tipo de jornalismo. A nosso ver, numa última análise, exceção feita às questões de engajamento, o bom jornalismo ambiental não se difere em nada de qualquer outro bom jornalismo.

5 FALANDO NA LINGUAGEM DO RÁDIO

O rádio é o meio de comunicação com a maior capacidade de alcance; em muitas circunstâncias, é a única fonte de informação a atingir regiões isoladas geográfica, econômica ou culturalmente. Por essa razão, é o veículo mais popular, não apenas no Brasil, mas no mundo todo (ORTRIWANO, 1985). Em qualquer casa, no recanto mais improvável, ainda que sequer a luz elétrica se faça presente, sempre se encontrará um radinho velho de pilhas comunicando com o ouvinte.

A importância do rádio, no entanto, resulta ainda de outra característica muito marcante: a capacidade que possui de se comunicar sem exigir uma formação específica para decodificação de sua mensagem. Este fato tem importância tanto no caso de um público que não sabe ler, quanto, sobretudo, de todos aqueles que não querem ou não têm tempo para ler.

Prado (1985) observa que o rádio se comunica com um público não muito especializado, além de heterogêneo. Os ouvintes podem estar situados em diversos níveis na escala sociocultural e, conseqüentemente, seus níveis de compreensão serão diferentes. Encontra-se nesses aspectos uma das características mais interessantes e mais desafiadores do rádio: compreender e captar os interesses de cada um dos seus públicos e conseguir que a informação chegue inteligível e clara para todos os níveis de público com os quais o comunicador está lidando, sem parecer infantil para alguns, nem demasiado complexo para outros.

Nessa missão, variados fatores podem influir no sucesso ou fracasso do comunicar, e seu desempenho está sujeito a saber lidar ou não com cada um deles. Sendo assim, é importante que o comunicador identifique e saiba filtrar esses fatores. É por isso que, a partir de agora, vamos conhecer um pouco mais dessas forças capazes de agir sobre a qualidade da mensagem radiofônica.

5.1 Influências externas: os modelos de radiodifusão

Tendo em mente que nosso objeto de análise é veiculado em uma rádio pública, é importante que façamos uma breve discussão sobre as singularidades que esse modelo apresenta. Para tanto, realizaremos uma comparação entre os modelos de radiodifusão mais largamente adotados. Dessa forma, entraremos, posteriormente, na análise do programa conhecendo um pouco do universo dentro do qual ele se desenvolve.

Em geral, as frequências de rádio são propriedade do governo de cada país, e a ele cabe a decisão quanto à melhor forma de sua exploração. A opção mais comum é o próprio governo utilizar o meio para divulgar sua programação – oferecendo-a como um serviço público – ou ceder concessões para a exploração comercial por empresas de comunicação. No Brasil, optou-se pelo chamado sistema pluralista, no qual convivem emissoras estatais e privadas. A maioria das frequências, no entanto, é concedida para a exploração comercial, todavia em caráter precário, o que significa que devem ser renovadas periodicamente.

De acordo com Ortrivano (1985), a empresa que recebe a concessão passa a atuar sob a teoria da responsabilidade social, no qual o Estado procura estabelecer princípios que garantam o uso social dos meios de comunicação, tornando a iniciativa privada responsável pelo conteúdo da programação que transmite e suas conseqüências. Segundo as obrigações que o veículo assume, deve oferecer ao público informação, entretenimento, educação e cultura.

Essa dualidade de modelos – público e privado – dá espaço para o questionamento com relação às vantagens e desvantagens de cada sistema. Um e outro trazem em sua essência características que podem exercer grande influência na construção da mensagem jornalística.

De saída o modelo comercial apresenta vantagens na questão financeira. Sem depender de licitações e verbas pré-determinadas, tem liberdade muito maior para investir na compra ou manutenção de seus equipamentos, aumentando a qualidade do produto final. Em contrapartida, por não ter recursos garantidos como uma rádio estatal, a emissora comercial só consegue se manter com o patrocínio dos anunciantes; para conquistá-los, tem antes de conquistar o público.

Como consequência, “[. . .] é a preferência das audiências e não a qualidade dos programas que vai determinar seu sucesso ou fracasso” (ORTRIWANO, 1993, p. 107).

Já que depende dos anunciantes, é bem possível que a empresa faça pressão ou imponha restrições ao jornalista para evitar um ataque que ponha em risco seus subsídios, mesmo que o patrocinador esteja envolvido em algum escândalo (ambiental, por exemplo, para enquadrar segundo nosso ângulo). A batalha pela informação correta e precisa se torna ainda mais difícil se o dono do veículo não quiser ou não puder manter independência (DIMENSTEIN, 1990). Toda informação ambiental tem repercussões econômicas, e em muitas ocasiões o jornalista enfrenta limitações temáticas ou de enfoque.

Esse condicionamento, em grande parte das vezes em que ocorre, é imposto pelos anunciantes. Em outras ocasiões, contudo, são os próprios donos das emissoras que se utilizam das páginas de seus jornais e de suas redes de rádio e televisão para defender interesses próprios (SORHUET GELOS, 2001). Os proprietários acabam envolvendo o jornalista em questões pessoais e servindo-se de seu trabalho para alcançar objetivos particulares que nada têm a ver com o exercício da profissão:

O problema é quando um veículo ou um profissional de comunicação aceita qualquer tipo de constrangimento, direcionamento ou mesmo assume posturas de autocensura em relação a um patrocinador. Impedir isso é muito simples, é só assegurar espaço a todos os lados diferentes envolvidos numa questão ambiental, ainda que afete seu anunciante poluidor (BERNA, 2005).

Partindo para a questão da isenção, observamos que a rádio comercial pode avaliar o governo “de fora”, inclusive opondo-se, se necessário, às medidas adotadas pelos governantes. Todavia, não se pode esquecer que a concessão do canal de transmissão é precária; portanto, mantém a empresa dependente do governo. Sendo assim, sempre uma rádio comercial deverá precaver-se para não se indispor com o governo e correr o risco de perder ou de não conseguir renovar sua concessão.

A rádio estatal, por sua vez, não está somente sob tutela do governo; ela é parte integrante do mesmo. Por isso, criticá-lo envolve questões éticas que vão além do simples concordar ou não com suas atitudes. Ainda assim, seus integrantes sempre podem optar pela subversão. Além disso, por estar livre dos compromissos comerciais e de audiência, a emissora estatal tem liberdade para experimentar na programação, permitindo que em seu meio surjam e amadureçam idéias que renovem os modelos arraigados e contribuam para a sociedade.

Ainda outros agentes influidores – esses independentes do modelo adotado pela emissora – podem atuar sobre o conteúdo da mensagem de rádio. São os diversos filtros pelos quais a informação tem de passar antes de chegar ao processo interno de seleção que ocorre nas redações em qualquer tipo de jornalismo. A origem dessas outras barreiras pode estar vinculada a fatores legais, políticos, econômicos ou, ainda, simplesmente a interesses pessoais de alguém que detenha circunstancialmente o poder de decisão (ORTRIWANO, 1985), e que pode não ser nem o governo nem o anunciante.

O rádio é um instrumento político poderoso, que pode agir tanto na manutenção quanto na mudança das relações sociais, políticas e de liberdade. De mais eficaz veículo de informação, pode transmutar-se em instrumentos ideológico na medida que seu controle e propriedade o tornam uma arma: “Arma que mobiliza, induz, liberta ou escraviza” (VIEIRA apud ORTRIWANO, 1985, p. 58).

É dever do jornalista, portanto, conduzi-lo com ética e responsabilidade, valendo-se de seu alcance e cobertura para atingir com uma mensagem honesta e transformadora o maior número possível de cabeças pensantes.

5.2 Influências internas: forma e conteúdo

Não são diferentes as questões éticas e de conduta que norteiam o radiojornalismo daquelas que guiam outros tipos de jornalismo. Por isso, quando Belmonte (2006c) nos afirma

que “[. . .] o jornalismo ambiental é uma especialização do jornalismo, com todas as regras gerais da profissão” parece-nos compreensível que possamos estender essa assertiva ao radiojornalismo, entendendo que também a informação radiofônica é regida pelas mesmas regras do Jornalismo como um todo.

Entretanto, embora de conteúdo e natureza diferentes, no que se refere à estrutura a informação de rádio é semelhante a qualquer outra mensagem radiofônica, estando, portanto, sujeita às especificidades de linguagem do meio (ORTRIWANO, 1985). Nesse aspecto, pelo menos, a notícia de rádio se diferencia das de outras mídias:

A cobertura apresenta singularidades quando se considera a imprensa de informação geral ou de negócios, a imprensa segmentada ou especializada em meio ambiente, ou ainda quando se focaliza, especificamente as diversas mídias ou ambientes midiáticos, como o rádio, a TV e a Internet. Em virtude das peculiaridades de cada mídia (sistemas de produção, recursos de expressão e interação, formas de recepção) e do perfil de sua audiência, o discurso varia assim como sua capacidade de influência (BUENO, 2006).

Algumas características do rádio – como o imediatismo e a mobilidade – tornam o meio especialmente apto para a transmissão da informação (ORTRIWANO, 1985). Belmonte (2006c) considera, todavia, que a principal vantagem é a facilidade de recepção. Pelo fato de estar em qualquer lugar, o rádio cativa intimidade, abrindo uma porta direta com o ouvinte. “O som pode tocar mais fundo do que as palavras escritas, se bem trabalhado”, diz o autor. Entretanto, porque a mensagem do rádio é efêmera, ela pode entrar por um ouvido e sair pelo outro, e aí está o desafio.

Não se pode tomar um conteúdo de rádio para observação sem antes ter a clareza de que ele apresenta certas particularidades inerentes à definição do veículo como meio sonoro de comunicação, cuja mensagem não depende somente da palavra em si, mas também de sua articulação oral e, muitas vezes, de sua associação com música e outros efeitos (FERRARETTO, 2001). Características internas – de caráter físico e referentes à construção textual – tem impacto no processo de comunicação radiofônica. O elemento básico que difere a mensagem radiofônica

da de outros veículos está, portanto, na forma; tanto forma no sentido de *modo pelo qual os conteúdos são entregues ao receptor* quanto no sentido de *formatação que esses mesmos conteúdos devem assumir para se tornarem inteligíveis*.

Sobre a primeira, devemos observar que, em sua organização tradicional, o rádio utiliza o esquema comunicativo clássico: emissor-meio-receptor. Prado (1985, p.18) sublinha que esse esquema é unidirecional, vertical e hierárquico. Para ele, “[. . .] um meio organizado sob este esquema não é um meio de comunicação, mas um canal de distribuição de mensagens-mercadoria”. A base desse modelo de interação, concluímos, pressupõe que a mensagem é produzida pelo emissor e acolhida pelo receptor; a única possibilidade que esse último tem de influir na mensagem é por meio de sua própria recepção, onde pode distorcer o significado da mensagem. Contudo, essas distorções nunca retornam ao emissor e, de maneira alguma, o receptor poderá modificar no emissor a intenção original.

Em contrapartida, a chave do êxito comunicacional está, conforme Sorhuet Gelos (2001), em humanizar a informação, escrevendo de modo que o receptor possa participar da notícia: “A revolução nas comunicações deste século passa, em boa medida, por encontrar os mecanismos que possibilitem a intervenção direta dos receptores no processo comunicativo*”. O autor destaca que o duplo sentido no fluxo das mensagens é característico dos processos participativos; tal propriedade promove intercâmbio, provocando uma influência recíproca muito desejável entre receptor e emissor. Além disso, ao participar a opinião pública se torna cada vez mais influente nos processos sociais e nos mecanismos de tomada de decisões.

A característica que mais nos interessa agora, porém, sobretudo em função do enfoque ambientalmente complexo que propomos para este trabalho, é de que “[. . .] a informação radiofônica é efêmera por natureza”* (ORTIZ, 2001, p. 25). Notícias, em rádio têm de ser sempre atuais; como lembra Ortriwano (1985), o imediatismo na transmissão é fundamental para atender aos objetivos do veículo. Dessa forma, a obtenção das informações é um processo contínuo e, uma vez chegadas, elas são logo colocadas no ar. O consumo é imediato, as notícias de rádio não

* Tradução do autor.

dormem na redação como as notícias de um jornal impresso (BARBEIRO, 1985; CHANTLER, 1998). Por isso, elas se tornam alta e rapidamente perecíveis:

O rádio, pela primeira vez, permitiu a exacerbação do ideal de dupla contemporaneidade do jornalismo, possibilitando a superação do *período* – implícito na idéia do *periodismo* – pela *simultaneidade* – a simultaneidade entre a enunciação e o acontecimento externo referenciado, mais a simultaneidade entre a enunciação e a recepção do enunciado (MEDITSCH, 2001, p. 209) [grifo do autor].

A simultaneidade entre enunciação e acontecimento está ligada ao que Ferraretto (2001) chama de obsolescência da informação radiofônica. Ele se refere ao fato de que, ao menos na teoria, a notícia em rádio se torna obsoleta simultaneamente à sua transmissão. Como a notícia deve ser a mais atual possível, preferencialmente a daquele momento, todo fato, mesmo quando retomado, o será sob um novo ponto de vista ou pela inserção de um novo detalhe até então desconhecido, e nunca uma reafirmação idêntica à notícia veiculada anteriormente. Isso acontece porque a notícia está vinculada a um acontecimento externo que lhe é simultâneo; se esse acontecimento for passado, a notícia também será.

Esconde-se nessa característica o risco de que se percam os contextos na preocupação em não se repetir informação “velha”, o que não pode acontecer. O ouvinte tem de receber a notícia toda em seu contexto, e não pode ser induzido a erros. Isto levando em conta a segunda interpretação de contemporaneidade – a simultaneidade entre enunciação e recepção do enunciado. No rádio, existe apenas uma chance para se dar uma notícia, o ouvinte não terá a oportunidade de voltar atrás para reler uma informação confusa, como faria no caso de um jornal:

O objetivo do rádio é comunicar. Se não conseguirmos fazer isso, não conseguiremos fazer radiojornalismo. É necessário ser inteligível – *imediatamente* inteligível. Uma frase mal construída, uma expressão ambígua, uma sentença complicada ou uma descrição de fatos sem uma seqüência lógica podem ser fatais para um noticiário no rádio (CHANTLER, 1998, p. 50) [grifo do autor].

Essas considerações nos levam ao segundo sentido de forma radiofônica. São as singularidades apresentadas pela mensagem de rádio no que se refere à redação e produção. Características próprias – e até certo ponto exclusivas – presentes no texto e no script de rádio, sempre objetivando facilitar aquela compreensão imediata por parte do ouvinte. Conhecê-las nos ajudará a melhor entender a dificuldade de se tratar temas complexos conferindo-lhes uma visão sistêmica e plural, como se exige das notícias sobre meio ambiente.

A premissa básica é: o texto de rádio precisa ser simples. Simplicidade é a característica embrionária, uma simplicidade quase infantil é a essência de um bom texto. A simplicidade agiliza a compreensão e absorção da mensagem por parte do receptor. Para que seja alcançada, algumas regras orientam a redação de notícias para rádio.

Como o texto tem de passar as idéias de simultaneidade e imediatismo tão prezadas no rádio, dá-se preferência pela conjugação dos verbos no tempo presente. Sempre que possível, opta-se pelo “viaja hoje à noite” em lugar do “viajará hoje à noite”. O presente denota instantaneidade e, portanto, atualidade; o ideal é que sempre se procure um enfoque novo (PRADO, 1985; BARBEIRO, 2001). Por esse mesmo motivo, deve-se evitar começar o texto com palavras como *continua* ou *permanece*. Elas dão a impressão de que o assunto está superado.

Uma das principais dificuldades que o rádio apresenta na veiculação da mensagem é a dispersão do ouvinte. Estando ele, em geral, ocupado com outros afazeres enquanto acompanha a programação do rádio, torna-se muito fácil perder sua atenção. Por essa razão, a introdução da notícia tem a função de atrair o ouvinte, despertando seu interesse. Prado (1985) ressalta que, por intermédio dela, muitas vezes é possível recuperar para o estado de escutar um ouvinte que se encontrava apenas no estado de ouvir.

Ao longo do texto, deve-se sempre dar preferência as frases breves, uma vez que o ouvinte pode se perder em proposições excessivamente extensas. Quando muito, opta-se por frases curtas alternadas com sentenças mais longas, a fim de não cansar o ouvido do receptor com um texto telegráfico. Sobre o tamanho ideal das frases, Prado (op.cit) diz que o essencial é manter em mente o princípio de economia de palavras na hora de redigir o texto. Segundo o autor, não

existem estudos que apontem o número perfeito, que varia conforme o idioma, o nível cultural do ouvinte, interesse pelo tema, tipo de terminologia. Mas, seguramente, quanto maior a brevidade maior a compreensão e vice-versa.

Porém não são relacionadas apenas à redação as regras que procuram maximizar e eficiência da mensagem radiofônica. A utilização de recursos sonoros ou a alteração dos padrões de narração também tem grande importância, podendo influenciar no ritmo dos programas. É um erro comum acreditar que o ritmo deve se manter o mesmo no decorrer de todo um programa quando, em verdade, é evidente que uma entrevista ou uma transmissão ao vivo exigirão um ritmo distinto ao de uma reportagem (ORTIZ, 2001).

Por fim, a escolha de determinada música para anteceder ou suceder certa notícia ou informação pode, também, ser intencional, e ter por objetivo passar a idéia de que compõe com ela um todo homogêneo, influenciando, inclusive, na forma com que se processará a compreensão do fato narrado. Por isso, não se pode deixar de levá-la em conta na análise de um conteúdo radiofônico.

Do encontro de todas as características descritas acima, principalmente aquelas referentes à efemeridade e à atualidade, resulta que o principal e mais comum modo de veiculação de notícias em rádio é o Jornalismo Informativo, cuja definição o apresenta como aquele que “[. . .] retrata o fato com o mínimo de detalhes necessários à sua compreensão” (FERRARETTO, 2001, p. 201).

Sendo assim, nos perguntamos se é possível, no rádio, abordar um assunto contemplando toda profundidade que pede a complexidade ambiental satisfazendo, simultaneamente, as características indispensáveis para a compreensão da mensagem produzida para o veículo. Como aprofundar lidando apenas com o “mínimo de detalhes necessários”? Apenas uma suspeita de resposta, imaginamos que é preciso revolucionar o texto e a forma do produto radiofônico, procurando alternativas ainda não exploradas. A seguir, por nossa conta e risco, propomos algo que acreditamos que possa ser uma dessas opções.

5.3 Radiojornalismo literário: uma solução?

O que vamos sugerir neste tópico é algo ainda não comprovado, ainda sem estudos aprofundados a seu respeito, apenas uma possibilidade imaginada por nós, e que aqui compartilhamos com a pretensão de despertar em outrem o interesse em aprofundar sua pesquisa. Vimos no capítulo quatro que um caminho constantemente apontado como possível salvador para o jornalismo de qualidade é o de sua reaproximação com a literatura, resgatando elementos do *New Journalism* e do Jornalismo Literário. Nesse sentido, Pereira Lima (1993) propõe uma série de cuidados, que vão da elaboração da pauta à confecção da matéria. Como ele próprio destaca, não são fórmulas prontas, mas possibilidades dentro da intenção de tornar a reportagem mais humana e agradável.

A teoria apresentada pelo autor, denominada Jornalismo Literário Avançado, aplica-se, sobretudo, ao livro-reportagem, ou seja, à mídia impressa. Todavia, sua relação com um pensamento sistêmico nos leva a imaginar que suas bases devem se estender a toda e qualquer prática de jornalismo comprometido com esse tipo de paradigma. As premissas da teoria podem orientar a concepção de conteúdo para todas as mídias – incluindo, portanto, o rádio – porque têm muito mais relação com conteúdo do que com a forma. Por essa razão, tomamos aqui a liberdade de propô-las como uma alternativa também ao radiojornalismo ambiental.

Para tanto, é preciso que conheçamos um pouco das propostas que integram a idéia de Jornalismo Literário Avançado, pelo menos naquelas que nos parecem mais imediatamente aplicáveis ao radiojornalismo. Perceberemos que muitas das sugestões apresentadas são idênticas àquelas que vimos anteriormente como premissas do bom jornalismo ambiental.

Já de início ele sugere que a pauta, enquanto definidora dos rumos, quando mal-administrada, conduz a terrenos pouco férteis. Sendo assim, a elaboração de uma matéria ideal inicia-se com a *extensão pela pauta*, ou seja, um planejamento de pauta que objetive a apreensão de múltiplos aspectos da realidade. Essa é a solução para que o jornalista consiga libertar-se da

prisão ao factual e possa abordar as “[. . .] questões contundentes que conformam os acontecimentos” (Op.cit., p. 58). Isso porque a pauta mais flexível conduz a uma maior *liberdade do eixo de abordagem*, em outras palavras, permite um mergulho nas situações e questões que envolvem o tema. Abrir o eixo de abordagem permite lançar um olhar sistêmico e contextualizador sobre os temas da contemporaneidade:

A obsessão pela atualidade, pelo tempo presente de duração curta, transforma-se na câmara de um labirinto que dificulta ao jornalista a ascensão a um patamar superior, de onde possa descortinar a realidade que se desdobra [. . .] O corte forçado no tempo imediato, que tem a finalidade de esclarecer o real, acaba impedindo justamente o alcance da compreensão (op.cit., p. 57).

Outra liberdade que a pauta pode proporcionar é a *liberdade de fontes*. O jornalista, quando não se deixa envolver pelo estreito círculo das fontes legitimadas, consegue abarcar uma complexidade muito maior em sua matéria. É preciso abrir “[. . .] o leque para um coral de vozes variadas” (Op.cit., p. 71). Isso inclui até mesmo a visão não especializada – mas extremamente importante – do cidadão comum, leigo nas questões científicas, mas que, em geral, é o mais diretamente atingido por suas experimentações.

Superada a fase de elaboração pela pauta, o jornalista deve sair atrás de seus dados e depoimentos. É nessa etapa que Pereira Lima sugere a *complementação pela captação*. Primeiramente, um bom trabalho de *documentação* é fundamental para uma reportagem de profundidade. É preciso que se estabeleçam as conexões entre os fatos presentes e seus antecedentes, assim como entre fatos isolados e situações globais. Em seguida, no contato direto com as fontes, é possível instituir um trato mais humano com os entrevistados, no qual não exista uma pauta fechada castrando a criatividade. Por meio das *histórias de vida* e das *memórias* do interlocutor é possível se alcançar muito mais profundidade do que pelas objetivas perguntas e respostas. A reconstrução que o narrador faz ultrapassa o limite seco, diminuto, da informação concreta nua, alcançando uma dimensão superior de compreensão, tanto dos atores sociais como da própria realidade (Op.cit., p. 85).

Chegamos então na última etapa de confecção da matéria. Aqui o autor fala de enriquecer o produto final da reportagem – o texto – por meio do uso de diversos artifícios, dentre os quais figuram até mesmo as metáforas e figuras de linguagem. É o que ele chama de *fruição pelo texto*, tornar, por intermédio da fluência da linguagem, a matéria agradável e interessante. Concordamos com o autor e acreditamos que é um recurso possível, tanto que o incluímos nessa nossa proposta; talvez seja pelo uso dessas figuras que conseguiremos adaptar o pensamento complexo às frases curtas. Contudo, cabe aqui a ressalva sobre a aplicação desses instrumentos no terreno do radiojornalismo. Ela deve ser muito bem ponderada, uma vez que – não podemos perder isso de mente – a mensagem radiofônica é produzida para assimilação automática, deve ser compreendida no momento mesmo de sua veiculação. Ornamentar a redação com figuras e expressões de linguagem pode se tornar um “tiro no pé”, conduzindo o texto a uma difícil compreensão, o que, no caso do rádio, é quase como sinônimo de incompreensão por completo.

Outras ferramentas interessantes, *narração* e *descrição* aparecem juntas como artífices facilitadores da ambientação do ouvinte, com conseqüente absorção da informação. Pereira Lima fala ainda de *exposição*, que seria uma tentativa do repórter de convencer o receptor a comungar com sua visão (o que esbarra na já debatida problemática da objetividade).

As técnicas de edição também estão dentre as ferramentas que nos parecem imediatamente aproveitáveis no radiojornalismo ambiental como uma forma de conquistar e manter o interesse do ouvinte. Sobre elas, Belmonte (2006c) observa que “a boa narrativa no rádio depende do casamento entre texto e sonoplastia”. Seu palpite, portanto, é de que por aí seja o caminho para se conquistar uma “literariedade” no rádio.

A aplicação de técnicas do Jornalismo Literário Avançado ainda é uma proposta bastante nova. Faz parte de um paradigma insipiente que pretende reformular o jornalismo. O pleno aproveitamento de seus ensinamentos ainda está longe de ser alcançado, mesmo em veículos impressos. Sua utilização no meio radiofônico, então, é uma incógnita ainda maior. Mas, ainda que reconhecendo essas restrições, não deixamos de propor; e convidamos todo jornalista ambiental a tentar. Parece-nos plenamente possível. Apenas é preciso que se aprenda como fazer.

6 RADIOJORNALISMO AMBIENTAL NA PRÁTICA

As informações e reflexões elaboradas neste capítulo se baseiam na análise dos depoimentos colhidos com as três jornalistas que apresentaram o programa Sintonia da Terra – Gisele Neuls, Thaís Teixeira da Silva e Guta Teixeira – e com o jornalista Roberto Villar Belmonte, todos profissionais que já trabalharam com radiojornalismo ambiental; nosso objetivo é nos atermos além da teoria, percorrendo a prática vivenciada. As contribuições de nossos entrevistados nos ajudaram a conhecer e compreender um pouco da problemática que envolve a pauta ecológica quando posta em atividade no rádio e a concluir alguns procedimentos que contribuem na qualificação dessa pauta.

A fim de que se possa entender a trajetória do Sintonia da Terra, faremos, simultaneamente, uma prospecção histórica que permita situá-lo como um programa oferecido por uma emissora pública de rádio. Sendo assim, investigaremos um pouco de sua existência e, também, a do meio no qual é produzido – a Rádio da Universidade. Localizada no Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ela é a pioneira das rádios sem fins comerciais em instituições de ensino superior no Brasil. Sua fundação data de 1950, como resultado dos esforços do professor Engenheiro Antônio Alberto Goetze.

Comprovando a afirmação que fizemos no capítulo anterior – de que aos integrantes da emissora pública sempre resta o caminho da subversão – a difusão de música erudita, característica mais marcante da rádio, é fruto do ato de transgressão do maestro Armando Albuquerque. Em 1953, ele violou a proibição de transmitir conteúdo recreativo que vigorava na época, e escreveu seu nome na história da emissora.

É a partir desse ambiente que, semanalmente, é veiculado nosso objeto de estudo. A história do Sintonia da Terra pode ser dividida em três momentos, de acordo com a apresentação do programa por pessoas distintas. É claro que dentro e dentre esses três momentos existiram infinitos outros: períodos de transição, amadurecimento, estruturação de cada um deles. Esse corte estanque é meramente didático, uma vez que isso não sugere um fluxo permanente e constante. Em verdade, o percurso do programa é formado por uma linha de transições contínuas

que não poderia ser dividida e cuja realidade se conhece muito mais pelo processo do todo do que pela observação dos recortes.

O nome Sintonia da Terra surgiu como uma criação coletiva dos alunos da disciplina chamada Projeto Especial em Comunicação Rural, ministrada pela professora Ilza Maria Tourinho Girardi, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS em 1989. A intenção do projeto era criar uma parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), adotando a temática “reforma agrária e ecologia”. Apoiado pela reitoria da Universidade, então sob comando do professor Héglio Trindade, o programa prolongou-se como projeto de extensão. Era uma tentativa de levar os trabalhadores rurais à percepção de que reforma agrária sem mudança de visão de mundo não daria em nada e que discutir ecologia não era *coisa de burguês* como se pensava entre eles até então.

A idéia do Sintonia da Terra como programa de rádio nasceu no começo de 2003, da necessidade percebida nas reuniões do Núcleo de Ecojornalistas (NEJ) de se recuperar a pauta ambiental para o veículo. Quando passaram a discutir no núcleo a criação de um novo canal, a professora Ilza sugeriu a retomada do nome, que considerava muito bonito e pleno de significados. De fato, “sintonia” é uma palavra bastante adequada, pois remete tanto ao *estar em harmonia com a terra* quanto ao sentido de *frequência radiofônica*, estando sintonizado nas ondas sonoras do programa.

O período anterior ao Sintonia da Terra tivera muitos programas surgindo no interior do estado – Passo Fundo, Caxias do Sul – e também em emissoras da capital, com influência do NEJ, alguns com financiamento do programa de comunicação do Pró-Guaíba, coordenado, à época, pelo jornalista Roberto Villar Belmonte. Chegava-se, entretanto, ao ano de 2003 quase sem nenhum programa de rádio falando de meio ambiente, com poucas exceções, caso do Guaíba Ecologia.

Gisele recorda que o problema da falta de programas ambientais em rádio se agravava quando os idealizadores se perguntavam como seria possível “*fazer sem nenhum centavo?*” Ela, então estudante de jornalismo e bolsista da Rádio da Universidade, sugeriu conseguir um espaço na grade da emissora, aproveitando o momento ímpar de abertura para novas experiências –

principalmente com projetos de seus estudantes – que a Rádio vivia, sob direção da professora Sandra de Deus. Assim chegamos à primeira formação na divisão histórica que propomos do programa. A equipe tinha três jornalistas: Guta Teixeira – com larga experiência em programas ambientais de rádio – e as aprendizes Adriana Bertoglio Rodrigues e Sílvia Marcuso (que saiu do projeto em seguida). A estudante Gisele Neuls completava a equipe.

Adriana já havia trabalhado com radiojornalismo ambiental na Rádio Uirapuru, em Passo Fundo. Guta voltava à “casa” na Rádio da Universidade – na qual estagiara nos tempos de faculdade – com experiência acumulada de dez anos de trabalho na FM Cultura, tendo a ecologia como uma das frentes de atuação e inclusive participando da criação do programa Toque de Ecologia na emissora.

Após alguns meses de maturação, o primeiro programa foi ao ar em agosto de 2003, na primeira sexta-feira daquele mês. Guta era a apresentadora. As três “garotas do rádio” tinham familiaridade com a linguagem, e cada uma criou seu próprio espaço:

A Gisele ficava com a entrevista sobre o assunto “quente” da semana, que eu considerava uma coisa mais “profi”, mais séria. A Adri era responsável pelas notícias e pela enquete. E o meu espaço era o que eu chamei de Ação Ecológica que era uma coisa mais light, mais relaxada. O objetivo era dar voz para as propostas de sensibilização para a convivência harmoniosa com o planeta como um todo. Dentro deste espaço acabei, inclusive, fazendo uma série sobre a história do movimento ecológico gaúcho. As pessoas falavam sobre a sua história e tudo ia se encadeando, era emocionante.

Guta Teixeira, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

O objetivo original era fortalecer a equipe – que, além de nunca ter trabalhado junta, tinha Gisele ainda extremamente inexperiente – e amadurecer o formato para tentar conseguir patrocínio. Com isso, elas pretendiam comprar espaços em outras rádios e ampliar a abrangência do programa. Mas isso acabou não acontecendo por uma série de motivos:

Acho que por falta de pernas nossas para tocar mais de um programa, falta de habilidade nossa para conseguir um patrocínio que bancasse uma grana para nós três termos mais tempo dedicado ao trabalho de produção do programa e mesmo projetos pessoais que acabaram indo na frente do Sintonia.

Gisele Neuls, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

A equipe formada por Guta, Gisele e Adriane conduziu em conjunto o programa até março de 2004. Nessa época começaram então a surgir dificuldades cada vez maiores em manter um programa semanal de forma voluntária. Guta lembra que, assim como Adriane, estava praticamente pagando para trabalhar e sentia necessidade de cuidar da sua auto-sustentabilidade. Já que Gisele estava se graduando, as duas continuaram sozinhas com o Sintonia até a estudante concluir a faculdade; quando Gisele voltou, entregaram o comando para que ela assumisse e se afastaram definitivamente.

Dá-se, então, o início da nova fase na vida do Sintonia da Terra. Gisele tentou mobilizar outros membros do NEJ para comporem uma nova equipe, sem, entretanto, obter sucesso. Ainda assim, decidiu prosseguir com o programa, que havia se tornado muito importante. Sozinha, precisou contar com a colaboração de alguns estudantes e bolsistas da Rádio da Universidade e de algumas fontes que apostavam e confiavam no trabalho:

O Sintonia em pouco tempo se tornou respeitado no meio e eu nunca tive problemas em conseguir entrevistas, fontes, dicas e pautas, mesmo quando eventualmente uma pauta caía na quinta de tarde e eu tinha que apresentar o programa na sexta de manhã e precisava chamar alguém às pressas para estar no estúdio 8h da manhã.

Gisele Neuls, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

Gisele ressalta que o programa conseguia acompanhar assuntos que, em outras mídias, não tinham repercussão, destacando temas como transgênicos, o Parque do Delta do Jacuí, o Plano Nacional de Saneamento. Algumas pautas sempre iam e voltavam. Orgulha-se também de o Sintonia da Terra ter sido um dos responsáveis por conectar o movimento ecologista gaúcho

com a EcoAgência, tornando o NEJ mais presente nas entidades ambientalistas. Com isso, abriu-se um espaço muito valioso para que essas entidades percebessem a importância de comunicar suas pautas e suas agendas de trabalho, de se relacionar com a mídia e valorizar uma mídia alternativa:

Mesmo com todas as dificuldades que tivemos ao longo desses quase dois anos, o Sintonia foi, sobretudo um laboratório onde vivemos enquanto grupo a experiência de práticas transformadoras de jornalismo, lidando com temas ambientais, dando voz a ONGs e entidades que não costumavam estar na mídia. Me pergunto se a experiência de ser fonte do Sintonia ajudou essas pessoas a compreenderem melhor a relação com a mídia e se movimentar com mais facilidade nesse meio; mas acredito que, em alguma medida, sim.

Gisele Neuls, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

Em novembro de 2004 o programa foi tirado do ar, coincidindo com as férias de Gisele. A apresentadora já não tinha mais o mesmo fôlego para continuar, e quando o programa voltou, um mês depois, foi com carga horária reduzida. Gisele enfrentava os mesmos problemas encontrados antes por Guta e Adriana para manter um programa voluntário semanal. O molde com tempo menor prolongou-se até março de 2005, quando Gisele se despediu definitivamente do programa para ir morar no Mato Grosso e trabalhar com uma ONG ambientalista:

O Sintonia foi minha experiência profissional mais importante, sem dúvida alguma. Eu não estaria hoje morando na Amazônia Mato-Grossense, lidando exclusivamente com temas sócio-ambientais se não tivesse vivido essa experiência de jornalismo ambiental de qualidade.

Gisele Neuls, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

Com a saída de Gisele o programa ficou fora do ar por seis meses, até que a ainda estudante de jornalismo Thaís Teixeira da Silva resolveu assumir o Sintonia, dando início à fase atual. Thaís conheceu o programa justamente em uma das visitas que Gisele fizera à cadeira de Jornalismo Ambiental ministrada pela professora Ilza, à procura de voluntários que pudessem

ajudar na produção do programa. Naquele momento, ela recorda, estava envolvida com assuntos pessoais e não pode ajudar; mas o interesse foi despertado.

Em setembro de 2005, pouco antes de se formar, Thaís decidiu adotar o comando do projeto, em busca de experiência profissional. O Sintonia da Terra estreou sob as mãos da estudante no dia nove daquele mês, com apenas meia hora de duração e uma apresentadora ainda muito novata, fazendo seu primeiro programa de rádio sozinha. A entrevista foi com João Batista, do NEJ, para falar sobre a volta do programa e sobre o Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental.

De lá para cá, Thaís concluiu a faculdade e adquiriu muito mais perícia no trato com a linguagem específica do veículo. A duração do programa aumentou para 45 minutos, e ele começa a se reafirmar dentro do Núcleo de Ecojornalistas, com projetos para adquirir página na Internet e link no site do NEJ. Contudo, no ainda pequeno período que esteve frente ao Sintonia, Thaís já demonstra certo desgaste com aquelas questões que parecem ser cíclicas na história do programa. Lamenta o fato de ser muito trabalhoso realizar um programa voluntário semanal, e sublinha o quão complicado é fazer sozinha um programa de quase uma hora, sem ter alguém para discutir ou propor pautas.

As dificuldades encontradas ao longo da história do Sintonia da Terra por suas responsáveis são semelhantes àquelas encontradas por qualquer jornalista que se aventura nos caminhos do jornalismo ambiental. Falta de patrocínio e espaço limitado são dois dos adversários mais incômodos à prática do bom jornalismo. Como resultado disso, Gisele lamenta não ter alcançado todos os objetivos que tinha nos tempos que esteve no comando do Sintonia. As carências financeiras fizeram com que, por vezes, ela não conseguisse sequer gravar os programas em um CD.

O fato de não ter um patrocínio que proporcionasse estabilidade suficiente para que pudesse dedicar mais tempo ao trabalho impediu, também, uma aproximação ainda maior com a EcoAgência. Ela considera especialmente frustrante não ter conseguido colocar uma cópia do

Sintonia para ser ouvida no site ou disponibilizar uma transcrição das pautas do programa, que garantiria semanalmente conteúdo exclusivo para a EcoAgência.

Quando você faz um trabalho voluntário e sabe das potencialidades que esse trabalho poderia ter se você tivesse só um pouquinho de recursos financeiros isso é extremamente doloroso. Você se sente incompetente demais por não conseguir fazer coisas simples como escrever uma matéria depois de terminar uma entrevista.

Gisele Neuls, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

Os projetos elaborados pela atual apresentadora do programa, Thaís Teixeira da Silva, resgatarão – quando postos em prática – um pouco os objetivos que Gisele não conseguiu alcançar, como redigir matérias para EcoAgência com o material das entrevistas mais aprofundadas pelo programa.

Por estar em uma rádio estatal de baixa audiência se comparada com as rádios comerciais, o Sintonia não conquistou o alcance que suas idealizadores queriam, o que resultou em que não se conseguiu o patrocínio que era esperado. Guta Teixeira, entretanto, valoriza mais outros aspectos, lembrando que sempre teve *feedback* positivo do programa:

Eu me contentava em pensar que se ele tocasse alguém, fosse importante para uma pessoa, já teria valido a pena.

Guta Teixeira, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

Thaís classifica como vantagem estar em uma rádio estatal e não em uma comercial, mesmo com número menor de ouvintes. Na rádio comercial poderia haver anúncios indesejados ou censura que vetasse o convite a certas fontes para participar do programa, enquanto que na emissora pública ela pode trabalhar com toda a liberdade, desde que atente à veracidade das informações.

Belmonte fala com a experiência de quem iniciou o trabalho sobre a temática ambiental em rádio ainda em 1992, durante a cobertura da Rio 92. De 1995 até 1999 apresentou o Gaúcha Ecologia, na rádio Gaúcha e teve participação importante na criação de diversos programas de ambientalismo em rádio durante seu período no projeto Pró-Guaíba. Para o jornalista, um dos grandes problemas é que falta dinheiro para que se façam reportagens de campo, fora dos estúdios, algo que considera matéria-prima de qualquer jornalismo:

Arranjar patrocinadores para programas ambientais é uma tarefa complexa, pois geralmente quem patrocina tem culpa no cartório. Há uma tensão entre comercial e editorial. Lidar com esta questão exige um auto-policimento permanente.

Roberto Villar Belmonte, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

Além das limitações impostas pela falta de recursos financeiros, o radiojornalismo ambiental também esbarra naquelas especificidades técnicas do veículo vistas no capítulo anterior. “Não há lugar no radiojornalismo para complexidade [. . .]” (CHANTLER, 1998, p. 50), afirmação que bate de frente com um dos preceitos básicos do ambientalismo. A exigência de atualidade e brevidade da informação radiofônica faz com que o jornalista ambiental tenha que inventar soluções para conseguir contextualizar e aprofundar satisfatoriamente a informação ambiental:

Não tem receita pronta. Cada pauta exige um trabalho específico. É preciso levar em conta o estilo do programa, horário, apresentador, tempo disponível.

Roberto Villar Belmonte, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

Com o objetivo de atender às demandas inerentes aos temas ambientais em um espaço naturalmente voltado para o factual e efêmero (como o do rádio) o jornalista tem de ser um profundo conhecedor das ferramentas que dispõe para saber qual a melhor a ser utilizada. Thaís Teixeira e Roberto Belmonte concordam que no molde tradicional do rádio – com notas e

pequenas reportagens – não é possível passar idéias aprofundadas. Essa fórmula serve mais para dar uma idéia geral. O bloco de notícias tem coisas pontuais, com objetivo de interar o ouvinte sobre o que está acontecendo:

Teoricamente, e com um bom manejo das palavras, dá pra fazer um boletim contextualizado e com conteúdo até em um minuto. Num programa de 15 minutos sobre um tema único fica melhor ainda. Eu pessoalmente acho que o bom mesmo são programas de 30 a 60 minutos com entrevistas e análises, mesclando o gravado com o ao vivo, para permitir a interatividade com o ouvinte.
Roberto Villar Belmonte, depoimento concedido ao autor em entrevista por e-mail

A Internet, espaço sem limitações de conteúdo, é apontada como possível complemento para a informação radiofônica. Thaís sugere a vinculação da notícia a um link da web para que o ouvinte possa aprofundar as questões e o entendimento de sua complexidade. Hoje em dia quase todas as ONGs e entidades têm seu site, e remeter o ouvinte a eles permite que a íntegra de suas ações e reivindicações seja conhecida.

Mesmo que no programa faça-se a divulgação de eventos envolvendo entidades ambientalistas, deve-se evitar que ele se torne um mero prestador de serviços. Isso pode ser conseguido convidando-se entrevistados cuja pauta esteja relacionada ao tema do evento e que possam aprofundá-lo. Aliás, não se pode esquecer que um aspecto muito importante da entrevista é aprender a escutar, prestando atenção nas respostas do entrevistado, e não simplesmente usando o tempo no qual ele fala para elaborar mentalmente a próxima pergunta. Concentrando-se nas respostas evita-se a perda de informações importantes que poderiam mudar o rumo da entrevista e conduzi-la a caminhos mais frutíferos do que aquele pré-imaginado (ORTIZ, 2001).

Outro ponto a ressaltar é que a entrevista não pode se tornar um simples monólogo, no qual o entrevistado passa dez ou quinze minutos falando sozinho. Isso cansa o ouvido do público. É importante que o entrevistador interfira, direcionando as perguntas para o ponto de interesse e recuperando o foco do entrevistado quando esse se dispersar ou se tornar repetitivo. O inquiridor também pode fazer comentários e observações, isso demonstra que ele está preparado, também

conhece sobre o assunto e não será ludibriado. Por outro lado, não se deve interromper o entrevistado no meio de um raciocínio, impedindo que ele conclua e fazendo com que a informação chegue incompleta ao ouvinte.

Para Belmonte, são os programas especiais a chave para se alcançar um maior nível de complexidade no radiojornalismo. Abre-se espaço para os temas mais polêmicos, com debates ou entrevistas, é possível dar um panorama bem completo ao ouvinte. O programa pode mesmo tratar de um único tema: os documentários possibilitam um trabalho maior de pesquisa, melhor aproveitamento do texto, entrevistas mais significativas e melhor exploração da sonoplastia.

A programação musical do programa também é um recurso útil na divulgação da mensagem ambiental, sobretudo no que se refere à função educadora do jornalista. Diversas canções propagam ensinamentos importantes em suas letras que, embaladas pelo ritmo certo, se fixam na mente do ouvinte forçando sua recordação:

A opção deve ser por bandas ou músicos que tenha algo a ver com a questão ecológica, ou mesmo coisas mais leves e relaxantes.

Thaís Teixeira da Silva, depoimento concedido ao autor em entrevista

Ainda há muito para se descobrir com respeito ao trato de temas ambientais no rádio. Outras respostas e outras saídas devem ser tentadas. É em busca de soluções e alternativas que, no próximo capítulo iremos mergulhar por completo no programa. Procuraremos não apenas identificá-las, mas também propô-las.

7 ANALISANDO O SINTONIA DA TERRA

Enfim chegamos ao capítulo no qual analisaremos quatro amostras do programa Sintonia da Terra. Construídos os alicerces sobre os quais pretendemos estruturar nossa observação, poderemos verificar se o programa consegue abordar adequadamente a questão ambiental no rádio. Para tanto, cruzaremos os conceitos de ambientalismo, jornalismo ambiental e radiojornalismo apresentados nos capítulos anteriores. Sabemos de antemão que dificilmente a complexidade do tema será contemplada em todos os momentos de cada edição do Sintonia. Sendo assim, pretendemos, nos casos em que a abordagem for satisfatória, indicar como isso foi conseguido, e, nos casos em que não for, tentar entender o porquê de não ter sido, além de apontar propostas de solução.

Como dito no capítulo dois, a escolha dos programas procurou abranger todas as suas fases de desenvolvimento. Assim, selecionamos uma edição sob comando de cada uma das três apresentadoras que já estiveram à frente do Sintonia da Terra em sua história, além da sua primeira edição. A análise será aqui apresentada e discutida na ordem cronológica na qual os programas foram veiculados na Rádio da Universidade. Dessa forma tentaremos, também, perceber evoluções e retrocessos ao longo da trajetória do programa.

Segmentamos as edições em diferentes partes – notícias, entrevistas, músicas, dicas ambientais – e faremos uma divisão quantitativa para que possamos observar qual o tempo dedicado para cada uma delas. Os minutos que sobrarem em um possível cálculo dos tempos aqui apresentados são aqueles que foram destinados à introdução de entrevistas, serviços como hora certa e temperatura ou ainda vinhetas de abertura, fechamento e passagem do programa. Dentro de cada uma dessas segmentações faremos a análise qualitativa do conteúdo. Estaremos focados naquela mensagem que efetivamente chegou até o ouvinte, não nos preocupando em tentar adivinhar as técnicas de edição que foram empregadas. Eventuais dificuldades ou equívocos de expressão e pronúncia das apresentadoras ou dos convidados do programa também serão considerados na mesma forma que se expuseram ao ouvinte.

7.1 Programa do dia 01 de agosto de 2003

A primeira edição do Sintonia da Terra que iremos analisar é também sua edição de estréia. A duração total é de cerca de 46 minutos, com três entrevistas e o mesmo número de intervalos musicais, além de um bloco de notícias. A apresentação é de Guta Teixeira, que já de início salienta ser a primeira edição do programa e – ao se dirigir ao público como “amigo ouvinte” – dá o tom da relação que se estabelecerá. A produção tem, além de Guta, participação de Gisele Neuls e Adriane Bertoglio Rodrigues.

Começamos pelas vinhetas de abertura e fechamento do programa. A narração da abertura, gravada por Gisele Neuls, diz apenas “*Sintonia da Terra, o programa ambiental da Rádio da Universidade*”. No mesmo modelo, o fechamento reforça a “*parceria com o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul*”. Essas duas narrações não variam, se repetindo em todas as edições que analisamos, e, por isso, não julgamos necessário comentá-las nas próximas análises.

As passagens internas, contudo, variam de acordo com a apresentadora, sobretudo na comparação entre as apresentadoras da primeira equipe – Guta e Gisele – e Thaís, que não chegou a trabalhar simultaneamente com nenhuma das duas. O texto de passagem escolhido por Guta Teixeira, e repetido duas vezes ao longo desta edição, esclarece que a proposta do programa é abordar “*os temas sócio-ambientais do momento, e as propostas de convivência harmoniosa com o planeta*”. Essa única expressão contém o compromisso com um fundamento básico do jornalismo ambiental: não apenas expor os problemas, mas também procurar alternativas.

Com relação às músicas escolhidas (em ordem, “Planeta Sonho”, “Pra Viajar não Precisa Gasolina” e “Determinei”)*, nesta edição tem função meramente de entretenimento, dando uma pausa na discussão dos temas ambientais. Somadas, abrangem cerca de onze minutos de programa. Ainda que as letras das duas primeiras tratem de questões como a finitude da Terra e –

* A transcrição das letras das músicas de todos os programas analisados se encontra em anexo.

principalmente na segunda – pareçam invocar certo desconforto frente às desigualdades do mundo, elas não procuram passar qualquer ensinamento de caráter ecológico.

A duração do bloco de notícias é de aproximadamente quatro minutos e meio. Nesse período foram abordados apenas três assuntos. Isso confere cerca de um minuto e meio para abordagem de cada um, o que já é indício de preocupação com a contextualização e aprofundamento. Guta anuncia a entrada do bloco de notícias antes de iniciar sua leitura:

Guta – Agora as notícias do Sintonia da Terra.//

Essa é uma prática simples e que dá mais clareza ao programa, além de chamar atenção do ouvinte desatento. No entanto, é uma característica apenas de Guta, como veremos nas próximas análises.

O primeiro tema é o Congresso Interamericano de Qualidade do Ar, que ocorria na cidade de Canoas, pela primeira vez no Brasil. Essas duas informações – proximidade e ineditismo – representavam o excepcional da notícia e, juntamente com uma breve explicação dos objetivos, em geral encerrariam uma nota comum de rádio:

Guta – Aconteceu de 23 a 25 de julho, pela primeira vez no Brasil, uma edição do Congresso Interamericano de Qualidade do Ar./ O evento ocorreu aqui em Canoas, reunindo cerca de 600 pessoas de vários estados brasileiros e do exterior./ O objetivo foi trocar experiências entre os pesquisadores, engenheiros, operadores de sistemas de proteção, que envolvem o controle da qualidade do ar, e técnicos das áreas ambiental e de saúde.//

Foi, porém, preocupação do programa não se deter a elas, apresentando opiniões de diferentes especialistas presentes ao evento – garantido assim certa pluralidade – e, principalmente, explicando causas e conseqüências da má qualidade do ar, sobretudo no que se refere à saúde pública:

Guta – Um dos maiores problemas de saúde pública é a má qualidade do ar./ As crianças e os idosos são os mais afetados por esse tipo de poluição, assim como os moradores de regiões mais pobres./ O alerta foi feito no terceiro Congresso Interamericano de Qualidade do Ar, pela doutora Helena Ribeiro, professora associada do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo./ Para a especialista, o ozônio formado a partir dos gases lançados pelos automóveis é o poluente que mais preocupa./ Isso porque os efeitos da poluição na saúde humana permanecem mesmo em zonas onde o ar ficou mais limpo./ Ou seja, esses efeitos são cumulativos.//

Um deslize pode ser apontado na informação sobre o programa que está sendo implementado pela Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde, visando envolver toda sociedade na melhora da qualidade do ar. Isso porque as medidas mencionadas ao longo da notícia falam apenas da mobilização das autoridades, o que não representa a sociedade como um todo:

Guta – Mais uma informação obtida no terceiro Congresso Interamericano de Qualidade do Ar./ No Brasil, a Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde, ligada ao Ministério da Saúde, está implementando um programa que visa envolver toda a sociedade brasileira para melhorar a qualidade do ar./ A iniciativa vai começar nos grandes centros, onde os problemas são mais sérios./ Conforme o coordenador geral de vigilância ambiental em saúde, Cícero de Góes Júnior, a idéia é mobilizar as autoridades locais, municipais e estaduais, para os problemas de saúde pública provocados pela má qualidade do ar.//

O Sintonia da Terra acabou aceitando e veiculando como verdade uma informação advinda diretamente da fonte interessada, sem provocar questionamentos. Apenas como observação, sublinhamos que a responsabilidade social do programa era, dali para frente, retomar a pauta periodicamente a fim de verificar se as resoluções e propostas do Congresso estavam sendo aplicadas ou não, algo que não podemos dizer ser foi feito, pois não temos como verificar apenas com nossa amostra.

Na segunda notícia, mais curta, o assunto é o lançamento do Fórum Social Brasileiro em Belo Horizonte, Minas Gerais, como preparação para o Fórum Social Mundial que ocorreria na Índia. O apreciável é que não trata diretamente de temas ambientais, mas de um tema social, o que justifica a identificação do Sintonia da Terra com os temas sócio-ambientais. Entretanto, a notícia não aprofunda nenhum assunto, apenas citando os eixos que vão orientar o Fórum:

Guta – Quarta-feira foi um dia muito importante para o movimento social brasileiro./ Em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi lançado o Fórum Social Brasileiro, reunindo representantes e militantes de diversos movimentos sociais e organizações não-governamentais./ O Fórum Social Brasileiro será realizado em Belo Horizonte entre os dias 6 e 9 de novembro deste ano, e terá três eixos gerais: imperialismo; o Brasil que temos e o Brasil que queremos; e o eixo dos movimentos sociais./ O Fórum Social Brasileiro é preparatório para o Fórum Social Mundial, que será realizado na Índia em janeiro do ano que vem.//

Utilizando como conexão entre a notícia anterior e a que segue o fato de serem fatos importantes ocorridos na quarta-feira daquela semana, a apresentadora passa de Belo Horizonte para Porto Alegre, onde ocorreu o “Fórum Fepam Debate: 10 anos da Lei 9921”. Aqui, basicamente, dá-se o serviço do evento:

Guta – Também na quarta-feira foi realizado o debate ambiental Dez Anos da Lei 9921: Resultados e Desafios./ O evento foi promovido pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Comissão de Saúde e Meio-Ambiente da Assembléia Legislativa e Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul./ De acordo com o diretor presidente da FEPAM, Cláudio Diuda, mais do que uma simples comemoração, as entidades promotoras pretenderam estimular um amplo debate sobre temas importantes para a sociedade, como a destinação dos resíduos urbanos, industriais e das instituições de saúde, entre outros.//

Um grave erro da notícia é não esclarecer nada sobre a lei, deixando o ouvinte na completa ignorância. Seria fundamental ensinar o ouvinte sobre do que trata a lei e quais suas implicações.

Ainda utilizando o gancho dos acontecimentos da quarta-feira, Guta introduz a primeira entrevista do programa. Por telefone, Kátia Monteiro, do Núcleo Amigos da Terra, fala sobre a questão da poda das árvores na Capital, discutida em reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente. O tempo da entrevista é de pouco menos de três minutos e meio. A entrevistada foi escolhida com acerto porque, sendo ela integrante do Conselho, pode dar uma visão sob enfoque dos movimentos ambientalistas e, ao mesmo tempo, não-oficial.

A entrevista, em sua totalidade, é voltada para os fatos envolvendo a reunião. Trata sobre as impressões da entrevistada com relação à discussão e às possibilidades de avanço. Nada se apresenta sobre a questão da poda, não sendo explicado ao ouvinte sequer qual é o motivo da discussão ou se, afinal, o movimento ambientalista está lutando a favor ou contra a poda. O momento ideal para se derrubar mitos comuns sobre a necessidade da poda anual, tão difundidos – e também tão combatidos pelo movimento ambiental – não é aproveitado. A entrevista preza exageradamente o factual, não contribuindo para educação do ouvinte:

Entrevistadora – Quem tava presente na reunião, Kátia?

Kátia – Estavam as ONGs ambientalistas, nós somos em três, o Núcleo Amigos da Terra, a AGAPAN e a Pangéia, estava um representante da OAB, o representante da CR-Bio, DMLU, a próprio SMAM com vários representantes, tinha um representante da CUT, havia bastante gente./ O que nós temos sentido é que não há uma participação efetiva de todos os órgãos do governo municipal que deveriam participar e que na verdade não participam./ A Secretaria de Planejamento, por exemplo, participa de todas as reuniões, mas tem outras secretarias que tem uma participação que deixa a desejar./ Isso para nós de certa forma prejudica, porque nós queremos levar a questão ambiental para dentro de todas as secretarias, influenciar as políticas das secretarias, e não que a questão ambiental seja tratada num departamento de educação ambiental ou num departamento de meio ambiente./ Então é um esforço que o próprio secretário DITER tem feito, tentando chamar toda representação dos órgãos públicos, e às vezes não se consegue./ A gente tem uma participação boa da FEPAM também, mas sempre fica uma coisinha a desejar, isso faz parte do processo também./.

Mesmo no que se refere à reunião, o tempo da entrevista é mal gasto, utilizado para apontar os participantes e lamentar as ausências. Entretanto, não existem questionamentos como o “por quê” da não participação de algumas secretarias municipais, ou se a participação é obrigatória, ou ainda se há propostas para solucionar o problema. Guta também não pede esclarecimentos sobre o plano diretor apresentado na reunião ou sobre projeções e próximas etapas do projeto. Faltam ainda questionamentos sobre as atribuições que o Conselho deverá desempenhar quando for consolidada a estrutura executiva sugerida pela entrevistada.

Vamos ao primeiro intervalo musical, e o programa volta falando sobre transgênicos. Guta faz uma boa introdução, explicando a situação no Rio Grande do Sul e as decisões tomadas pelo governo federal, sublinhando a ilegalidade nas ações dos plantadores. Cumpre, dessa forma, um papel muito importante, permitindo que cheguem ao ouvinte informações e interpretações que, em geral, seriam maquiadas ou distorcidas em uma emissora comum:

Guta – Estamos apresentando Sintonia da Terra, o programa ambiental da Rádio da Universidade./ Desde março o Rio Grande do Sul vive a polêmica dos organismos geneticamente modificados./ Mais da metade da safra de soja gaúcha foi plantada com sementes contrabandeadas da Argentina./ Em resposta, o governo federal publicou medida provisória liberando exclusivamente esta safra./ Para saber que atitude as pessoas terão ao se depararem com produtos transgênicos nas prateleiras dos supermercados, Sintonia da Terra foi às ruas perguntando: você consumiria um produto sabendo que é transgênico?/ Ouça as respostas na enquete com Adriane Bertoglio Rodrigues.//

Para expressar a opinião pública sobre o consumo voluntário dos transgênicos, o programa utiliza o recurso da enquete. São ouvidas 16 pessoas, que interagem com o programa indo além do simples sim ou não e justificando suas respostas. Apenas dois entrevistados responderam sim; dessa forma, o programa não veicula com peso igual uma opinião que, conforme a pesquisa citada na entrevista a seguir, é minoritária. Todavia, não ficou claro se todas as opiniões ouvidas foram veiculadas ou se aquelas eram apenas alguns exemplos. Isso era necessário para dimensionar ao ouvinte o quanto a enquete valia ou não realmente como parâmetro. Além disso, apesar da maioria das opiniões serem contrárias, a série de respostas

encerra com um sim, o que pode deixar transparecer uma idéia de posicionamento final sobre o assunto, que em nada favorece a luta ambiental.

A boa utilização da ferramenta de enquete é prejudicada pela falta de aprofundamento e correção das informações apresentadas. O programa deveria reservar um tempo para esclarecer equívocos e imprecisões colocadas pelo consultados na enquete:

Opinião 1 – Não./ Pela desordem que causa a natureza, e a vizinhança nas plantações./ As plantações vizinhas, elas são extremamente prejudicadas.//

Opinião 3 – Acho que sim./ Porque acho que já faz parte da vida da gente há tanto tempo e até agora eu não senti que a minha saúde vá mal.//

Opinião 7 – Não, não consumiria./ Porque tem agrotóxico, e eu prefiro mais os produtos que não têm agrotóxicos.//

O ouvinte, porém, fica com informações incompletas, ou mesmo erradas. Plantações transgênicas prejudicam as vizinhas? Existe comprovação de mal para a saúde? Transgênicos utilizam mais agrotóxico? Questões como essas precisavam de resposta.

Coletada a opinião do público, segue, por quase onze minutos, entrevista de Gisele Neuls com Mariana Paoli, do Greenpeace. Na chamada da entrevista, Guta explica que o propósito é saber como o movimento ecológico encara a liberação dos transgênicos. Num primeiro momento, podemos nos questionar se apenas a posição do Greenpeace vale como opinião do movimento ecológico como um todo, ou se haveria a necessidade de consultar-se representantes de outras ONGs; nesse caso, porém, parece-nos que apenas a entrevista com Mariana Paoli é suficiente, uma vez que ela fala não apenas em nome da ONG que representa, mas em nome de toda a Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos, da qual o Greenpeace faz parte.

O conteúdo da entrevista, infelizmente, a exemplo do que ocorreu na entrevista anterior, foge à problemática ambiental da questão e se envereda por outros caminhos; no caso, o dos aspectos econômicos. Poderíamos aceitar como argumento que o momento da luta contra os

transgênicos no país era justamente o de reforço dessas questões, atuando junto aos consumidores, já que a safra já estava liberada. Todavia, não são esclarecidas ou explicadas questões de ordem essencial para o ouvinte, contando que a plena compreensão dos assuntos debatidos se complementarará com conhecimentos prévios dele; algo que, como vimos na enquete, nem sempre corresponde a informações corretas e embasadas.

O caráter econômico é sempre ressaltado, sublinhando o suicídio econômico cometido pelos produtores gaúchos ao optar pelos transgênicos. Gisele, entretanto, não pergunta por que se insiste tanto nos transgênicos no Rio Grande do Sul, já que é um erro tão grande. Fica no mínimo estranho que logo os produtores, diretamente envolvidos, não percebam que estão perdendo dinheiro. Era preciso explicar que as perdas com os transgênicos vêm, sobretudo, a longo prazo:

Mariana – [. . .] É claro que, além da questão de saúde e meio ambiente, economicamente é um suicídio para o Brasil adotar essa tecnologia./ Principalmente porque é o único grande produtor mundial de soja capaz de atender a demanda crescente no mercado internacional pelo grão não-transgênico./ Hoje, cada vez mais, o Brasil tem tido um superávit agrícola pela exportação de soja, principalmente para a Europa e a Ásia./ Ao adotar essa tecnologia não apenas vai estar perdendo esta vantagem comparativa frente aos seus concorrentes, como Argentina e EUA, mas também estará na dependência de uma única multinacional, que é a Monsanto, que responde por mais 90% das sementes transgênicas plantadas hoje no mundo.//

A entrevista menciona alguns dados que ficam sem explicação. Por exemplo, é defendido que o princípio da precaução deve orientar a política nacional, mas não é explicado ao ouvinte do que se trata esse princípio. Mariana também menciona uma pesquisa que confirma que a maioria da população diz não aos transgênicos, mas a fonte não é citada. O trabalho da Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos também é comentado, afirmando-se que acontece em três frentes; contudo, pouco se fala das ações e formas de atuação. Em todos esses aspectos, era responsabilidade da entrevistadora questionar em busca de esclarecimentos.

Uma certa desatenção parece responsável pela pergunta com respeito ao consumidor estar preparado e ter informação para escolher entre transgênicos ou não. Isso porque, na resposta anterior, sobre o guia dos transgênicos, Mariana deixou claro que o guia era feito para o consumidor, o qual *não tinha informações suficientes*; ou seja, a resposta já estava dada.

A entrevistada encerra, a pedido de Gisele, deixando o contato do Greenpeace, opção para que o ouvinte aprofunde e amplie seu conhecimento sobre os temas comentados. Em seguida entra o segundo intervalo musical. Interessante que Guta, na chamada da música, também anuncia o tema da entrevista que virá a seguir:

Guta – Nós vamos ouvir Pra Viajar no Cosmos não Precisa Gasolina, de Ney Lisboa e Augusto Licks, com Ney./ E no próximo bloco você vai conhecer o projeto Imagens e Vozes de Esperança.//

Essa atitude ajuda a despertar o interesse no ouvinte. Infelizmente, não observamos que se repita em nenhum outro programa analisado.

A terceira entrevista do programa, de quase nove minutos, é com Márcia Medeiros, da ONG Brahma Kumaris, sobre o projeto Imagens e Vozes de Esperança. Guta começa explicando a importância internacional da ONG e ressaltando seu status consultivo geral junto ao Conselho Econômico e Social da ONU, o que confere maior autoridade à entrevistada:

Guta – Vamos conversar agora com a jornalista Márcia Medeiros, coordenadora da Brahma Kumaris em Porto Alegre./ Uma organização não-governamental internacional, que tem status consultivo geral junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas./ Aqui em Porto Alegre, onde atua há vinte anos, a Brahma Kumaris desenvolve projetos como o Vivendo Valores na Educação e Imagens e Vozes de Esperança dos quais a Márcia é a coordenadora./ É sobre o Imagens e Vozes de Esperança que nós vamos conversar./ Oi Márcia, tudo bem?//

A primeira pergunta é sobre como se deu o surgimento da ONG; entretanto, ainda não foi esclarecido do que se tratará na entrevista. A pergunta deveria tentar esclarecer o que é o projeto, antes de saber sobre sua origem. No tempo do rádio, isso já poderia ter custado a atenção do ouvinte:

Guta – Márcia, como é que surgiu o Imagens e Vozes de Esperança?//

Felizmente na resposta a questão já é esclarecida. Daí em diante, com intuito de compreender e conhecer o Imagens e Vozes, a entrevista segue uma linha cronológica de raciocínio, dos objetivos até às ações já postas em prática, o que facilita a compreensão do ouvinte.

O projeto afirma que as “*imagens ajudam a promover experiências de um determinado tipo de mundo*”, mas Guta não questiona a veracidade dessa proposta. Deveria indagar sobre a existência de pesquisas médicas ou psicológicas que comprovem o fato. A entrevistada apenas cita momentos em que a mídia se posicionou de forma positiva:

Márcia – Com certeza./ E aconteceu uma situação interessante, porque tive oportunidade de participar do primeiro diálogo que aconteceu do Imagens e Vozes, lá no Rio de Janeiro, e um dos jornalistas estava comentando sobre o papel da mídia no momento das torres lá nos EUA, em setembro./ Como foi uma situação extremamente difícil para todos os americanos, como que a mídia naquela hora se deu conta do papel dela como neutralizadora do sofrimento, com o papel de trazer algo de bom no meio de todo aquele contexto negativo./ Então eles mostraram imagens de atos heróicos dos bombeiros, imagens de solidariedade das pessoas, de ajuda, daqueles que conseguiram se salvar, e, em função disso, eles puderam de fato estar neutralizando um pouco todo aquele sofrimento./ [. . .]

Isso, entretanto, não comprova, por si só, que haja influência sobre o ouvinte. O objetivo do Imagens e Vozes é incentivar a mídia a abordar os assuntos sob todos ângulos, e não somente

o do sofrimento e da dor. Pareceu-nos estar aí um bom gancho para falar um pouco sobre abordagem holística, mas isso não acontece.

Quando questiona sobre ações de destaque do projeto, Guta se contenta com a pesquisa realizada no Rio de Janeiro sobre as preferências da audiência. O objetivo da coleta – manifesto pela entrevistada – é “*gerar reflexão para que o público saiba que tem um poder*”. Todavia, a ação da pesquisa foi apenas questionar o público, e não há menção sobre como se pretende gerar essa reflexão:

Guta – Que ações já dá pra destacar dentro desse projeto?//

Márcia – A partir desse diálogo, que foi primeiro diálogo, que tive oportunidade de participar no Rio, surgiu o um grupo de jornalistas, de pessoas ligadas à mídia de um modo geral, não só jornalistas, pessoal também ligado à propaganda, e eles estão se encontrando periodicamente, e um dos trabalhos concretos que já aconteceu foi uma pesquisa onde, no Rio de Janeiro, eles estão procurando saber da população que tipo de programa eles gostam de ver, porque eles gostam de ver esse programa./ E a idéia da pesquisa não é simplesmente coletar os dados de informação, mas é gerar também uma reflexão para que o ouvinte, o público, ele saiba que tem também um poder sobre o veículo que está trazendo aquelas imagens para ele./ Já se conseguiu alguma coisa na PUC, no Rio de Janeiro, já está em encaminhamento uma matéria, uma matéria não, uma cadeira da universidade, onde vai se trabalhar justamente essa questão da ética e dos valores, em cima do trabalho feito na comunicação.//

O tema do projeto parece ainda bastante teórico e muito distante da pretensão de se tornar uma ferramenta para mudança de mundo. Nessa entrevista faltou à entrevistadora questionar e provocar mais a entrevistada, não acatando todas respostas como satisfatórias. Aceitamos o teor amigável da conversa e as boas intenções contidas no pensar positivo advogado por parte da entrevistada, mas a jornalista não deveria esquecer do seu papel. De qualquer forma, faltou mais questionamentos por parte da apresentadora.

Na seqüência da entrevista, temos o último intervalo musical do programa, e então vamos para o fechamento desta edição. Guta dá os endereços do e-mail do programa e da EcoAgência de

notícias, mais uma vez, espaços importantes para se aprofundar nos temas apresentados. Essa foi a única edição, dentre as quais analisamos, em que foram dadas explicações sobre a EcoAgência e a atuação de seus colaboradores:

Guta – O Sintonia da Terra vai ficando por aqui./ Deixamos para você uma dica de fonte de informação./ É a EcoAgência de notícias, uma agência experimental especializada em pautas sócio-ambientais lançada em janeiro deste ano./ A EcoAgência é uma iniciativa do núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul e possui colaboradores em São Paulo, Brasília e Minas Gerais./ O endereço é www.ecoagencia.com.br./ E se você quiser fazer contato com a produção deste programa, envie um e-mail para sintoniadaterra@yahoo.com.br./ Suas críticas e sugestões são muito bem-vindas.//

Informação interessante, acreditamos estar presente apenas nessa edição pelo fato de, à época, a EcoAgência ter recém sido fundada, com menos de um ano de existência.

7.2 Programa do dia 26 de setembro de 2003

O segundo programa de nossa amostra tem apresentação de Gisele Neuls, com produção ainda sob responsabilidade do trio Gisele, Guta e Adriane Bertoglio. Reflete o momento no qual Guta, envolvida com compromissos pessoais, não pôde estar à frente do programa. É dedicado à água, com aparente objetivo de aprofundar a contextualização de um tema. Ao todo, teve pouco mais de 55 minutos, contento três entrevistas, bloco de notícias, três intervalos musicais e alguns espaços de explicação sobre problemáticas da água.

Com relação às vinhetas, na introdução seguem o mesmo padrão das utilizadas no programa anterior. Numa pequena variação, ao invés de “*propostas de convivência harmoniosa com o planeta*”, Gisele fala em “*possibilidades*”; provavelmente devido mais a um erro de leitura do que a um ato intencional da apresentadora. Nas passagens, porém, Gisele prefere ser

mais direta e, abandonando o bordão sócio-ambiental, destaca apenas que o Sintonia da Terra é um “*programa preocupado com a preservação da vida no planeta*”.

As músicas, juntas, tomam cerca de oito minutos, tempo relativamente pequeno para um programa de quase uma hora. Nessa edição – voltada ao tema água – foram selecionadas, na ordem em que aparecem, O Mar, Correnteza e O Choro das Águas. Buscou-se claramente compor uma identidade única com a temática do programa.

Quatro temas são abordados nos cerca de cinco minutos do bloco de notícias, delegando pouco mais de um minuto para cada – menos que no programa analisado anteriormente. Antes, porém, Gisele, em meio minuto, faz considerações sobre a situação da água potável no mundo, aproximando o tema do ouvinte e utilizando inclusive, como exemplo, o Guaíba:

Gisele – Você sabia que menos de 1% da água existente no planeta é próprio para consumo humano e está na superfície?/ Pois é, as fontes de água doce disponíveis estão na sua maior parte em lençóis subterrâneos e nas geleiras./ Assim, as águas de superfície, ou seja, rios, arroios, riachos e lagos, como o nosso Guaíba, compõem no total menos de 1% de toda a água existente, cuja maior parte está nos oceanos./ O programa de hoje é dedicado à água, essa fonte essencial de vida que não estamos sabendo cuidar adequadamente.//

Diferentemente do programa anterior, não há qualquer anúncio sobre a entrada no bloco noticioso, e a primeira notícia trata igualmente sobre água, a percepção da mudança de assunto fica confusa. A notícia fala sobre o gerenciamento da água, enfocando no desejo dos EUA de que as águas da bacia amazônica sejam tratadas como águas internacionais. Apesar da confusão na passagem, os dados são claros e completos, dando uma visão geral do tema e apresentando a posição oficial, inclusive citando o conceito de águas transfronteiriças como alternativa:

Gisele – Considerada a grande riqueza do século 21, a água em condições de uso está no centro de um debate de especialistas./ No caso da Bacia Amazônica, maior bacia hidrográfica do mundo, os EUA tentam trabalhar com a idéia de águas internacionais, justificando que, como a água é um

recurso e essencial à vida, temos que cedê-la./ Mas para o Secretário Nacional de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Serra, é preciso manter nossa soberania./ A pressão é mantida pelos EUA, como boa parte dos países que assistem a redução sistemática do lençol freático./ Poluição e desperdícios são as ameaças para rios e oceanos./ Desde a conferência de Kyoto, em 1997, no Japão, que representantes americanos vêm tentando enquadrar as riquezas hídricas brasileiras no conceito de águas internacionais./ O secretário informa ainda que a potencialidade hídrica chama a atenção do mundo, assim como a biodiversidade./ Mas o que o governo defende são as águas transfronteiriças, cuja gestão só diz respeito aos países banhados e integrantes de determinadas bacias hidrográficas.//

O problema maior de confusão se dá na transição da primeira para a segunda notícia. A mudança não é facilmente percebida, e quando ocorre já estamos no final do texto e informações importantes foram perdidas:

Gisele – A certificação ambiental é o credenciamento dado a produtos com um bom manejo florestal e que assegurem o equilíbrio ecológico, a viabilidade econômica e a justiça social./ No Brasil o projeto Sustentabilidade e Certificação Florestal na Mata Atlântica é desenvolvido desde maio de 2000.//

O assunto – a certificação ambiental – não é explicado devidamente. É citado o projeto de certificação desenvolvido no país, mas não é dito quem é o responsável, se é do governo ou privado, ou ainda quais padrões utilizados para concedê-la. O principal motivo da nota parece ser informar que a erva-mate, produzida na região de Lajeado, foi certificada:

Gisele - Em março deste ano o projeto lançou os padrões de certificação para produtos florestais não-madeireiros em remanescentes da Mata Atlântica./ Foram feitos estudos sobre o sistema de exploração de três recursos nativos da Mata Atlântica./ Palmito na região Sudeste, erva-mate na Região Sul e piaçava no Nordeste./ Chegou-se a certificação da erva-mate.//

É uma notícia importante para o povo gaúcho, mas apresentada de forma rasa, e sem relevância num processo de educação ambiental.

A nota seguinte é também bastante factual. Trata da inauguração de um centro para preservação da baleia franca. É dado algum contexto, com informações sobre a posição da espécie no ranking da extinção e indicação do primeiro lugar. Também são apresentados elementos relativos a hábitos de vida da baleia franca:

Gisele – Foi inaugurado em Imbituba o Centro Nacional de Conservação da Baleia Franca./ O objetivo é que esse centro seja referência nacional para estudos sobre conservação da baleia franca austral./ Cetáceo ameaçado de extinção e que encontra nas águas do litoral catarinense o local adequado para amamentar filhotes e perpetuar a espécie./ A organização não-governamental Coalizão Internacional da Vida Silvestre e WC Brasil, responsável pelo Projeto Baleia Franca, administrará o centro.//

Sente-se falta, contudo, de informações esclarecendo os motivos de a espécie estar na lista das ameaçadas de extinção e sobre as ações que o centro empreenderá na luta pela sua preservação.

A última notícia trata da medida provisória que liberou o plantio de soja transgênica naquela safra. As informações diretamente ligadas à MP estão bastante completas, mas falta uma nota retomando a explicação do que são os transgênicos. Outra vez, parece que a produção contou com conhecimentos prévios do ouvinte e julgou desnecessário explicar:

Gisele – Tão logo o presidente Lula retorne ao Brasil será editada a Medida Provisória que autoriza o plantio de soja transgênica no Rio Grande do Sul./ Lula está diante de um dos maiores dilemas do governo./ Confrontar a justiça e os movimentos ambientalistas ou enfrentar a desobediência civil dos agricultores do RS./ Mas, caso o governo federal insista em editar essa Medida Provisória, que libera o plantio de soja transgênica na safra 2003/2004, enfrentará

resistência do Judiciário./ De acordo com a sub-procuradora geral da república, Sandra Kurô, o Ministério Público Federal poderá questionar a medida provisória no STF e nos estados.//

Os pontos positivos da notícia ficam por conta de, mais uma vez, o programa afirmar que os plantadores de transgênicos agem em desacordo com a lei, e se posicionam claramente, dizendo que o país não pode definir sua política agrícola em função das pressões econômicas envolvidas:

Gisele – Representantes de movimentos contrários aos transgênicos fazem manifestações e pedem a demissão do ministro da agricultura, Roberto Rodrigues./ O certo é que um país que pretende ser celeiro do mundo não pode permitir que sua política agrícola defina-se ao sabor do lobby de multinacionais, de deputados e de agricultores que agem em desacordo com a lei.//

Após o intervalo musical, temos a primeira entrevista. Por quase nove minutos Guta conversa com o engenheiro em gestão de recursos hídricos Patrick Leniô. Seria oportunidade para aprofundar o assunto água – tema central do programa – mas perde-se muito tempo com perguntas e dados sobre a vida do entrevistado. Entendemos que a história pessoal pode ser uma boa fonte de informações e aprofundamento sobre temas complexos, mas não é o que ocorre nesse caso. Patrick é incentivado a falar das suas vivências em detrimento das suas práticas na gestão de recursos hídricos; o máximo que se consegue é mostrar um pouco das áreas possíveis para atuação de algum interessado em ingressar na profissão.

Guta deveria direcionar a entrevista permitindo o aprofundamento das reflexões; mas, ao contrário, ela troca a pauta tão logo o entrevistado introduz um tema. Por exemplo, Patrick, comentando sua experiência como conselheiro na questão das enchentes na França, lembra ter partido de um trabalho técnico para um trabalho político e humano junto às prefeituras:

Patrick – [. . .] Então tinha que juntar as prefeituras de cima e as prefeituras de baixo, para fazer um plano mais coerente, dar mais solidariedade./ Então, eu parti de um trabalho técnico sobre as enchentes para chegar até um trabalho mais político, mais humano, de solidariedade.//

Guta – Tu participaste das discussões sobre a reformulação da política das águas na França./ Como foi esta experiência?//

Guta coloca outra questão quando a entrevista poderia ter se detido um pouco mais no ponto levantado por Patrick, ajudando a entender mais sobre essa transição, o que talvez contribuísse com alternativas aplicáveis na realidade local de Porto Alegre, que também padece com enchentes.

Quando Patrick fala do momento singular, no qual a Ministra do Meio Ambiente da França quis acabar com o sistema de gestão de recursos hídricos, do qual todos gostavam, muitas questões ficam sem resposta. Por que, se todos gostavam, ela queria acabar com o sistema? Como ele funcionava? Como era a contraproposta apresentada pelo sindicato do entrevistado, e que melhorias traria ao sistema?:

Patrick – [. . .] foi uma coisa muito estranha./ Todo mundo gostava desse sistema, mas ela queria acabar com esse sistema./ Então eu me mobilizei, na época, num sindicato, no Sindicato dos Funcionários do Meio Ambiente./ Mas não um sindicato normal, é um sindicato que defende os direitos dos trabalhadores dentro do sindicato, mas sobretudo que defende uma idéia do meio ambiente, um sindicato ecologista, mais ou menos./ E que queria então fazer uma contraproposta para melhorar o sistema, não acabar com sistema, mas melhorar aquele sistema francês que já tinha uns 30 anos de idade, precisava evoluir.//

Outra questão interessante escapa quando não é aprofundada a reflexão de Patrick sobre sua experiência na África e a tentativa fracassada de implementar um sistema de gestão de cima para baixo. A necessidade de maior conhecimento da realidade local e de propostas de gestão próprias da população são citadas, mas não têm continuidade:

Patrick – [. . .] A gente queria implementar um sistema de comitê de bacia, mas na verdade o que acontecia é que a gestão solidária da água já era uma prática neste país./ O estado e os funcionários do estado não conheciam as práticas de campo do próprio país./ A gente tentou

implementar um sistema de cima para baixo, mas não deu./Precisaria mais conhecer a realidade e depois construir um sistema a partir da realidade de lá, coisa que muito mais demorada, muito mais complicada do que impor o sistema de cima para baixo.//

Guta, novamente prezando perguntas de caráter pessoal, questiona o que trouxe Patrick ao Brasil. Ele salienta que, após participar do Fórum Social Mundial, veio para Porto Alegre estudar Ciências Sociais porque a cidade era o local ideal, mas Guta não pergunta o por quê.

Só nos três minutos finais da entrevista surge a questão dos recursos hídricos, com perguntas sobre as pesquisas do entrevistado nos comitês de bacia; muito pouco dentro do tempo total da conversa:

Guta – Que tipos de trabalho tu estás desenvolvendo aqui?//

Patrick – Eu estou pesquisando sobre os comitês de bacia para o mestrado da PUC e eu participei desde março deste ano no comitê do lago Guaíba./ Agora, não é bem um trabalho, é mais uma observação, uma pesquisa sobre o próprio comitê.//

Guta – O que tu estás procurando nesta pesquisa?//

Patrick – O sistema de gestão dos recursos hídricos aqui no Brasil é muito participativo./ Tem uma presença da sociedade nos comitês de bacia./ O que me interessei de ver como essa participação se articula e como o sistema está se construindo agora.//

Patrick diz pesquisar como se articula o sistema participativo de gestão empregado no Brasil, mas Guta não formula perguntas sobre resultados ou impressões parciais. Seu interesse está na comparação das semelhanças entre o sistema francês e o brasileiro. Naquele contexto, pareceu mera preocupação da entrevistadora com o exótico para valorizar a notícia, o que não deve acontecer com a informação ambiental. Todavia, Patrick esclareceu que o sistema brasileiro foi bastante inspirado no sistema francês, o que tornou a pergunta relevante:

Patrick – O sistema brasileiro se inspirou bastante na experiência da França./ Principalmente o sistema aqui no Rio Grande do Sul./ Formação dos comitês de bacia, a idéia da cobrança pelo uso da água./ Mas tem uma diferença bastante importante no sentido de uma melhoria do sistema./ O sistema francês é um sistema muito tecnocrático, não tem uma participação da sociedade./ Aqui no Rio Grande do Sul tem essa riqueza, e acho que a França poderia se inspirar nas experiências daqui para repensar a sua situação./ No sistema francês têm muitas tentativas ultimamente para melhorar o sistema nessa questão da participação./ Mas não tem uma cultura de participação da sociedade nas decisões públicas como tem aqui no Rio do Grande do Sul./ É um sistema mais representativo, de democracia representativa, aqui é mais esse lado da democracia participativa.//

Dever-se-ia, a partir de então, explorar a potencialmente inspiradora democracia participativa do sistema brasileiro, em oposição à democracia representativa do sistema francês, caminho apontado pelo próprio entrevistado.

No final, mais uma vez, a entrevista escorrega para o campo pessoal, com perguntas sobre os planos do entrevistado para o futuro. A conversa certamente ultrapassou os limites do amigável, centrando-se nos aspectos particulares da trajetória profissional do entrevistado. Parece mais uma entrevista com artista ou celebridade do que uma entrevista de um programa preocupado com os temas sócio-ambientais e com a formação ecológica dos ouvintes. Procurando nas entrelinhas, excelentes assuntos poderiam ser pautados. Para isso, todavia, é preciso ouvir a entrevista duas ou três vezes. No tempo real e imediato de veiculação do rádio, nada é aprofundado satisfatoriamente. Ao objetivo anunciado – de tratar sobre as pesquisas com os comitês de bacia do estado – é delegado apenas um pequeno trecho da conversa.

Antes da entrada da segunda música o programa dá uma rápida dica (menos de meio minuto) sobre economia de água na lavagem de louça:

Gisele – Fique atento ao lavar a louça./ Atos simples como limpar os restos de comida antes de começar, encher a pia até a metade para ensaboar, manter a torneira fechada, e enxaguar a louça em mais meia pia de água limpa economiza até 97 litros de água em 15 minutos de lavagem.//

A escolha é bastante acertada porque, além de cumprir com a função educadora, lida com um assunto comum a todos. Isso mostra que todos, de alguma forma, podem agir e têm responsabilidade na conservação dos recursos. Além disso, em pouquíssimos segundos Gisele conseguiu, quantificando a informação, dar ao ouvinte uma dimensão exata da importância de sua ação.

As dicas sobre água continuam após o intervalo musical, em um bloco de quase três minutos. É feito um bom aprofundamento sobre desperdício, com bastantes informações, abordando desde a situação global até o caso brasileiro:

Gisele – No caso do Brasil, uma nação na qual água, embora seja considerada abundante, não atende completamente as necessidades vitais de toda a população./ E pior, grande parte da água está contaminada ou têm suas nascentes e encostas destruídas.//

São dadas mais algumas dicas diretamente para o ouvinte, em geral com linguagem acessível, esbarrando em um ou outro termo mais específico que deveria ter sido esclarecido:

Gisele – [. . .] Por isso, fica a dica, não jogue lixo nos rios e arroios, não destrua a vegetação se ciliar e reduza o uso de produtos químicos, geralmente utilizados na limpeza e higiene da sua casa.//

Da metade para o fim do bloco, porém, a abordagem se afasta um pouco do ouvinte comum, ao focar erros e soluções para o meio agrícola, maior responsável pelo consumo da água.

Na segunda entrevista do programa, Adriane Bertoglio deveria conversar sobre os três eventos simultâneos relacionados à agroecologia que aconteceriam em Porto Alegre com Ana

Vals, uma das coordenadoras. Entretanto, a repórter comete um dos erros mais graves do radiojornalismo ao permitir que a entrevista se torne um longo monólogo, no qual apenas a entrevistada fala durante os quase sete minutos de duração. Não há perguntas que facilitem a compreensão, dividindo as idéias contidas nas respostas. Não existem intervenções ou orientações da entrevistadora. Tudo o que temos é uma lista dos temas e subtemas dos eventos, sem reflexão ou explicação sobre os assuntos. Para o ouvinte, se torna algo repetitivo e cansativo, e certamente ele não pensará duas vezes em trocar de estação. E, mesmo para o mais persistente, ao final ficam somente dados sobre local e data dos acontecimentos, algo que poderia ter sido divulgado em uma notinha curta no bloco de notícias, reservando o tempo dessa entrevista para aprofundamentos sobre agroecologia ou qualquer outro assunto.

Mais um intervalo musical separa a entrevista anterior da parte final do programa. No retorno, em menos de um minuto, Gisele consegue fazer uma boa apresentação dos aspectos da Bacia do Guaíba:

Gisele – As águas dos rios Gravataí, Sinos, Cai e Jacuí desembocam no delta do Jacuí formando o lago Guaíba, que banha os municípios de Porto Alegre, Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão./ Os principais impactos ambientais na bacia do Guaíba são o escoamento de esgoto da capital e das águas poluídas dos rios Gravataí e Sinos./ Além disso, nessa região, existem indústrias de produtos alimentares, metalurgia e celulose./ Desde 1989 o estado possui um programa de despoluição e preservação desse sistema, o próGuaíba./ Uma conquista que conta com a participação ativa de diversas entidades ambientalistas./ [. . .]

Na seqüência, em um segmento do programa que denomina Ação Ecológica, conversar com Guilherme Dornelles, vice-presidente da AGAPAN, entidade ativista na história da preservação do Guaíba. A entrevista, contudo, repete o erro da anterior e, ainda mais longa, deixa que o entrevistado fale por mais de quinze minutos. A entrevistadora tenta apenas uma vez interromper e, ignorada, permite que ele prossiga até o final da conversa.

A narração é uma reconstrução histórica da luta pela água no estado, passando pelas políticas adotadas em diversos governos municipais até os comitês de bacia e o plano estadual. O enfoque se dá, sobretudo, na Bacia Hidrográfica do Rio Guaíba, o que confere um caráter local e de proximidade que tem de tudo para atrair o interesse do ouvinte:

Guilherme – [. . .] E aí foram apresentados os projetos, e foi uma cena memorável até que nós tivemos na nossa capital, em Porto Alegre, quando o Lutzenberger, fazendo as contas de acordo com as planilhas que os técnicos apresentaram, de como seria feita a despoluição, o tratamento dos esgotos, ele disse “olha, o que vocês estão propondo para o Guaíba é nós pegarmos um copo de água e colocarmos uma colherzinha de fezes nele”./ [. . .]

No entanto, a ausência de um verdadeiro diálogo na entrevista é decisiva para seu fracasso. Faltam perguntas que possam dividir os períodos históricos e, no caso dessa entrevista – mais longa – reafirmar o assunto da conversa, para que o eventual ouvinte que tenha ligado o rádio naquele momento pudesse acompanhar o assunto a partir daquele ponto. Disponibilizar muita informação de nada adianta se a maior parte dela não puder ser absorvida. As características do rádio como veículo não podem ser esquecidas, por mais que o assunto fosse interessante. Todo esforço acaba se revelando inútil se a mensagem não é compreendida.

Gisele poderia ter interrompido o entrevistado para perguntar o que faz do Guaíba um lago e não um rio quando o entrevistado tocou no assunto, algo que certamente teria chamado atenção do ouvinte; ou para questionar como o movimento ambientalista, que segundo Guilherme tinha representantes trabalhando dentro da administração municipal, paradoxalmente não ficou sabendo da construção de um calçadão na beira do lago:

Guilherme – [. . .] e aí já se começou a discussão também de que o Guaíba não era um rio, era um lago./ [. . .] muitos membros das nossas entidades ecológicas, da AGAPAN principalmente, foram trabalhar em cargos importantes da administração popular, os próprios coordenadores do Guaíba Vive eram membros do movimento ecológico [. . .] Posteriormente foi feito um calçadão,

mas isso foi uma coisa que passou assim, que o movimento não ficou sabendo, quando viu já estava construído um calçadão lá [. . .]

Deveriam também terem sido feitos aprofundamentos com relação às implicações da separação entre os órgãos de gestão de recursos hídricos e os órgãos de gestão ambiental e a consequente possibilidade de privatização da água:

Guilherme – [. . .] justamente a nossa preocupação hoje maior é essa, que como a legislação federal fez essa separação, isso aí está abrindo um caminho muito perigoso para a privatização da água./ E nós estamos já percebendo ruídos muito fortes vindos do Planalto Central de que o governo atual, o governo Lula, parece que não vai ter força para evitar a privatização da água./ Esse aí é um assunto que eu acho que vai ser o grande tema de discussão num futuro bem próximo.//

Por fim, após muito se falar sobre comitês de bacia e participação, não foi dito o que o cidadão deve fazer para integrar algum deles.

O programa encerra deixando e-mail para contato. Ao contrário do programa analisado anteriormente, no entanto, não é indicado o site da EcoAgência ou qualquer outro site para aprofundamento dos temas ambientais.

7.3 Programa do dia 16 de janeiro de 2004

No nosso terceiro programa a apresentadora volta a ser Guta Teixeira. Apesar de ter Guta, Gisele e Adriane Bertoglio na produção, é um programa do período no qual Gisele estava menos presente, envolvida com as questões referentes à conclusão do curso de Jornalismo. Isso pode ser observado pelo fato de que não haver entrevistas realizadas por ela nesta edição. A duração total é de cerca de 53 minutos, com apenas duas entrevistas, um bloco de notícias, um bloco de

educação ambiental e sem músicas. Guta utiliza a mesma vinheta de passagem da primeira edição – que aparece duas vezes – reafirmando o compromisso sócio-ambiental e de fomentador de propostas do programa, além de adotar a vinheta utilizada por Gisele, sobre a preocupação com a preservação da vida no planeta, que aparece uma vez, mas trocando a palavra “*preocupado*” por “*envolvido*”.

Como ocorreu na edição de estréia, Guta anuncia a entrada do bloco de notícias, facilitando a percepção de mudança de enfoque por parte do ouvinte. Nesta edição, ela aproveita o momento para reforçar que as notícias são uma parceria com a EcoAgência criada pelo Núcleo de Ecojornalistas:

Guta – A seguir as notícias do Sintonia da Terra, numa parceria com a agência de notícias EcoAgência, criada pelo Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.//

O bloco tem quase treze minutos, sendo o maior dentre todos os analisados. São abordados oito temas; mas, como para alguns deles a produção delegou poucos segundos, apenas para dar o serviço de algum evento, foi possível que pelo menos três assuntos fossem discutidos de forma aprofundada, sendo que seis deles receberam mais de duas notas. É o modelo que mais se aproximou da informação noticiosa ambientalmente satisfatória, porque conseguiu, aumentando o tempo total do bloco, penetrar alguns assuntos sem deixar de divulgar eventos importantes da área ambiental – e sem dedicar-lhes tempo além do necessário.

A primeira notícia cumpre uma função extremamente importante, conferindo espaço para veiculação dos argumentos da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos que desmentiam a publicidade divulgada pela empresa Monsanto, coisa que dificilmente se conseguiria em um veículo tradicional. A apresentadora lê dados constantes do relatório da própria Campanha, o que garante uma informação completa, ainda que, em alguns momentos, falte adaptação à linguagem do rádio:

Guta – Vamos conhecer alguns dos argumentos apresentados pela Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos em sua manifestação de repúdio a publicidade que vem sendo veiculada pela empresa Monsanto na TV, em rádios e na imprensa escrita./ De acordo com a campanha, a Monsanto usa uma abordagem emocional para tentar levar o consumidor a acreditar que a segurança alimentar e ambiental dos produtos transgênicos já está mais do que comprovada, citando benefícios que a biotecnologia poderia proporcionar./ E inclusive estabelece uma relação inexistente dos transgênicos com a conservação do meio ambiente.//

São apresentadas as idéias veiculadas pela Monsanto, seguidas de contra-argumentos da Campanha, impedindo, dessa forma, que os ouvintes sejam ludibriados pelas inverdades da multinacional. Além disso, ao contrário do que ocorreu na entrevista com Mariana Paoli no primeiro programa, a fonte da pesquisa citada na notícia é informada, conferindo maior credibilidade e permitindo que os interessados chequem as informações:

Guta – [. . .] Alerta que estudos da Royal Society, do Reino Unido, em 2002, recomendaram ao governo inglês especial atenção aos alimentos transgênicos destinados à alimentação infantil ou de nutrizes pelos riscos que podem representar./ Seus autores chegaram a declarar que bebês alimentados por mamadeira podem ficar subnutridos se alimentados com fórmulas infantis geneticamente modificadas, em função da inadequação de regulamentação e regimes de testes para alimentos transgênicos.//

A segunda notícia é mais curta, mas não deixa de ser completa. Trata dos riscos de queimadas no verão, explicando sobre comportamento potencialmente incendiário e dando dicas para evitá-lo:

Guta – A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, alerta para o risco de queimadas nesta época do ano/ A combinação clima seco, temperaturas elevadas e atitudes inadequadas é certamente incendiária./ Portanto evite jogar pontas de cigarros acesos no capim seco, acender velas de rituais religiosos nas áreas verdes das cidades e botar fogo em coberturas vegetais.//

O programa também indica os contatos para denúncia de incêndios criminosos. Informações sobre malefícios das queimadas para o ecossistema não são citadas, mas não parece ser esse o objetivo da notícia; sua omissão reserva tempo para aprofundamento de outras questões.

As informações omitidas na terceira notícia, em contrapartida, não são dispensáveis. A nota conta que o STJ impediu uma empresa mineira de importar carcaças de pneu destinadas à industrialização, porque isso traria riscos à saúde pública e ao meio ambiente:

Guta – A empresa mineira Novo Friso Ltda não poderá importar carcaças de pneus destinadas a industrialização./ A decisão do presidente do Superior Tribunal de Justiça acolheu o argumento do IBAMA./ A importação de materiais pneumáticos causaria grave lesão à saúde pública e ao meio ambiente equilibrado.//

No entanto, nada é dito sobre o histórico da questão, ou mesmo o tipo de uso industrial das carcaças dos pneus. Seria importante explicar o que havia ocorrido anteriormente no caso e, sobretudo, usar a notícia para falar da prática danosa e abusiva na qual alguns países exportam lixo e resíduos perigosos para outros, além da questão do transporte em águas internacionais.

A notícia seguinte seria apenas factual se não utilizasse dados que vão além do fato novo. Mas, pelo contrário, após divulgar a triste colocação do Brasil como terceiro no ranking do tráfico de animais silvestres, a notícia aprofunda o assunto:

Guta – O Brasil é o terceiro colocado no ranking do tráfico de animais silvestres./ Para tirar o país dessa lamentável dianteira a deputada federal Cátia Abreu, do PFL de Tocantins, apresentou um projeto de lei que aumenta as penas das pessoas que caçarem ou matarem animais silvestres./ De acordo com a CPI que investigou o tráfico de espécies da fauna e da flora brasileira, 90% do comércio de animais silvestres no Brasil é ilegal./ A CPI relata também uma constatação

lastimável./ De cada dez animais retirados da natureza, apenas um consegue sobreviver às péssimas condições de capturas e transporte.//

Gisele fala das mudanças propostas para a legislação, divulgando as novas penas previstas, de forma a coibir infratores. Números oficiais retirados do relatório da CPI que investigou o tema complementam as informações.

Um problema sério, relacionado à linguagem radiofônica, é cometido na quinta notícia:

Gisele – Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina deram o passo inicial para consolidar o programa Pró-Rio Uruguai Aquífero Guarani./ Foi protocolado na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o termo de referência de doação para elaboração do Plano-diretor do programa para desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai./ A proposta foi elaborada pela Secretaria Estadual das Obras Públicas e Saneamento do Rio Grande do Sul e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina, tendo a parceria do Ministério das Cidades.//

Lido no tempo real do rádio, sem oportunidade para releitura e interpretação, esse trecho não diz absolutamente nada. O ouvinte, quando muito, saberá (se conseguir filtrar a primeira parte da nota) que Rio Grande do Sul e Santa Catarina darão início a consolidação do programa Pró-Rio Uruguai Aquífero Guarani. O restante do texto é, além de confuso, desnecessário para uma nota de rádio. Era obrigação da redatora substituir os termos e simplificar a linguagem, tornando-a acessível ao ouvinte.

Além de estar equivocada em termos de forma, a notícia também peca com relação ao conteúdo: em nenhum momento é dito qualquer coisa sobre o que é o programa Pró-Rio Uruguai Aquífero Guarani, ou sobre o que é o próprio aquífero, ou ainda sua importância ou o que é um aquífero. Parece que essa notícia foi redigida apenas para atualizar, pontualmente, quem domina o assunto, ou para divulgar uma medida dos governos.

A sexta notícia trata da informação divulgada pela WWF de que os orangotangos podem estar extintos em 20 anos. É uma nota curta, com objetivo meramente informativo, mas oferece informações suficientes para que se tenha um contexto das causas da extinção e da velocidade com que ela ocorre:

Guta – Segundo o WWF, os orangotangos podem estar instintos em vinte anos./ Isto porque no século passado o número de símios dessa espécie caiu cerca de 91%, em áreas de Bornel, na Malásia, e Sumatra, na Indonésia./ Estima-se que até 1987 havia uma população mundial entre quarenta e cinco mil e sessenta mil orangotangos./ Mas em dois mil e um o número caiu pra entre vinte e cinco e trinta mil, sendo que grande parte deles, vive fora das reservas ambientais./ Segundo o WWF, a redução de orangotangos deve-se ao extrativismo de madeira e ao desmatamento de áreas florestais para uso agrícola.//

Apenas falta uma explicação sobre se os dados apresentados são da própria WWF ou se são provenientes de outra fonte e, em caso afirmativo, de qual fonte são esses dados.

A água como tema de campanhas de entidades importantes é o assunto da penúltima notícia. Apenas são citados os temas dessas campanhas, sem nenhum tipo de discussão ou reflexão sobre o que significam. A notícia é puramente de serviço. O programa poderia ter minimizado as carências da nota, divulgando o link para os sites das entidades, a fim de que o leitor pudesse buscar informações mais completas sobre as campanhas.

A exemplo da notícia anterior, a de encerramento é também uma notícia de serviço. Entretanto, mais ampla, trata das atrações na Fundação Zoobotânica e no Parque Zoológico. O molde adotado pela produção do programa dessa vez é correto, aprofundando bastante as informações sobre um dos eventos e, em seguida, utilizando dois blocos curtos para divulgar as demais atrações:

Guta – A exposição “Banhados: Ecossistemas Ameaçados” apresenta 32 áreas úmidas, consideradas as principais do Rio Grande do Sul, pela extensão territorial ou pela diversidade de espécies que abrigam./ Ao longo dos tempos, não só no nosso estado, mas em todo o país, tem ocorrido uma expressiva perda de áreas de banhados./ [. . .]

Guta – Prossegue também a programação da Fundação Zoobotânica em Porto Alegre./ Na próxima quarta-feira, dia 21, no Jardim Botânico, tem oficina de herborização de plantas, às nove horas./ Também nesta quarta, e nas próximas duas, dias 28 de janeiro e 04 de fevereiro, às quinze horas, tem visita as coleções especiais do Jardim Botânico./ E nas quintas-feiras, 22 e 29 de janeiro, às nove horas da manhã, acontece a visita orientada “Conhecendo o Jardim Botânico”./ Informações e inscrições pelos telefones 33202027 e 33202000.//

Além disso, foi fornecido o telefone para os ouvintes interessados em mais informações.

Após o longo bloco de notícias entra a primeira entrevista do programa, com pouco menos de 16 minutos. Adriane Bertoglio conversa com a integrante da ONG União Pela Vida, que está organizando um abaixo-assinado para evitar a abertura da temporada de caça no estado. Apesar de algumas perguntas banais – como quais os objetivos do abaixo-assinado – a entrevista consegue ser bastante interessante, trazendo perguntas esclarecedoras que o ouvinte certamente teria feito. Adriane indaga sobre o número de assinaturas já conseguidas, estimativas e abrangência. Também não lhe escapa a informação de que uma campanha com os mesmos objetivos fracassou no ano anterior, e ela tenta descobrir o motivo:

Adriane – E por que a experiência passada, do ano passado, deu errado e não provocou, não sensibilizou as autoridades?

Sem resposta, pergunta sobre quais medidas estão sendo adotadas para impedir novo insucesso.

Outro ponto positivo da entrevista é que a repórter se preocupa em saber quais espécies são liberadas para caça e quem faz a contagem para autorizar o abate. É discutido também o fato

de o Rio Grande do Sul ser o único estado do Brasil no qual a temporada de caça ainda é permitida, e a classificação da caça como esporte, mesmo envolvendo a vida de outros seres. São questões importantes para ajudar o ouvinte a se posicionar com relação ao tema:

Adriane – E como é definida as espécies, como é que se define que espécies podem ou não podem ser caçadas e liberadas para caça?//

Maria Eliza – Existe uma contagem que é feita durante todo o ano, não sei exatamente em que regiões, mas é feita uma contagem, através de um grupo de biólogos ligados à UFRGS, e isso funciona da seguinte maneira: a Federação Gaúcha de Caça vende as licenças de caça, repassa o valor para o IBAMA, que repassa o valor pra Fundação Zoobotânica, e que, como vou dizer, terceiriza esse trabalho, contratando esse pessoal ligado à UFRGS./ [. . .]

Nova pergunta desnecessária surge quando, após todas colocações feitas até então, a entrevistadora pergunta “por que não a caça?”. A própria entrevistada, pelo tom de voz, aparenta estranhamento. Acreditamos que Adriane apenas tenha tentado uma “pergunta de efeito” para encerrar a reportagem. Fortuitamente, a resposta acaba acrescentando dados importantes sobre predadores e outras ameaças a vida dos animais. Período de duração e formas de participação na campanha também são pauta da conversa, após as quais poder-se-ia ter encerrado a entrevista.

Entretanto, a diálogo se prolonga e acaba expondo certa fragilidade nos conhecimentos da entrevistadora. Ela indaga se a convidada estava na ONG desde sua fundação, e esbarra na resposta de que a Organização tem 22 anos, e a entrevistada integra a entidade há apenas um ano e meio:

Adriane – Você é a coordenadora da ONG União pela Vida.//

Maria Eliza – Isso./ Desde setembro.//

Adriane – Foi quando foi criada a ONG?//

Maria Eliza – Não.// A União pela Vida existe há 22 anos./ [. . .]

Adriane deveria ter realizado uma pesquisa prévia sobre a entidade para evitar tal constrangimento. Fugindo completamente ao foco inicial, a repórter pede que a entrevistada cite algumas campanhas históricas da ONG. A resposta é apenas uma listagem, sem contextos nem aprofundamentos, que não chega a contribuir para os conhecimentos do ouvinte:

Maria Eliza – Eu estou na União pela Vida fazem dois anos./ Eu entrei em função de um assunto relacionado com a Ilha da Pintada, construção de um calçadão na Ilha da Pintada [. . .] Existe várias outras lutas da União pela Vida, uma delas é contra o loteamento Germani./ Outra delas é contra a destruição de três hectares de Mata Atlântica, existente no bairro Ipanema, assunto que está no Ministério Público./ E assim, que eu me lembre, essa.../ E também tem uma luta da gente, que nós estamos iniciando, é contra os painéis luminosos./ Porque por trás de muitos painéis luminosos e outdoors na cidade tem uma árvore que foi cortada, mutilada./ [. . .]

Por fim, Adriane questiona sobre como as pessoas podem colaborar com o meio ambiente. A pergunta parece ter o intento de resgatar um pouco da militância ecológica da entrevistada, possivelmente com objetivo de dar exemplo aos ouvintes. Na resposta, há menção das várias frentes nas quais a ONG atua, permitindo o conhecimento de alguns problemas ambientais atuais, mas, mais uma vez, sem aprofundamento. A entrevista encerra deixando contato para quem quiser se associar a ONG ou contribuir com a campanha contra a caça.

A entrevista seguinte entra logo após a primeira, apenas com o intervalo para a vinheta. Nessa conversa, Guta recebe, por quase 19 minutos, as editoras da edição brasileira da revista *The Ecologist*. É uma entrevista de boa qualidade, apresentando um ar amigável entre os envolvidos sem que se perca o enfoque nas causas ambientais. Parte do geral para o específico, começando com dados sobre veiculação, produção e receptividade da edição inglesa da revista, além de suas publicações em outros países, seguidos de informações sobre a versão brasileira:

Guta – Eu gostaria que vocês comessem fazendo um pequeno histórico da versão inglesa da The Ecologist.//

Guta – E além da versão brasileira, que a gente já vai falar sobre ela, que vocês são as responsáveis, tem em outros países também a The Ecologist?//

A entrevistadora consegue orientar a entrevista para traçar histórico, contexto da publicação nacional, circulação e saber como se dá a tradução e redação dos textos. Questiona sobre a conexão entre as edições internacionais e a edição brasileira, e acaba descobrindo que existe uma constante troca de artigos, incentivada pelo próprio idealizador da revista, o que quase cria uma pauta unificada internacionalmente:

Rejane – Assim também como a gente recebe tudo que todos editam, tudo que todos publicam, então se estabelece bem como uma rede./ E todos recebem a informação que todos publicam, e vários artigos são trocados./ E naturalmente se chega quase que a uma pauta conjunta [. . .]

As entrevistadas explicam que a publicação é fruto dos esforços de diversos colaboradores que ajudam na tradução de artigos advindos do exterior ou na redação de artigos que agreguem o ponto de vista local. Aliás, a necessidade de se agregar o ponto de vista local aos problemas globais, é outro tema discutido, sendo que é desses artigos que se origina o material para troca com outros países. Nessa etapa da entrevista, contudo, faltou que se divulgasse como os interessados em se tornar colaboradores deveriam proceder.

Assuntos importantes entram na pauta da conversa, por intermédio da discussão sobre os conteúdos tratados nas diferentes edições da The Ecologist, embora alguns dados não tenham fonte precisa. Sobre os transgênicos, abordados na edição de maior circulação no mundo – que inicialmente havia sido boicotada pelas gráficas – Guta aparentemente não percebe quando as entrevistadas citam resultados de estudos europeus que confirmam existir problemas gastrointestinais relacionados aos transgênicos:

Rejane – [. . .] Depois a número sete foi justamente a que a gente já citou, a Guerra no Prato, onde a gente retomou o assunto transgênicos, atualizando com as últimas informações, pesquisas, resultados de pesquisas que já começaram a sair na Europa de problemas gastrointestinais que os transgênicos provocam[. . .]

Aprofundar essa informação seria de grande ajuda para dirimir uma das dúvidas mais relevantes, tanto nos argumentos contra quanto nos pró-transgênicos – sobre se os transgênicos fazem ou não mal à saúde. As entrevistadas também dizem ter recém recebido a informação de que quinze mil pessoas morreram na França em função das mudanças climáticas, novamente sem nenhuma confirmação. A menção dos demais assuntos abordados na edição brasileira, a exemplo do ocorrido na entrevista anterior, repete a mera listagem sem maiores aprofundamentos.

Para acabar esse segmento da entrevista, Guta pergunta novamente sobre questões relativas à circulação da revista, agora para além de Porto Alegre. As entrevistadas dão alguns dados e remetem aos endereços de e-mail e site na internet que haviam divulgado anteriormente, sem repeti-los:

Rejane – [. . .] E mais também pela internet, naqueles endereços que a gente já divulgou.//

Essa atitude, no rádio, é um erro, visto que o ouvinte não tem como voltar para conferir a informação. Era dever da entrevistadora pedir para que as convidadas repetissem os contatos também nesse momento, coisa que só faria mais à frente, no final da entrevista.

Guta também muda o enfoque da entrevista para abordar a militância ecológica das convidadas, alcançando seu intento com maior sucesso do que em qualquer das tentativas analisadas anteriormente. O teor amigável da entrevista fica ainda mais evidente quando Guta revela conhecer uma delas dos tempos de trabalho na AGAPAN:

Guta – Certo./ Agora eu queria falar um pouco sobre a militância ecológica de vocês, que não começou com a The Ecologist, a Vanete eu conheço há anos, da AGAPAN.//

Vanete – Eu entrei na AGAPAN, faz uns quinze anos, eu acho.//

Guta – Não precisamos revelar, aha./ Não vamos revelar tudo./ E aí, Rejane, tu também vens da AGAPAN?//

A apresentadora aproveita o clima descontraído para expressar opiniões pessoais sobre a responsabilidade do indivíduo:

Guta – No fundo, eu pelos menos penso assim, tudo começa no indivíduo./ Não dá pra pensar uma mudança social sem uma mudança individual.//

Já as questões referentes às motivações das entrevistadas para atuar na causa ecológica ajudam a dar uma dimensão para o ouvinte do que é um militante ecologista:

Vanete – E todos nós temos essa preocupação da construção da paz./ E a questão ambiental acho que tem a ver com isso aí tudo./ Porque as agressões que a natureza vem sofrendo, a gente tem que ver e tem que começar a cessar, para poder harmonizar essa religião, essa conexão cósmica, essa aliança, ela tem que brotar agora, afinal nós já estamos no terceiro milênio, temos que botar mãos à obra, fazer as mudanças para o outro mundo possível.//

Guta sabe encerrar a conversa antes que o assunto se torne repetitivo ou deixe de acrescentar ao ouvinte.

A edição termina propondo uma reflexão sobre cuidados com descarte do plástico, um dos principais poluidores dos recursos hídricos. Esse bloco de educação ambiental tem pouco mais que um minuto. Também são citados outros materiais responsáveis pela poluição, o que acaba

fazendo com que a nota seja apenas uma grande listagem de materiais, sem mencionar alternativas para o descarte:

Guta – Sintonia da Terra vai ficando por aqui./ Encerramos este programa com uma proposta de reflexão sobre o cuidado que se deve ter sobre o descarte do plástico, que é o campeão de poluição de recursos hídricos no Brasil./ São canudinhos, tampas de garrafas, embalagens variadas, sacos de lixo, canos de PVC e até mesmo aplicadores de absorventes internos que figuram nesta lista./ Depois dos plásticos, os materiais encontrados nas águas são papéis, borrachas, madeira, vidros, isopor, metais e tecidos./ Entre os itens dessas classificações estão caixas de ovos, lâmpadas, luvas, pneus, latas de aerosol, revistas, jornais, palitos de sorvetes, guimbas de cigarro, roupas, preservativos, embalagens de comidas rápidas, copos e bóias./ Como o plástico existe há apenas um século não é possível determinar exatamente o seu grau de biodegradação./ Estima que leve mais de cem anos para se decompor.//

No fechamento, se no primeiro programa deixou-se e-mail e link para o site da EcoAgência, e no segundo apenas o e-mail, nesta edição nada se oferece ao ouvinte, não é indicado qualquer canal de participação ou opção para pesquisar mais sobre os temas abordados.

7.4 Programa do dia 24 de março de 2006

O programa que conclui nosso ciclo de análises representa a atual fase do Sintonia da Terra, com Thaís Teixeira da Silva na produção e apresentação. A duração oficial foi reduzida para 45 minutos, sendo que no fechamento a apresentadora confirma o horário de início como oito e quinze – e não mais oito e cinco da manhã, como era anteriormente. A edição que observamos tem 44 minutos e é composta por um bloco de notícias, dois intervalos musicais, duas entrevistas e espaços para dicas e ensinamentos de educação ambiental. As músicas foram ambas da banda Mundo Livre S/A. Somam quase sete minutos e meio e têm apenas função de “respiro” no programa. Tratam de injustiças sociais, mas não tem qualquer relação direta com os

temas ambientais ou com o enredo do programa. Diferentemente das canções escolhidas por Gisele e Guta, são músicas agitadas.

Na introdução, a apresentadora reforça que o programa é uma parceria entre o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, EcoAgência e Rádio da Universidade. Thaís abandona as vinhetas de passagem utilizadas pelas apresentadoras anteriores; seu texto, mais curto, aparece três vezes e apenas resume que o Sintonia da Terra é “*um programa voltado para o meio ambiente e a sustentabilidade do desenvolvimento*”, com pequenas variações na redação. Precisamos ressaltar que o programa deveria se declarar preocupado com a sustentabilidade da vida, e não do desenvolvimento, uma vez que, como vimos no capítulo três, todo desenvolvimento tem limites.

A estrutura do programa também difere daquela apresentada quando o comando era do trio Gisele, Guta e Adriane Bertoglio. Ao invés de iniciar pelo bloco de notícias, é feito um resumo dos assuntos que serão tratados:

Thaís – Você verá as principais notícias da semana, as dicas de ecologia na prática e a agenda ambiental que está na pauta./ Esta semana acontecem dois eventos importantes para o meio-ambiente./ Aqui em Porto Alegre acontece a Semana Água e Cultura, organizada pela UNESCO e outras entidades, com a divulgação hoje do Relatório sobre a situação das águas no mundo, além de outras atividades./ Sobre o assunto estaremos conversando com a representante da UNESCO no Rio Grande do Sul para o Meio Ambiente, Saúde e Desenvolvimento Social, Cíntia Bonder./ Já em Curitiba, no Paraná, está acontecendo a COP-8, o maior evento ambiental internacional no Brasil desde o Rio 92, com mais de 180 países representados./ Vamos ver o que está acontecendo lá./ E hoje durante o dia acontece a reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente, o CONSEMA, que deve discutir temas importantes para a pauta estadual./ Sobre isso, Elisângela Soldatelli Paim, representante de projetos da ONG Amigos da Terra, deve explicar daqui a pouco a função e as atividades do Conselho.//

Logo após, seguimos para a primeira entrevista. O tema é a reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Apesar das muitas pautas que deverão ser discutidas na reunião, quase a

totalidade dos cerca de dez minutos de entrevista foca em apenas um ponto, que é a representatividade das entidades ambientalistas no Conselho. O governo do estado está passando por cima das práticas arraigadas do Conselho e está indicando uma ONG participante, coisa que as demais entidades não aceitam:

Elisângela – [. . .] uma das coisas mais importantes que têm acontecido nos últimos tempos é a questão das entidades ambientalistas, a representatividade das entidades ambientalistas/ No ano passado houve a cassação do Núcleo Amigos da Terra por parte do governo do estado./ O Núcleo Amigos da Terra encaminhou a mudança nos representantes do CONSEMA para o CONSEMA e este foi encaminhado para Casa Civil, e a Casa Civil deu um parecer no processo que a representante, a então representante, Kátia Vasconcellos Monteiro, do Núcleo Amigos da Terra, ela estava impossibilitada de ser membro, de continuar como membro do CONSEMA.//

É uma questão bastante importante, visto que tais atitudes por parte do governo enfraquecem a força do movimento ambientalista na tomada de decisões. É valioso, portanto, que um programa voltado à luta ecológica abra espaço para a contestação pública dos atos governamentais.

Entretanto, feita a reclamação e a denúncia, perde-se muito tempo da entrevista na reafirmação de dados e repetição de lamentações, o que a torna bastante cansativa. Infelizmente, a própria entrevistadora parece incentivar o conteúdo circular da entrevista, fazendo pelo menos por duas vezes perguntas que resgatam a resposta dada na observação anterior:

Tháís – Então a pauta principal de hoje é essa questão da legitimidade das ONGs dentro do CONSEMA.//

Uma inquirição premente, porém, é ignorada: afinal, qual ONG o governo nomeou para o Conselho?

Percebe-se o empenho de Thaís em cumprir com o papel didático do jornalismo ambiental. Já de início, busca situar o ouvinte, pedindo esclarecimentos de questões fundamentais sobre o que é o Conselho, quais suas atribuições e qual abrangência de suas deliberações. A entrevistadora também não deixa passar termos incomuns, e sempre busca desmembrar o significado das siglas mencionadas pela convidada:

Thaís – E o que é a APEDEMA?//

Elisângela – É a Assembléia Permanente de Entidades Ambientalistas do Rio Grande do Sul.//

Thaís também faz indagações com relação às possíveis formas de participação dos cidadãos, pedindo data e horário da reunião e perguntando sobre a validade da presença da sociedade no acontecimento:

Thaís - Deixa eu te fazer mais uma pergunta./ Como é que a sociedade civil, as pessoas em geral, podem fazer para participar?//

Elisângela – O CONSEMA é aberto, as pessoas podem participar, só que as pessoas que não são membros não têm direito a voto./ Mas elas têm direito a voz, elas podem ir lá e participar do CONSEMA.//

No que se refere às outras pautas da reunião, todavia, a entrevista é rasa, carecendo de aprofundamentos. Menciona-se a pretensão das prefeituras de retornar à prática da capina química:

Elisângela – Hoje vão ser discutidos alguns assuntos./ Como, por exemplo, a capina química que você apresentou no início./ É um assunto bastante polêmico, porque a capina química pode trazer, e deve trazer, diversos impactos para o meio ambiente, como na questão da água, na questão da saúde pública mesmo./ Porque ainda não existe controle desses produtos químicos que podem ser utilizados no caso da capina química, que está se voltando a pauta./ E também não existe uma

segurança toxicológica segundo e comprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária./
[...]

Contudo, se a entrevistada garante que a própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária comprovou não haver segurança toxicológica, então qual argumento defendido pelas prefeituras? E o que as ONGs do Conselho pretendem fazer para impedi-las?

Sobre a questão do licenciamento ambiental em Caxias do Sul:

Elisângela – O CONSEMA agora está autorizando os municípios a serem responsáveis pelo licenciamento ambiental, com determinadas restrições, quando não atinge áreas que são de competência do estado./ Em Caxias do Sul tem algumas denúncias de que o licenciamento não está sendo feito corretamente, tem algumas denúncias quanto a isso, e é isso que vai ser avaliado na reunião de hoje.//

Aqui era importante esclarecer quais denúncias estavam sendo feitas, e como funciona o processo de licenciamento. É vantajoso, em termos ambientais, que ele seja feito pelos municípios?

Somente após a primeira entrevista, sem nenhum aviso da apresentadora que marque a passagem, entra o bloco de notícias. Segundo maior dentre todos os programas analisados – com mais de sete minutos – trata, ainda assim, de muitos assuntos diferentes, o que impede o aprofundamento de qualquer tema.

As duas primeiras notícias são serviços de eventos ambientais. A primeira fala da realização do primeiro Congresso Estadual de Jornalismo Ambiental do Rio Grande do Sul, e é mera divulgação; resume-se a um parágrafo quase que ocupado em sua totalidade pela citação das entidades promotoras do Congresso, sem menção aos debates ou convidados:

Thais – Já está definida a data do primeiro Congresso Estadual de Jornalismo Ambiental do Rio Grande do Sul, o primeiro CONJARS./ Será do dia 19 a 21 de maio e o tema central é Jornalismo e Ambientalismo: Práticas para uma Vida Melhor./ O Núcleo de Ecojornalistas é o realizador do evento e conta com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, da Prefeitura de Porto Alegre através da SMAM, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental “Henrique Luiz Roessler” – da Fepam; da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, do Sindicato de Jornalistas do RS, da Associação Riograndense de Imprensa e da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.//

Todavia, é possível que a apresentadora tenha escolhido divulgar o evento que se aproximava mesmo sem ter dados disponíveis, para não deixar o ouvinte sem a informação. Juntamente com notícias mais aprofundadas, a presença de algumas notas como essa, divulgando acontecimentos ambientais, não representa problema.

A segunda notícia aborda a realização da COP-8, em Curitiba. Sua abordagem é bem mais contextualizada, com quatro notas reconstruindo um pouco do histórico do encontro e dando explicações sobre seus objetivos:

Thais – E a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU, a COP-8, está sendo realizada em Curitiba, até 31 de março de 2006./ A COP reúne os 188 signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU./ Suas reuniões acontecem a cada dois anos, em sistema de rodízio entre os continentes, e o evento de Curitiba é sua oitava edição./ A Convenção foi aprovada em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, e tem três objetivos principais: a conservação da biodiversidade; seu uso sustentável; e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes ao acesso dos recursos genéticos.//

Também são citadas atividades que ocorrerão ao longo da COP-8:

Thaís – E vai acontecer em Curitiba, dentro da COP-8, do dia 28 a 31 de março, a primeira feira de reciclagem e tecnologia ambiental e a primeira jornada brasileira de reciclagem e tecnologia ambiental./ Serão apresentadas saídas para a questão empresarial do lixo, além de debates sobre a questão.//

Na notícia seguinte, a apresentadora apenas conta ao ouvinte que o modelo brasileiro gestão das águas foi considerado exemplar em um relatório apresentado pela ONU no 4º Fórum Mundial da Água, no México. Não existe aprofundamento sobre o porquê do modelo ser considerado exemplar. Além disso, pode-se apontar como problema da notícia o acesso de tosse sofrido pela apresentadora durante a leitura, já que visivelmente obrigou-a a terminar a notícia na metade, subtraindo informação do ouvinte. Naturalmente, as pessoas estão suscetíveis a esse tipo de acidente, no entanto, percebe-se desde o início do bloco de notícias que a apresentadora pigarreava e não se sentia confortável. Para perfeita compreensão da mensagem radiofônica, era importante que Thaís tivesse tomado alguma medida, como antecipar o bloco musical e tratar da garganta antes de continuar.

Após a tosse, com um tom de voz prejudicado e muitas vezes exitante, a apresentadora continua. A notícia que segue trata do mutirão de Limpeza do Rio Gravataí que acontecia naquela manhã. É, outra vez, uma notícia factual e cuja maioria do tempo é dedicada à citação das entidades promotoras:

Thaís – Está acontecendo desde às oito da manhã o mutirão de Limpeza do Rio Gravataí./ O mutirão tem o objetivo de limpar um dos afluentes mais poluídos do Guaíba./ A partida é do Parque Náutico do Bairro Navegantes em Porto Alegre./ Participam do mutirão o Escritório Municipal de Turismo de Porto Alegre, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, o Programa Guaíba Vive, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Departamento de Esgotos Pluviais, a Superintendência de Portos e Hidrovias, a Fundação de Esporte e Lazer do RS, além de outras entidades.//

Além disso, na ânsia por conferir atualidade a notícia, Thaís escorrega nos verbos; divulga que o mutirão já está acontecendo, e em seguida diz que a partida é do Parque Náutico, dando a entender que ela ainda não ocorreu.

A penúltima notícia, sobre o Programa Integrado Socioambiental, enquadra-se no padrão tradicional do rádio, é curta, mas completa. Todavia, é apenas uma notícia jornalística, excessivamente preocupada com o caráter econômico e sem comprometimento com os padrões pretendidos pelo jornalismo ecológico:

Thaís – E a Prefeitura pretende dar início ainda neste ano a obras que compõem a proposta de readequação do Programa Integrado Socioambiental, o PISA, avalizada em fevereiro deste ano pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento./ Fazem parte dessa etapa intervenções nas bacias do Arroio Dilúvio e do Arroio Cavallhada, além do sistema de esgotos da Restinga./ Os investimentos dessa fase serão feitos por meio de contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cerca de R\$ 29 milhões, e recursos próprios do Dmae. / A informação foi dada na terça-feira pelo diretor-geral do Dmae, Flávio Presser, durante apresentação feita à Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal./ Segundo ele, a Prefeitura ainda tenta antecipar, de 2008 para 2007, a assinatura do contrato com o BID para a liberação de financiamento no valor de US\$ 115 milhões./ [. . .]

A notícia que encerra o bloco segue o molde da anterior, com dados completos só que pouco interligados com temas ambientais. Tratando do Protocolo de 96, que estabelece diretrizes para que cada país possa definir quais produtos poderão ser descartados no mar, a notícia se detém em pontos referentes à entrada em vigor do protocolo, sem discutir seu significado para o meio ambiente:

Thaís – O Protocolo de 96 que define regras para o descarte intencional de resíduos no mar entrará em vigor hoje./ O Protocolo aprimora a Convenção de Londres sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias do Mar, datada de 72./ Mais recente signatário, o México é o 26º país e o 15º contratante da Convenção a participar do

tratado./ Depois dessa adesão, o Protocolo passa a ter número suficiente de países para entrar em vigor./ [. . .]

Além disso, faltam esclarecimentos sobre a Convenção de Londres, citada com termos muitos técnicos e sem informações sobre suas regras e decisões.

Após o bloco de notícias temos o primeiro intervalo musical, seguido das “dicas de ecologia na prática”. São quase três minutos nos quais Thaís fala sobre como economizar água e preservar seus cursos naturais. No começo, a linguagem é excessivamente técnica, prejudicando a compreensão:

Thaís – A população que mora perto de arroios é responsável na conservação deste equipamento de drenagem natural./ Não jogando lixo nas ruas e efetuando o correto acondicionamento dos resíduos para evitar o assoreamento dos equipamentos de drenagem como arroios e bocas-de-lobo.//

Todavia, a partir de um certo ponto a apresentadora muda o tom e passa a falar de forma simples e objetiva, com dados sobre tempo de utilização e gasto dos equipamentos e relação de causa e efeito dos comportamentos nocivos. Ela também utiliza o recurso de apelar ao bolso do ouvinte, falando que certas atitudes economizam não apenas água como também energia elétrica:

Thaís – Feche a torneira enquanto escova os dentes ou faz a barba./ Uma torneira aberta durante um minuto gasta 4 litros de água./ Evite banhos longos, desligue o chuveiro enquanto estiver se ensaboando./ O chuveiro aberto 15 min consome 60 litros de água./ Economiza-se água e energia elétrica.//

Para encerrar o bloco, é fornecido e-mail do programa e o link da EcoAgência.

Seguimos com mais um intervalo musical e logo após entramos num bloco ímpar em todas as edições que analisamos nesta pesquisa. O bloco, denominado de “pensamento ecológico”, é uma clara intenção de exercer a função educadora do comunicador ambiental. Thaís se propõe a apresentar para o ouvinte uma explicação ampla das principais escolas atuais do pensamento ecológico. Um bloco desse tipo é fundamental para qualquer programa comprometido em cumprir com as obrigações do jornalismo ambiental. Todavia, se o intento é louvável, o resultado é desanimador.

O texto, que ocupa cerca de três minutos do programa, está redigido em uma linguagem inadequada para o rádio, incompreensível sem alguma releitura e reflexão – coisas impossíveis para o ouvinte. Percebe-se que a apresentadora lê um texto sobre as escolas, sem antes tê-lo simplificado e adaptado às características radiofônicas:

Thaís – O ecologismo é um movimento disseminado no mundo globalizado, com amplas repercussões na mídia./ São várias as ideologias que permeiam as diversas matizes e correntes do pensamento ecológico./ Observa-se que as idéias e visões subjacentes aos movimentos ambientalistas partem de duas grandes concepções, a partir das quais se realiza a análise da relação homem-natureza./ São elas, o biocentrismo e o antropocentrismo.//

Ao nosso ver, uma excelente ferramenta acaba se perdendo por imperícia da apresentadora no seu uso.

O último segmento do programa comporta a segunda entrevista, com duração de pouco mais de nove minutos. Trata da Semana Água e Cultura, organizada pela UNESCO e outras entidades ambientalista em Porto Alegre. Thaís faz uma introdução sobre o assunto, contendo dados sobre atividades a serem desenvolvidas, conseguindo, dessa forma, centrar a entrevista no relatório publicado pela UNESCO, sobre a água:

Tháís – Desde o dia 21 de março até o dia 31, está acontecendo em Porto Alegre a Semana Água e Cultura, organizada pela UNESCO e entidades ambientais./ São várias atividades que estão sendo realizadas buscando uma melhor formação da população estudantil, professores e sociedade em geral sobre esse bem da humanidade./ Mostras de vídeo, de cartoons, debates, mesas redondas entre outras atividades estão acontecendo em vários pontos./ Hoje acontece no Memorial do Rio Grande do Sul, às seis e meia da tarde, a apresentação do Segundo Relatório Trienal das Nações Unidas sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos no mundo – Água uma Responsabilidade Compartilhada./ Sobre o assunto conversaremos agora com Cíntia Bonder, representante regional da UNESCO para o meio ambiente, saúde e desenvolvimento social./ Bom dia, Cíntia.//

Foi uma opção inteligente utilizada por Tháís para evitar que a conversa se tornasse mais uma entrevista de serviço sobre o evento. A apresentadora conduz um diálogo bastante informativa, de onde se conseguem dados sobre a situação da água no mundo e se perseguem responsáveis pela gestão dos recursos hídricos:

Tháís - E me diz uma coisa, qual é a situação da água?//

Cíntia – Olha, a situação dos recursos hídricos no mundo, no meu ponto de vista é bastante crítica./ Nós sabemos hoje que um quinto da população do planeta não possui acesso à água potável, e 40% da população não possui acesso ao saneamento básico./ Isso é uma situação bastante grave./ Um terço da população significa, em números, um bilhão e cem milhões de habitantes, e 40% são praticamente três bilhões de habitantes./ [. . .]

A apresentadora não deixa de tentar focar a problemática local:

Tháís - Tu tens alguma coisa sobre a situação da água aqui no estado, aqui no Rio Grande do Sul?//

Ela pergunta, ainda, como se pode ter acesso ao relatório. Sentimos carência, contudo, de propostas de solução e dados relacionados à colocação da problemática da água dentro das

questões ambientais, já que o enfoque da entrevista é perceptivelmente social. Entendemos que os temas sócio-ambientais são inseparáveis, o que apenas reforça nosso sentimento de que a análise está incompleta.

Após a entrevista, Thaís faz o encerramento da edição, reforçando os envolvidos na realização do programa e repetindo não apenas o e-mail como também o link da EcoAgência para que o ouvinte possa buscar aprofundamento das pautas.

8 CONCLUSÃO

A análise do programa Sintonia da Terra nos mostra que a abordagem de questões complexas em rádio é uma tarefa muito complicada. Se por vezes o programa conseguiu algum sucesso, em outras se afastou em muito da satisfação da demanda da informação ambiental. A linguagem do meio é ainda um desafio aos temas ecológicos, a conjunção das frases curtas com o pensamento complexo que propomos no título desse trabalho é uma ambição que – a observação do Sintonia nos ensinou – encontra grandes dificuldades.

Outro obstáculo fundamental para explicar a ineficácia apresentada em muitos momentos pelo programa é o jornalismo feito em caráter voluntariado. Não podemos exigir que um programa feito de forma voluntária, paralelamente a compromissos pessoais dos envolvidos, tenha tempo para refletir e encontrar solução para as problemáticas do radiojornalismo ambiental. Seria preciso estudo e dedicação constante, o que nos leva a concluir que o modelo do Sintonia da Terra é limitante para o seu sucesso.

Compreendemos, todavia, que, por outro lado, abrir mão do voluntariado pressupõe recursos financeiros para manter profissionais remunerados, o que não se aplica a realidade do Sintonia da Terra. O espaço gratuito encontrado na Rádio da Universidade, emissora pública, serviu para abrir um canal no rádio aos temas ambientais num momento no qual esses temas apareciam de forma muito reduzida. Hoje o programa ainda mantém seu valor e importância, sobretudo como lugar de vivência prática para estudantes interessados na temática ambiental, que podem encontrar na oportunidade oferecida pela universidade a experiência para iniciar uma caminhada nos caminhos complexos da profissão. Com os poucos recursos financeiros disponíveis e, hoje em dia, em um trabalho praticamente individual de sua apresentadora, não acreditamos que o Sintonia possa ir além.

Nas edições que analisamos, não foi possível apontar evoluções na eficiência da abordagem das questões ambientais. Ao longo dos seus quase três anos de existência o programa passou por mudanças significativas, que não ocorreram de forma gradual, e sim se deram pela

ruptura brusca com o modelo anterior, seguida da adoção de novo modelo, sobretudo quando Thaís assumiu o programa que havia ficado alguns meses fora do ar após a saída de Gisele. Nesse contexto, foi impossível que o Sintonia da Terra firmasse uma identidade própria e independente das pessoas que estavam momentaneamente no comando. Suas características em cada fase refletem as particularidades da equipe de produção que estava responsável por ele, e por isso, existe variação quanto às vinhetas, estilo de músicas selecionadas e mesmo o tom de linguagem adotado.

Houve, com cada uma das apresentadoras, pouco tempo para que seu pensamento de programa ideal pudesse amadurecer. Entretanto, é preciso que se diga que, se em nenhuma fase – como havíamos previsto – o programa foi plenamente satisfatório na abordagem dos temas ambientais, também nenhuma fase foi de pleno insucesso. Cada momento do programa apresentou erros e acertos próprios no trato dos conteúdos. Por vezes uma fase demonstrou as soluções para deficiências percebidas em outra.

Gisele e Guta deram a contribuição que seu período frente ao programa permitiu, da mesma forma que, agora, Thaís tem dado. Cabe a ela, como atual responsável pelo programa, e também ao próximo jornalista que assumi-lo, conhecer essas contribuições e tentar assimilá-las para que o Sintonia da Terra possa evoluir. O fato de diferentes soluções terem aparecido no decorrer dos anos de programa reforça a nossa convicção de que é possível realizar comunicação ambiental na linguagem do rádio; apenas é necessário que se aproveitem os pontos positivos de cada amostra do programa para construir um todo harmônico e satisfatório. Apontaremos apenas algumas delas.

No primeiro programa que analisamos foi utilizada uma enquete para consultar a opinião da comunidade. Não observamos seu uso em nenhuma outra edição da nossa amostra, embora não possamos garantir que não foi empregada em qualquer outra edição que não tenhamos acompanhado. Seja como for, devemos ressaltar que é uma ferramenta muito interessante, apenas deve-se tomar cuidado para que eventuais imprecisões ditas pelos entrevistados sejam imediatamente corrigidas.

Todas apresentadoras – mas sobretudo Thaís – valorizaram a disponibilização de links para sites de Internet. Isso (ou a indicação de leituras) é fundamental para que o ouvinte tenha oportunidade de aprofundar os conhecimentos que recebeu de forma um tanto superficial devido às características inerentes ao rádio como veículo de informação. Da mesma forma, oferecer o endereço de e-mail possibilita um canal que favorece o duplo sentido da comunicação, elemento básico para a verdadeira democratização da informação.

Apenas no programa apresentado por Gisele verificamos a tentativa de compor uma unidade temática no programa, envolvendo também a trilha sonora selecionada. Esse recurso deve ser mais explorado, conferindo ao programa um ar mais próximo ao de um documentário radiofônico. Não apenas nas músicas, mas com a utilização de recursos sonoros como sonoplastia, efeitos de narração e criatividade, aquilo que anteriormente chamamos de “radiojornalismo literário”, numa referência ao estilo que busca hoje salvar o jornalismo impresso.

É função orgânica do jornalista ambiental contribuir para a educação ecológica do ouvinte, e as três apresentadoras procuraram, de alguma forma, satisfazer essa necessidade. Dicas ecológicas são importantes, e devem ser veiculadas de forma clara, sempre tendo em mente o receptor da mensagem. Thaís é quem foi mais além, tentando interar o ouvinte da teoria do ambientalismo. A idéia é interessante e deve ser aproveitada, mas o texto tem de ser radiofônico, compreensível ao ouvido. As regras do rádio não podem ser esquecidas, porque, por melhor e mais relevante que seja uma informação, se não for veiculada de forma clara ela estará sendo desperdiçada.

Guta antes de iniciar o bloco de notícias faz o anúncio de sua entrada. É uma atitude simples que, no entanto, conquista atenção do ouvinte. Deveria ser uma prática em todas mudanças de assunto ao longo do programa, porque favorece a clareza. Sobre o bloco de notícias especificamente, acreditamos que o modelo mais apropriado é também o apresentado por Guta, no terceiro programa analisado, com menos notícias e mais notas sobre um mesmo assunto, permitindo uma abordagem mais ampla. Notícias que apenas digam o que está acontecendo prezam o factual, e não basta, também, ser “apenas” jornalístico, dando informações completas. É

preciso olhar sempre pelo enfoque ambiental, o que não ocorreu em algumas edições que analisamos. Espaço para divulgação de eventos ambientais também deve existir, mas não pode tomar grande tempo do programa.

Princípios como acompanhamento das pautas não puderam ser verificados com o tamanho de nossa amostra; ainda assim, alguns temas são recorrentes, como eram os transgênicos na época e como é ainda agora a água. Cada vez que eles forem retomados, devem vir acompanhados de nova explicação e contextualização para o ouvinte. Não se pode contar com seus conhecimentos prévios, porque podem ser nulos ou estarem impregnados por visões equivocadas ou distorcidas.

Nas entrevistas, é importante a constante tentativa de pautar a problemática global em conexão com a realidade local, menos abstrata ao ouvinte comum. Além disso, parece ser tendência do Sintonia da Terra aproveitar alguns minutos das entrevistas para fugir da pauta central e conversar sobre a militância ecológica dos convidados. Acreditamos que esse método é bastante interessante e pode ser eficaz para levar exemplos positivos e concretos ao ouvinte, incentivando-o à ação; também porque tal procedimento aproxima entrevistador e entrevistado, criando um clima cordial que pode favorecer a obtenção de informações. Todavia, isso não pode exceder limites e tornar a entrevista repetitiva ou pouco informativa, uma conversa de comadres da qual o ouvinte não absorve nada.

Finalmente, então, examinando nossa análise segundo os objetivos que expusemos no início deste trabalho, concluímos que o Sintonia da Terra consegue apenas em parte abordar a complexidade dos temas ambientais. Não percebemos real evolução ao observarmos cronologicamente o programa; o que temos são, na verdade, variações de característica que seguem o padrão dos seus responsáveis, ora com avanços e ora com retrocessos na eficiência de veiculação das informações. O Sintonia da Terra carece ainda de melhor utilização dos recursos radiofônicos, além da consolidação de características próprias invariáveis.

O pensamento complexo não ter sido satisfatoriamente abordado nas frases curtas não significa, necessariamente, que ele precise de frases longas. Aliás, no meio radiofônico isso nem é possível; como vimos, frases muito longas em rádio se tornam incompreensíveis, e de nada vale

desperdiçar uma informação complexa e bem contextualizada se ela não puder ser entendida. O que ocorre é que a complexidade pede tempo, pede dedicação. Exige pesquisa e estudos que, aos poucos, apontem soluções para a abordagem do pensamento ecológico que, no rádio, vai ter que inevitavelmente se adaptar à linguagem do meio.

Por isso, o progresso do Sintonia da Terra não depende apenas do próprio programa: está diretamente atrelado aos avanços que se consiga no campo do radiojornalismo ambiental, e deve vir gradualmente, à medida que o próprio estudo do tema for se desenvolvendo.

POSFÁCIO

Desde que a humanidade passou a agir sobre a natureza existem atrocidades contra a vida (fauna, flora e o próprio homem). O momento em que vivemos, no qual parece que essas barbáries estão acontecendo em volume nunca antes visto, na verdade não me parece dar razões para desespero. O que vejo é uma consciência crescente da existência desses atos nocivos pela sociedade, fruto do interesse muito maior por parte da imprensa em mostrar esses absurdos. A população, convertida em testemunha da degradação do planeta, atinge um momento no qual a preocupação com formas de frear a destruição é ímpar em toda história. Essa preocupação se traduz em uma busca constante por informações honestas, ambientalmente responsáveis, capazes de dar ao cidadão os subsídios necessários para entender a realidade que o circunda e se posicionar frente a ela.

É nesse contexto que o jornalismo ambiental ganha força. O interesse social pela informação serve como estímulo para que os comunicadores queiram estar cada vez mais aptos a atender a demanda e se esforcem por esse objetivo. Quanto mais preocupados em satisfazer essa necessidade informativa, melhor os jornalistas irão procurar se preparar para a tarefa, e igualmente melhor será a informação que produzirão. O número de jornalistas envolvidos com a responsabilidade ambiental também cresce, proporcionalmente à percepção no meio de que há maior interesse por esse tipo de conteúdo. Mais pessoas procuram informação ambiental e mais pessoas se dedicam a produzi-la, criando com isso um saudável círculo.

A pesquisa que desenvolvi ao longo das páginas deste trabalho é um exemplo do efeito positivo do crescimento da demanda por informação ambiental. Se, ao ingressar na faculdade, muito pouco eu sabia sobre meio ambiente, desconhecia completamente a existência de jornalismo especializado nesse segmento e, por conseguinte, não tinha qualquer intenção de seguir por essa área, agora estou aqui, procurando contribuir com o estudo e debate desse tema, que há muito se iniciou, mas sobre o qual ainda muito existe para ser dito. Principalmente, pretendi trazer a discussão da área para o meio radiofônico, onde sua presença ainda é míngua, desejando que outros trabalhos se sucedam a esse e possam gradativamente aprofundar o tema.

Para aquele que daqui alguns anos talvez me encontre escrevendo reportagens sobre economia, cultura ou esportes, não pense que sou mais um que tangenciou a causa ambiental e se afastou do percurso. Não importa em qual editoria eu esteja – ou mesmo em qual veículo – escrevendo para rádio, televisão, Internet ou sabe-se lá o que terão inventado; uma vez iniciada a incursão pelo pensamento sistêmico, sustentável, uma vez conhecida a visão holística, uma vez que se tenha tocado a profundidade e tomado consciência da teia que constitui a existência, não há volta. Essa relação com as coisas penetra todos segmentos de nossa vida. Ainda que o trabalho aqui realizado não servisse a nenhum dos propósitos pretendidos, ao menos uma coisa posso irrefutavelmente garantir: sou jornalista ambiental; encontrei meu caminho.

REFERÊNCIAS

BACCHETTA, Víctor L. Perfil del periodista ambiental. **Sala de Prensa**, v. 2, ano 4, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art340.htm>> Acesso em: 22 fev. 2006.

BARBEIRO, Heródoto. In: PRADO, Emílio. **Estrutura da Informação Radiofônica**. Summus: São Paulo, 1985. Prefácio.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Radiojornalismo**. Belo Horizonte: Campus, 2001.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Trad. Pedrinho Guareschi. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: evolução e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.jornalismoambiental.jor.br/jornalismoambiental>> Acesso em: 24 fev. 2006. Artigo publicado em 1997.

_____. **Jornalismo Ambiental: histórias e compromissos**. Disponível em: <<http://www.agricoma.com.br/rev1entrevistarobertovillar.htm>> Acesso em: 24 fev. 2006. Entrevista concedida à revista Agricoma, v. 1, n. 1, nov. 2004.

_____. In: VILAS BOAS, Sérgio (org). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004b. p. 14–48.

_____; TOSI, Juarez. **Jornalismo Ambiental: onde estão as faculdades de comunicação?** Disponível em : <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/ecos/revistas/ecos19/opiniaio.htm>> Acesso em: 24 fev. 2006.

_____. **Metáforas Conceituais em Reportagens Premiadas sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica**. Documento recebido por e-mail em mar. 2006b

_____. **Radiojornalismo Ambiental**. Entrevistador: André Crepani. Porto Alegre: 2006c. Entrevista concedida por e-mail ao autor.

BERNA, Vilmar. **Revisitando os mandamentos da Comunicação Ambiental**. Disponível em: <http://www.agricoma.com.br/rev_entrevista2.htm> Acesso em: 24 fev. 2006. Entrevista concedida à revista Agricoma v. 2 n. 2, jun. 2005.

_____. **Dez Mandamentos da Comunicação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.jornaldomeioambiente.com.br/GestaoAmbiental/dezcomunicacao.asp>> Acesso em: 24 fev. 2006.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BIEHL, Luciano Volcanoglo. **Energia Pura**. Porto Alegre: Razão Bureau Editorial, 2004.

BRASIL. **Agenda 21**. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em 16 jan. 2006.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental**: navegando por um conceito e por uma prática. Disponível em: <<http://www.agricoma.com.br/artigowilbuenojornalismoambiental.htm>> Acesso em: 24 fev. 2006.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

_____. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. **As Conexões Ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARNEIRO, Augusto Cunha. **A História do Ambientalismo**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. **Radiojornalismo**. São Paulo: Summus, 1998.

CÓDIGO para periodistas ambientales. Comité Nacional Pro Defensa de la Fauna y Flora. Prensa/Noticias, 22 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.sociedadcivil.cl/nuevodiario/sitio/informaciones/documento.asp?Id=359>> Acesso em 13 jan. 2006. Documento aprovado no Terceiro Congresso Mundial de Jornalistas Ambientais, Sri Lanka, 19-23 out. 1998.

COLBORN, Theo; DUMANOSKI, Dianne; MYERS, John Peterson. **O Futuro Roubado**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.

DREYER, Lílian. **Sinfonia Inacabada**: a vida de José Lutzenberger. Porto Alegre: Vidicom, 2004.

FERRARETTO, Luiz Arthur. **Rádio**: o veículo, a história, a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**: elaboração e formatação. Explicitação das normas da ABNT. 14.ed. Porto Alegre: [S.ed.], 2005.

GABEIRA, Fernando. **Greenpeace**: verde guerrilha da paz. São Paulo: Clube do Livro, 1988.

GALEANO, Eduardo. **De Pernas pro Ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GARCÍA, Loreley. **Repensando Profundamente a Ecologia**. Disponível em: <<http://www.umweltprogramme.de/meioambiente99/tema03/loreley>> Acesso em: 24 jan. 2006.

GERAQUE, Eduardo. **Jornalismo e meio ambiente, uma abordagem epistemológica**. Disponível em: <<http://www.agricoma.com.br/rev2artigoEduardoGeraque.htm>> Acesso em: 24 fev. 2006.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Unicamp, 1993.

LUTZENBERGER, José. **Manual de Ecologia: do jardim ao poder**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

_____. Circular aos Meios de Comunicação. In: DREYER, LÍlian. **Sinfonia Inacabada: a vida de José Lutzenberger**. Porto Alegre: Vidicom, 2004b. p. 489-93.

MEDITSCH, Eduardo. **O Rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo**. Florianópolis: Insular/UFSC, 2001.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002a.

_____. In: CASTRO, Gustavo de; CARVALHO, Edgard de Assis; ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Ensaio de Complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 2002b.

NELSON, Peter. **Dez Dicas Práticas para Reportagens sobre o Meio Ambiente**. Brasília: WWF, 1994.

NEULS, Gisele. **História do Sintonia da Terra**. Entrevistador: André Crepani. Porto Alegre: 2006. Entrevista concedida por e-mail ao autor.

ORTIZ, Miguel Angel; MARCHAMALO, Jesús. **Técnicas de Comunicación em rádio**. Barcelona: Paidós, 2001.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. v. 3. São Paulo: Summus, 1985.

PELIZZOLI, M. L. **A Emergência do Paradigma Ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PINHEIRO, Sebastião. **A Máfia dos Alimentos no Brasil**. [S.ed.], 2005.

PRADO, Emílio. **Estrutura da Informação Radiofônica**. Summus: São Paulo, 1985.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. **Código Estadual do Meio Ambiente**. Rio Grande do Sul: Assembléia Legislativa, 2000.

SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SORHUET GELOS, Hernán Luis. El Mediador Social de este Siglo. **Tópicos en Educación Ambiental**, n.9, v. 3, dez. 2001.

TEIXEIRA, Guta. **História do Sintonia da Terra**. Entrevistador: André Crepani. Porto Alegre: 2006. Entrevista concedida por e-mail ao autor.

TEIXEIRA DA SILVA, Thaís. **História do Sintonia da Terra**. Entrevistador: André Crepani. Porto Alegre: 2006. Entrevista concedida ao autor.

TRIGUEIRO, André. **O ensino de Jornalismo Ambiental no Brasil**. Disponível em: <http://www.agricoma.com.br/rev_entrevista3.htm> Acesso em: 24 fev. 2006. Entrevista concedida à revista Agricoma v. 2, n. 2, dez. 2005.

_____. **Especialização do Jornalismo Ambiental**. Disponível em: <<http://www.rma.org.br/boletim/2005/congresso/mat7.htm>> Acesso em: 22 fev. 2006. Entrevista concedida durante o I Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, 12-14 out. 2005b.

_____. **O anti-gafanhoto**. Entrevista disponível em: <<http://www.ecopop.com.br>> Acesso em: 23 fev. 2006.

VIEIRA, Isabel. Rádio: ele nunca esteve tão vivo. Singular & Plural, n. 5, abr. 1979. In: ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. v. 3. São Paulo: Summus, 1985.

VILAS BOAS, Sérgio. **Jornalismo ambiental e literário**. Porto Alegre, 08 de junho de 2004. Entrevista concedida a Flávio Porcello, Roberto Villar Belmonte, Liége Zamberlan e Jaime Cimenti para o programa Frente a Frente da TVE/RS.

_____. (org). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004b.

WOLLENHAUPT, Sandro. **Metodologia Científica: notas introdutórias**. Porto Alegre: Razão Bureua Editorial, 2004.

UFRGS. Rádio da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/radio>> Acesso em: 10 mar. 2006.

ANEXO A – Sintonia da Terra (01/08/2003)

Sobe som

CHARACTERÍSTICA - Sintonia da Terra./ O programa ambiental da Rádio da Universidade.//

Sobe som

Guta – Bom dia amigo ouvinte./ Está no ar a primeira edição de Sintonia da Terra, um programa que vai abordar toda sexta feira, a partir das oito e cinco da manhã, os temas sócio-ambientais do momento, e as propostas de convivência harmoniosa com o planeta.//

Sobe som

Guta – Neste primeiro programa você vai saber como o movimento ecológico encara a liberação de transgênicos para o consumo, através de entrevista com a coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace, Mariana Paoli./ E também ira conhecer o projeto Imagens e Vozes de Esperança, no depoimento de Márcia Medeiros da ONG Brahma Kumaris.//

Sobe som

Guta – Agora as notícias do Sintonia da Terra.//

Sobe som

Guta – Aconteceu de 23 a 25 de julho, pela primeira vez no Brasil, uma edição do Congresso Interamericano de Qualidade do Ar./ O evento ocorreu aqui em Canoas, reunindo cerca de 600 pessoas de vários estados brasileiros e do exterior./ O objetivo foi trocar experiências entre os pesquisadores, engenheiros, operadores de sistemas de proteção, que envolvem o controle da qualidade do ar, e técnicos das áreas ambiental e de saúde.//

Sobe som

Guta – Um dos maiores problemas de saúde pública é a má qualidade do ar./ As crianças e os idosos são os mais afetados por esse tipo de poluição, assim como os moradores de regiões mais pobres./ O alerta foi feito no terceiro Congresso Interamericano de Qualidade do Ar, pela doutora Helena Ribeiro, professora associada do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo./ Para a especialista, o ozônio formado a partir dos gases lançados pelos automóveis é o poluente que mais preocupa./ Isso porque os efeitos da poluição na saúde humana permanecem mesmo em zonas onde o ar ficou mais limpo./ Ou seja, esses efeitos são cumulativos.//

Sobe som

Guta – Mas não só a poluição externa do ar é preocupante./ A poluição interna, decorrente do mau condicionamento do ar, gera problemas de saúde como sonolência, dor de cabeça, irritação nos olhos, secura de mucosas e problemas alérgicos e respiratórios./ Segundo o diretor de qualidade do ar da EDIS, Eduardo Ortiz, os estudos são insuficientes para detectar doenças ocasionadas pelo ar contaminado./ São necessários estudos tanto de dia quanto de noite para verificar as condições dos ambientes, pois as características nos dois turnos são diferentes./ De noite, há incinerações e limpezas que deixam resquícios para o dia./ De qualquer forma, em grande parte dos casos, a poluição é 5 vezes maior dentro de casa do que fora.//

Sobe som

Guta – Mais uma informação obtida no terceiro Congresso Interamericano de Qualidade do Ar./ No Brasil, a Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde, ligada ao Ministério da Saúde, está implementando um programa que visa envolver toda a sociedade brasileira para melhorar a qualidade do ar./ A iniciativa vai começar nos grandes centros, onde os problemas são mais sérios./ Conforme o coordenador geral de vigilância ambiental em saúde, Cicero de Góes Júnior, a idéia é mobilizar as autoridades locais, municipais e estaduais, para os problemas de saúde pública provocados pela má qualidade do ar.//

Sobe som

Guta – Quarta-feira foi um dia muito importante para o movimento social brasileiro./ Em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi lançado o Fórum Social Brasileiro, reunindo representantes e militantes de diversos movimentos sociais e organizações não-governamentais./ O Fórum Social Brasileiro será realizado em Belo Horizonte entre os dias 6 e 9 de novembro deste ano, e terá três eixos gerais: imperialismo; o Brasil que temos e o Brasil que queremos; e o eixo dos movimentos sociais./ O Fórum Social Brasileiro é preparatório para o Fórum Social Mundial, que será realizado na Índia em janeiro do ano que vem.//

Sobe som

Guta – Também na quarta-feira foi realizado o debate ambiental Dez Anos da Lei 9921: Resultados e Desafios./ O evento foi promovido pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Comissão de Saúde e Meio-Ambiente da Assembléia Legislativa e Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul./ De acordo com o diretor presidente da FEPAM, Cláudio Diuda, mais do que uma simples comemoração, as entidades promotoras pretenderam estimular um amplo debate sobre temas importantes para a sociedade, como a destinação dos resíduos urbanos, industriais e das instituições de saúde, entre outros.//

Sobe som

Guta – E em Porto Alegre houve, também na quarta-feira, uma reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, para tratar da questão das podas das árvores./ Conversamos por telefone com Kátia Monteiro, coordenadora executiva do Núcleo Amigos da Terra./ Ela participou desta reunião e nos conta agora por telefone suas impressões.//

Kátia – A reunião hoje, ela foi um primeiro passo em cima de toda uma discussão que nos pretendemos fazer no âmbito do COMAM com respeito à arborização urbana./ Então nesse primeiro momento foi feita uma apresentação do plano diretor de urbanização nas vias públicas, já se fez alguns pedidos de esclarecimento para os técnicos da SMAM, e já se encaminhou então um aprofundamento das questões para uma próxima reunião./ Foi apresentado um quadro demonstrativo com as autuações da SMAM na área da arborização urbana./ Tanto com poda quanto plantio ou remoção de árvores.//

Entrevistadora – Quem tava presente na reunião, Kátia?

Kátia – Estavam as ONGs ambientalistas, nós somos em três, o Núcleo Amigos da Terra, a AGAPAN e a Pangéia, estava um representante da OAB, o representante da CR-Bio, DMLU, a próprio SMAM com vários representantes, tinha um representante da CUT, havia bastante gente./ O que nós temos sentido é que não há uma

participação efetiva de todos os órgãos do governo municipal que deveriam participar e que na verdade não participam/ A Secretaria de Planejamento, por exemplo, participa de todas as reuniões, mas tem outras secretarias que tem uma participação que deixa a desejar./ Isso para nós de certa forma prejudica, porque nós queremos levar a questão ambiental para dentro de todas as secretarias, influenciar as políticas das secretarias, e não que a questão ambiental seja tratada num departamento de educação ambiental ou num departamento de meio ambiente./ Então é um esforço que o próprio secretário DITER tem feito, tentando chamar toda representação dos órgãos públicos, e às vezes não se consegue./ A gente tem uma participação boa da FEPAM também, mas sempre fica uma coisinha a desejar, isso faz parte do processo também.//

Entrevistadora – Mas fazendo um balanço geral, tu saíste satisfeita da reunião?

Kátia – Olha, a gente está muito satisfeita com a atual administração da SMAM, se está percebendo uma vontade de que o COMAM comece a executar e a exercer o seu papel na definição de políticas públicas./ Tivemos uma bela notícia hoje que foi a consolidação de uma estrutura de secretaria executiva para o COMAM, que até então nós não tínhamos./ Isso demonstra a seriedade que esse governo está tendo na condução da sua política ambiental./ Isso para nós tem sido muito proveitoso, visto com muito bons olhos. E a reunião de hoje, como eu disse, ela é o início de um processo./ Na verdade esse processo começou na reunião passada, onde se apresentou mais ou menos a demanda que se queria, e essa discussão vai continuar acontecendo para a gente realmente poder colaborar com a política de arborização urbana de Porto Alegre./ Mas realmente a gente saiu bem satisfeito.//

Guta – Você fica agora com a música Planeta Sonho, de Flávio Venturini, Vermelho e Márcio Borges, com 14 Biz.//

Entra música (ver anexo E)

Sobe som

Guta – Estamos apresentando Sintonia da Terra, o programa ambiental da Rádio da Universidade./ Desde março o Rio Grande do Sul vive a polêmica dos organismos geneticamente modificados./ Mais da metade da safra de soja gaúcha foi plantada com sementes contrabandeadas da Argentina./ Em resposta, o governo federal publicou medida provisória liberando exclusivamente esta safra./ Para saber que atitude as pessoas terão ao se depararem com produtos transgênicos nas prateleiras dos supermercados, Sintonia da Terra foi às ruas perguntando: você consumiria um produto sabendo que é transgênico?/ Ouça as respostas na enquete com Adriane Bertoglio Rodrigues.//

Sobe som

Adriane – Você consumiria um produto sabendo que é transgênico?

Opinião 1 – Não./ Pela desordem que causa a natureza, e a vizinhança nas plantações./ As plantações vizinhas, elas são extremamente prejudicadas.//

Opinião 2 – Não./ Porque eu não tenho conhecimentos sobre se é bom pra saúde.//

Opinião 3 – Acho que sim./ Porque acho que já faz parte da vida da gente há tanto tempo e até agora eu não senti que a minha saúde vá mal.//

Opinião 4 – Não porque eu não tenho informações sobre os malefícios que ele pode causar a saúde./ Além do que vai prejudicar as plantações vizinhas com as sementes que vão sendo levadas pelo vento./ Vão acabar prejudicando as outras plantações que não são transgênicas./ Vai acabar dando uma mistura que a gente no fim vai acabar não sabendo o que é transgênico e que não é.//

Opinião 5 – Não, eu não consumiria porque o que eu tenho lido a respeito dos transgênicos me levam a essa decisão, ou seja, não há nenhum tipo de segurança quanto a esse tipo de alimento, nem aos seus impactos no ambiente.//

Opinião 6 – Não./ Porque eu não sei o que pode me acontecer no futuro, a pesquisa não falou nada ainda sobre o que é o transgênico.//

Opinião 7 – Não, não consumiria./ Porque tem agrotóxico, e eu prefiro mais os produtos que não têm agrotóxicos.//

Opinião 8 – Não, não consumiria, porque as alterações que eles sofrem podem ser prejudiciais à saúde.//

Opinião 9 – Não./ Porque, primeiro lugar, é passinho de formiguinha, mas é um boicote contra esses países que querem nos fazer depender economicamente deles.//

Opinião 10 – Não, porque não confio nos transgênicos.//

Opinião 11 – Não./ Porque talvez faça mal a saúde, então, como a gente não sabe, eu não consumiria.//

Opinião 12 – Não, porque eu não gosto de arriscar a minha vida.//

Opinião 13 – Não, não quero ser cobaia.//

Opinião 14 – Não, sou muito jovem ainda pra morrer tão cedo.//

Opinião 15 – Não./ Porque não tenho informações sobre os efeitos que podem causar no organismo.//

Opinião 16 – Sim./ Porque se eu tivesse o costume de consumir ele antes de saber que ele era transgênico, eu continuaria consumindo sem problema nenhum.//

Sobe som

Guta – Como o movimento ecológico encara a liberação de organismos geneticamente modificados para o consumo?/ Nossa repórter, Gisele Neuls, entrevistou a coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace./ Mariana Paoli explica por que é perigoso liberar transgênicos para o consumo agora.//

Gisele – Mariana Paoli, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace./ Bom dia Mariana.//

Mariana – Bom dia.//

Gisele – Mariana, quais são as implicações da liberação do plantio e comercialização dos transgênicos no país?//

Mariana – Hoje o plantio, a importação e a comercialização de qualquer transgênico está proibida por uma sentença judicial./ Essa sentença exige que sejam feitos os estudos de impacto ambiental, avaliação de saúde humana, regras de segregação que vai permitir a separação do grão transgênico e não-transgênico nas diferentes

etapas da cadeia, como plantio transporte e armazenamento/ E normas de rotulagem plena, ou seja, garantindo a plena informação ao consumidor sobre está sendo consumido./ A Medida Provisória 113, que permitiu que a colheita da soja ilegal fosse feita, principalmente no Rio Grande do Sul, fere essa sentença judicial, fere a maioria da população brasileira que prefere consumir um alimento livre de transgênicos e fere também a legislação ambiental, que exige a realização desses estudos./ Principalmente porque não foi feito nenhum tipo de pesquisa para garantir que os alimentos transgênicos sejam seguros para o meio ambiente e a saúde humana./ É claro que, além da questão de saúde e meio ambiente, economicamente é um suicídio para o Brasil adotar essa tecnologia./ Principalmente porque é o único grande produtor mundial de soja capaz de atender a demanda crescente no mercado internacional pelo grão não-transgênico./ Hoje, cada vez mais, o Brasil tem tido um superávit agrícola pela exportação de soja, principalmente para a Europa e a Ásia./ Ao adotar essa tecnologia não apenas vai estar perdendo esta vantagem comparativa frente aos seus concorrentes, como Argentina e EUA, mas também estará na dependência de uma única multinacional, que é a Monsanto, que responde por mais 90% das sementes transgênicas plantadas hoje no mundo.//

Gisele – Mariana, a notícia de que a safra gaúcha, principalmente esse ano, tinha sido plantada com sementes contrabandeadas correu mundo./ Acabou tendo uma abrangência internacional./ Já existem estudos, isso já teve algum impacto sobre as exportações do país ou sobre a imagem do país como exportador de grãos?//

Mariana – Ainda não porque, felizmente, a safra gaúcha contaminada, segundo o próprio Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, representa 8% do total./ Ou seja, seria por volta de 4 bilhões de toneladas./ Como os produtores gaúchos estão isolados na sua busca por plantar, o grão não-transgênico, visto que o Paraná, o segundo maior produtor de soja do Brasil, vem tomando medidas para evitar contaminação, em iniciativa em conjunto com a Secretaria de Agricultura, com a FAEP, OCEPAX, essa contaminação ainda não atingiu altos níveis, não está em todo o Brasil./ O Rio Grande do Sul de certa forma está isolado./ É uma série de empresas e grandes produtores já têm tomado medidas para evitar a contaminação certificando a sua produção para não perder esse mercado em crescimento./ /

Gisele – Nas últimas semanas o governador do estado do Rio Grande do Sul, o governador Germano Rigotto, anunciou que vai liderar, junto ao governador do Mato Grosso e outros governadores, o movimento pela liberação do plantio e comercialização de grãos geneticamente modificados./ Como o Greenpeace vê esse anúncio?//

Mariana – A liberação dos grãos geneticamente modificados não só é uma questão que ainda não foi analisada do ponto de vista ambiental e de saúde humana, quer dizer, esses estudos são necessários antes de uma liberação comercial, como na questão de impactos sócio-econômicos, agricultores de todo o Brasil vão acabar sendo atingidos./ Não só pela cobrança de patentes, que a empresa multinacional Monsanto já vem ameaçando em fazer, como também pelo que a empresa tem de monopólio de grãos./ Na verdade, a liberação de transgênicos no Brasil atende aos interesses de um grupo minoritário, que está centralizado no Rio Grande do Sul, mas desrespeita a maioria da população, dos consumidores e dos agricultores que plantam soja no Brasil inteiro./ Portanto, o que nós esperamos do governo federal é que nas discussões desse novo projeto de lei seja feito um debate racional, baseado num princípio de precaução./ Ou seja, se não há evidências de que transgênicos façam mal ou tragam riscos, são necessárias as garantias de que a tecnologia é segura./ Coisa que ainda não foi feita./ Não é um debate ideológico, mas sim o Brasil está definindo nesse ano a sua política quanto a uma biossegurança e uma biotecnologia./ Então, mais além da safra de soja que se aproxima, no final de agosto, começo de setembro, quando começa o novo plantio, são necessárias regras claras de biossegurança, que infelizmente ainda não foram feitas.//

Gisele – Existe uma campanha nacional, a Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos, da qual o Greenpeace também faz parte./ Quais são as ações dessa campanha, Mariana?

Mariana – Nós temos feito uma série de ações para informar e mobilizar os consumidores sobre os alimentos transgênicos./ Da mesma forma que trabalhamos com agricultores./ Junto ao Judiciário e ao Congresso Nacional, também levamos as informações, mostrando que a questão ambiental, segurança alimentar, soberania alimentar e impactos na saúde humana ainda não foram avaliadas, e são questões fundamentais para serem vistas antes de uma liberação./ O Greenpeace fez e guia do consumidor, que é uma lista de produtos com ou sem transgênicos, que é uma ferramenta para as pessoas evitarem o consumo desses produtos./ Nesse guia, que tem mais 640 itens, é uma lista das empresas que puderam garantir que não usam transgênicos em seus produtos e daquelas empresas que não puderam dar as garantias, como é o caso da Lacta, da Nestlé, ou da Danone./ Primeiro de tudo, nós precisamos de uma informação./ E segundo, o debate em torno da adoção dessa tecnologia ou não deve ser democrático e com participação de toda sociedade civil e de todos os setores.//

Gisele – Mariana Paoli, o consumidor brasileiro está preparado para exercer o seu direito de escolha em relação a esses produtos, ele tem informação suficiente?//

Mariana – Veja, na verdade o direito de escolha é uma segunda etapa nesse processo./ Porque o consumidor deve exercer seu direito de escolha em cima de um produto que é seguro, para a saúde dele para meio ambiente./ No entanto, sequer essa garantia com relação ao alimento transgênico foi dada./ É claro que nós temos que ter em mente que o consumidor no Brasil já ouviu falar de transgênicos muito mais do que o consumidor nos EUA, por exemplo, onde a tecnologia já foi liberada há cinco anos./ Mas a falta de segurança ambiental e alimentar desses alimentos levam a uma adoção desse princípio de precaução de cada um./ Ou seja, nós não podemos ser cobiça de um tipo de alimento que não teve qualquer tipo de teste./ A rotulagem, na verdade, ela é uma obrigação, é o direito de informação, mas infelizmente nós não podemos deixar que os consumidores sejam cobiças.//

Gisele – O caso gaúcho fez com que se falasse muito da soja transgênica, mas existem outros grãos que podem servir a ser criados no país?//

Mariana – Existe uma série de pedidos de liberação comercial e junto à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança./ Hoje 96% da área de transgênicos plantada no mundo, que é concentrada em apenas três países, se dá apenas com variedades de soja, milho e canola./ Em quarto lugar tem o algodão transgênico, cerca de 13% na China./ Nós sabemos que no Brasil há uma série de pedidos, ou mesmo de campos experimentais de outras variedades, também estão aguardando uma análise./ Mas é claro que uma avaliação caso a caso sempre deve ser feita.//

Gisele – Para finalizar, Mariana, como o consumidor pode procurar mais informações sobre esses alimentos geneticamente modificados?//

Mariana – Para quem tem acesso à Internet, o site do Greenpeace tem muitas informações, inclusive do ponto de vista econômico, ambiental, de saúde humana, e oferece esse guia do consumidor para download./ O site é www.greenpeace.org.br, ou também através do telefone, 03007892510.//

Gisele – Muito obrigada Mariana Paoli, coordenadora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace.//

Guta – Nós vamos ouvir Pra Viajar no Cosmos não Precisa Gasolina, de Ney Lisboa e Augusto Licks, com Ney./ E no próximo bloco você vai conhecer o projeto Imagens e Vozes de Esperança.//

Entra música (ver anexo E)

Sobe som

Guta – Voltamos a apresentar Sintonia da Terra, programa que aborda os temas sócio-ambientais do momento e as propostas de convivência harmoniosa com o planeta.//

Sobe som

Guta – Vamos conversar agora com a jornalista Márcia Medeiros, coordenadora da Brahma Kumaris em Porto Alegre./ Uma organização não-governamental internacional, que tem status consultivo geral junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas./ Aqui em Porto Alegre, onde atua há vinte anos, a Brahma

Kumaris desenvolve projetos como o Vivendo Valores na Educação e Imagens e Vozes de Esperança dos quais a Márcia é a coordenadora. É sobre o Imagens e Vozes de Esperança que nós vamos conversar. Oi Márcia, tudo bem?//

Márcia – Tudo Bom.//

Guta – Prazer em te receber aqui na estréia do Sintonia da Terra na Rádio da Universidade.//

Márcia – O prazer é meu também.//

Guta – Márcia, como é que surgiu o Imagens e Vozes de Esperança?//

Márcia - Bom, na verdade o Imagens e Vozes surgiu de um encontro, em 1999, que aconteceu nos EUA. Foi um diálogo internacional que visava discutir sobre o impacto das imagens e vozes públicas na sociedade. E aí, desse grupo de pessoas, estava presente a Jude Rogers, que é a coordenadora internacional desse programa, então surgiu nela a idéia de promover um diálogo internacional que pudesse estar gerando essa reflexão em cima do impacto da mídia sobre o comportamento, sobre a cultura vigente.//

Guta – E qual era o objetivo?

Márcia – A idéia do Imagens e Vozes é gerar um diálogo, uma discussão entre as pessoas da mídia, não apenas da mídia, mas pessoas ligadas à arte, à cultura de alguma forma, para estarem pensando sobre como criar, ou sobre como trazer para o público, para o outro, imagens diferenciadas em cima de uma postura mais positiva da existência. Então a Jude afirma que as imagens ajudam a promover experiências de um determinado tipo de mundo, e que se a gente fica só promovendo, por exemplo, imagens de guerra, de dor, de conflito, de negatividade, a gente está ajudando a criar um mundo dessa maneira também. Então se nós trabalhamos dentro da mídia, e quem trabalha na cultura, na arte, no sentido de trazer às pessoas as imagens e as vozes, o visual de algo belo, de algo poético, de algo positivo, mesmo dentro das cenas que porventura sejam negativas, a gente, de alguma forma, vai estar contribuindo para a criação de uma realidade diferente.//

Guta – Até porque essa realidade também existe, a realidade do bem, digamos assim.//

Márcia – Com certeza. E aconteceu uma situação interessante, porque tive oportunidade de participar do primeiro diálogo que aconteceu do Imagens e Vozes, lá no Rio de Janeiro, e um dos jornalistas estava comentando sobre o papel da mídia no momento das torres lá nos EUA, em setembro. Como foi uma situação extremamente difícil para todos os americanos, como que a mídia naquela hora se deu conta do papel dela como neutralizadora do sofrimento, com o papel de trazer algo de bom no meio de todo aquele contexto negativo. Então eles mostraram imagens de atos heróicos dos bombeiros, imagens de solidariedade das pessoas, de ajuda, daqueles que conseguiram se salvar, e, em função disso, eles puderam de fato estar neutralizando um pouco todo aquele sofrimento. E daí houve, inclusive, uma discussão com esse grupo que trabalha o Imagens e Vozes lá, sobre os efeitos, ou melhor, o poder que a mídia teve nesse caso de neutralizar as emoções. Enquanto em outros momentos poderia ter sido alguma coisa de criar um sensacionalismo em cima do sofrimento dos outros, mas não, a mídia naquela hora se deu conta, e ao contrário, trabalhou mostrando, digamos, as ações bonitas, os valores, enfim, a humanidade que tava acontecendo ali por trás daquela situação meio catastrófica. Então a idéia do Imagens e Vozes não é que se pare de veicular as notícias de guerra, de situações negativas, mas é que dentro dessas notícias existem também os aspectos positivos, e que se coloque tudo, e não apenas lado do sofrimento, da dor e da negatividade.//

Guta – Que ações já dá pra destacar dentro desse projeto?//

Márcia – A partir desse diálogo, que foi primeiro diálogo, que teve oportunidade de participar no Rio, surgiu o um grupo de jornalistas, de pessoas ligadas à mídia de um modo geral, não só jornalistas, pessoal também ligado à propaganda, e eles estão se encontrando periodicamente, e um dos trabalhos concretos que já aconteceu foi uma pesquisa onde, no Rio de Janeiro, eles estão procurando saber da população que tipo de programa eles gostam de ver, porque eles gostam de ver esse programa. E a idéia da pesquisa não é simplesmente coletar os dados de informação, mas é gerar também uma reflexão para que o ouvinte, o público, ele saiba que tem também um poder sobre o veículo que está trazendo aquelas imagens para ele. Já se conseguiu alguma coisa na PUC, no Rio de Janeiro, já está em encaminhamento uma matéria, uma matéria não, uma cadeira da universidade, onde vai se trabalhar justamente essa questão da ética e dos valores, em cima do trabalho feito na comunicação.//

Guta – Márcia, tu citaste o primeiro diálogo, quando é que ele aconteceu, como foi?//

Márcia – Aqui, no Rio Grande do Sul, nós fizemos o primeiro diálogo no Fórum Social Mundial, e ele foi coordenado pela facilitadora Ana Lúcia, que é uma jornalista, uma das pessoas que coordena esse diálogo a nível de Brasil. A oficina aconteceu com o título de Mídia para Construção de um Mundo Melhor. Então, reuniu um número de mais ou menos 50, 60 pessoas, e foi um diálogo de construção muito interessante, porque um dos aspectos básicos deste programa é que não existe um centralizador dos encontros. São as pessoas provendo as conversas e criando idéias, e tudo acontece em cima da prática, do diálogo apreciativo, que é um diálogo que foi criado, é um método de encontro de conversa entre as pessoas, onde se pauta o diálogo em cima de perguntas positivas, perguntas apreciativas, onde as pessoas são conduzidas a pensar, mas pensar de uma forma construtiva. Quais foram os ganhos de cada situação, quais foram os benefícios de cada situação em cada momento?//

Guta – Bom Márcia, maiores informações sobre o Imagens e Vozes de Esperança onde é que as pessoas podem encontrar?//

Márcia – Eles podem entrar em contato com a Brahma Kumaris, aqui de Porto Alegre, o telefone é 33881244. Inclusive nós estamos pensando em promover um encontro, um segundo diálogo do Imagens e Vozes aqui, ainda não estamos com a data certa, mas provável que será em agosto. Então aqueles que tiverem interesse em ter maiores informações podem estar contatando com a gente, quem sabe até participando na construção desse encontro de agosto. Eu faço esse convite aos alunos, aos professores a todo aqueles que, de alguma forma, se simpatizam com essa idéia de trazer novas imagens e esperanças para esse mundo.//

Guta – Obrigada então Márcia.//

Márcia – Eu que agradeço.//

Guta – Enquanto nós refletimos sobre o projeto Imagens e Vozes de Esperança e a revolução que ele pode causar nas nossas vidas, a partir do enfoque da mídia nas visões de um mundo melhor, vamos escutar Determinei, música apresentada pela mestra de reisado Virgínia de Moraes, na interpretação de Mônica Salmaso.//

Entra música (ver anexo E)

Sobe som

Guta – O Sintonia da Terra vai ficando por aqui. Deixamos para você uma dica de fonte de informação. É a EcoAgência de notícias, uma agência experimental especializada em pautas sócio-ambientais lançada em janeiro deste ano. A EcoAgência é uma iniciativa do núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul e possui colaboradores em São Paulo, Brasília e Minas Gerais. O endereço é www.ecoagencia.com.br/ E se você quiser fazer contato com a produção deste programa, envie um e-mail para sintoniadaterra@yahoo.com.br/ Suas críticas e sugestões são muito bem-vindas.//

Sobe som

Guta – Este programa teve produção de Adriane Bertoglio Rodrigues, Gisele Neuls e Guta Teixeira./ Apresentação de Guta Teixeira./ Na técnica Cléber Mendes./ Próxima edição, sexta-feira, às oito e cinco da manhã./ Bom dia e até lá.//

CARACTERÍSTICA – Sintonia da Terra./ Parceria com o núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.//

Sobe som

ANEXO B – Sintonia da Terra (26/09/2003)

Sobe som

CARACTERÍSTICA - Sintonia da Terra./ O programa ambiental da Rádio da Universidade.//

Gisele – Olá, bom dia./ Hoje 23 setembro de 2003 e este é o Sintonia da Terra./ Um programa que aborda os temas sócio-ambientais do momento e as possibilidades de convivência harmoniosa com o planeta./ Eu sou Gisele Neuls do núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.//

Sobe som

Gisele – Você sabia que menos de 1% da água existente no planeta é próprio para consumo humano e está na superfície? Pois é, as fontes de água doce disponíveis estão na sua maior parte em lençóis subterrâneos e nas geleiras./ Assim, as águas de superfície, ou seja, rios, arroios, riachos e lagos, como o nosso Guaíba, compõem no total menos de 1% de toda a água existente, cuja maior parte está nos oceanos./ O programa de hoje é dedicado à água, essa fonte essencial de vida que não estamos sabendo cuidar adequadamente.//

Sobe som

Gisele – Considerada a grande riqueza do século 21, a água em condições de uso está no centro de um debate de especialistas./ No caso da Bacia Amazônica, maior bacia hidrográfica do mundo, os EUA tentam trabalhar com a idéia de águas internacionais, justificando que, como a água é um recurso e essencial à vida, temos que cedê-la./ Mas para o Secretário Nacional de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Serra, é preciso manter nossa soberania./ A pressão é mantida pelos EUA, como boa parte dos países que assistem a redução sistemática do lençol freático./ Poluição e desperdícios são as ameaças para rios e oceanos./ Desde a conferência de Kyoto, em 1997, no Japão, que representantes americanos vêm tentando enquadrar as riquezas hídricas brasileiras no conceito de águas internacionais./ O secretário informa ainda que a potencialidade hídrica chama a atenção do mundo, assim como a biodiversidade./ Mas o que o governo defende são as águas transfronteiriças, cuja gestão só diz respeito aos países banhados e integrantes de determinadas bacias hidrográficas.//

Sobe som

Gisele – A certificação ambiental é o credenciamento dado a produtos com um bom manejo florestal e que assegurem o equilíbrio ecológico, a viabilidade econômica e a justiça social./ No Brasil o projeto Sustentabilidade e Certificação Florestal na Mata Atlântica é desenvolvido desde maio de 2000.//

Sobe som

Gisele - Em março deste ano o projeto lançou os padrões de certificação para produtos florestais não-madeireiros em remanescentes da Mata Atlântica./ Foram feitos estudos sobre o sistema de exploração de três recursos nativos da Mata Atlântica./ Palmito na região Sudeste, erva-mate na Região Sul e piaçava no Nordeste./ Chegou-se a certificação da erva-mate.//

Sobe som

Gisele – Aqui no Rio Grande do Sul a região de Lajeado se destaca pela busca da excelência na produção de erva-mate, garantindo a qualidade do produto e do processo industrial sem agredir ao ambiente.//

Sobe som

Gisele – Foi inaugurado em Imbituba o Centro Nacional de Conservação da Baleia Franca./ O objetivo é que esse centro seja referência nacional para estudos sobre conservação da baleia franca austral./ Cetáceo ameaçado de extinção e que encontra nas águas do litoral catarinense o local adequado para amamentar filhotes e perpetuar a espécie./ A organização não-governamental Coalizão Internacional da Vida Silvestre e WC Brasil, responsável pelo Projeto Baleia Franca, administrará o centro.//

Sobe som

Gisele – A baleia franca é a segunda espécie mais ameaçada de extinção do planeta./ Em primeiro lugar aparece a baleia franca boreal, no hemisfério norte./ A espécie austral existe há um milhão e meio de anos./ Um adulto vive 80 anos, em média./ A população de baleias francas é estimada em cerca de 7000 indivíduos, e o seu ressurgimento vem aumentando de 7 à 8% ao ano na costa sul-brasileira.//

Sobe som

Gisele – Tão logo o presidente Lula retorne ao Brasil será editada a Medida Provisória que autoriza o plantio de soja transgênica no Rio Grande do Sul./ Lula está diante de um dos maiores dilemas do governo./ Confrontar a justiça e os movimentos ambientalistas ou enfrentar a desobediência civil dos agricultores do RS./ Mas, caso o governo federal insista em editar essa Medida Provisória, que libera o plantio de soja transgênica na safra 2003/2004, enfrentará resistência do Judiciário./ De acordo com a sub-procuradora geral da república, Sandra Kuró, o Ministério Público Federal poderá questionar a medida provisória no STF e nos estados.//

Sobe som

Gisele – Representantes de movimentos contrários aos transgênicos fazem manifestações e pedem a demissão do ministro da agricultura, Roberto Rodrigues./ O certo é que um país que pretende ser celeiro do mundo não pode permitir que sua política agrícola defina-se ao sabor do lobby de multinacionais, de deputados e de agricultores que agem em desacordo com a lei.//

Sobe som

Gisele – Vamos a um breve intervalo musical com Dorival Caymmi, O Mar.//

Entra música (ver anexo E)

Gisele – Você ouviu Dorival Caymmi, O Mar./ Sintonia da Terra, um programa preocupado com a preservação da vida no planeta.//

Sobe som

Gisele – Patrick Leniô é engenheiro em gestão de recursos hídricos e está fazendo mestrado na PUC em Ciências Sociais./ Ele pesquisa a organização e a atuação dos comitês de bacia do estado./ Você confere na entrevista de Guta Teixeira.//

Guta – Vamos conversar agora com Patrick Leniô, engenheiro em gestão de recursos hídricos, fazendo mestrado na PUC em Ciências Sociais, e pesquisando os comitês de bacia do estado./ Bom dia Patrick.//

Patrick – Bom dia.//

Guta – Patrick, como começou a tua relação profissional com a água?//

Patrick - Começou quando eu estava estudante e eu estava estudando engenharia./ Eu queria ter um trabalho que seja um trabalho com a natureza, e também um trabalho com a gente, não trabalhar com máquinas, com computador, mas trabalhar com a gente, e água junta essas coisas da gente, da natureza.//

Guta – Que trabalho tu fazias na França?//

Patrick – Eu trabalhei numa agência de bacia, que se chama Agência de Bacia RONE MEDITERRANECORSE, que depende do Ministério do Meio Ambiente da França, é um órgão na verdade do Ministério do Meio Ambiente.//

Guta – Que trabalhos tu fizeste?//

Patrick – Eu estava conselheiro para a questão das enchentes, no início./ Houve enchentes muito grandes na França nos anos 92 até 95 e eu trabalhei para juntar as pessoas e particularmente juntar as prefeituras./ Por que sempre tinha uma prefeitura lá acima do rio que queria deixar a água ir mais rapidamente, e as conseqüência sobravam sempre para aquelas prefeituras lá debaixo do rio./ Então tinha que juntar as prefeituras de cima e as prefeituras de baixo, para fazer um plano mais coerente, dar mais solidariedade./ Então, eu parti de um trabalho técnico sobre as enchentes para chegar até um trabalho mais político, mais humano, de solidariedade.//

Guta – Tu participaste das discussões sobre a reformulação da política das águas na França./ Como foi esta experiência?//

Patrick – Ah, pois é./ Foi no ano 98, que veio um projeto de lei da Ministra do Meio Ambiente, Dominique Voane, na época, que queria mais ou menos acabar com o sistema francês de gestão dos recursos hídricos./ Que foi uma coisa muito estranha./ Todo mundo gostava desse sistema, mas ela queria acabar com esse sistema./ Então eu me mobilizei, na época, num sindicato, no Sindicato dos Funcionários do Meio Ambiente./ Mas não um sindicato normal, é um sindicato que defende os direitos dos trabalhadores dentro do sindicato, mas sobretudo que defende uma idéia do meio ambiente, um sindicato ecologista, mais ou menos./ E que queria então fazer uma contraproposta para melhorar o sistema, não acabar com sistema, mas melhorar aquele sistema francês que já tinha uns 30 anos de idade, precisava evoluir.//

Guta – Da França tu foste para a África fazer uma consultoria./ Como foi isso?//

Patrick – Eu fui em 2001 e 2002, então dois anos, trabalhar para o Ministério do Meio Ambiente da Água de um país da África, que se chama [PORQUINA FAÇÔ]./ Eu estava Conselheiro Técnico do Diretor-Geral da hidráulica deste país./ Então a gente trabalhou na elaboração de políticas, na reformulação da política da água no país./ É um país muito pobre, com muito pouca água./ O que eu descobri é um cuidado pela água nesse país e uma dificuldade de encaixar políticas modernas, de um estado moderno, com a realidade de lá./ A gente queria implementar um sistema de comitê de bacia, mas na verdade o que acontecia é que a gestão solidária da água já era uma prática neste país./ O estado e os funcionários do estado não conheciam as práticas de campo do próprio país./ A gente tentou implementar um sistema de cima para baixo, mas não deu./ Precisaria mais conhecer a realidade e depois construir um sistema a partir da realidade de lá, coisa que muito mais demorada, muito mais complicada do que impor o sistema de cima para baixo.//

Guta – E como é que a situação se resolveu?//

Patrick – A questão na verdade não se resolve./ São países onde tem uma dependência muito forte./ A população de lá não tem muitas possibilidades de iniciativa./ Muitas decisões são tomadas lá nos ministérios, até são tomadas em outros países, em Nova York./ Então isso é um problema muito grande, a dependência./ Acho que a situação vai se resolver quando vai ter mais uma mobilização dos próprios povos de lá, que vão conseguir um jeito para organizar da maneira deles.//

Guta – Da África tu vieste para o Brasil, foi isso?/ O que te trouxe para cá?//

Patrick – Eu participei no Fórum Social Mundial, no ano 2002, que foi meu primeiro contato com o Brasil, gostei muito deste país, gostei de Porto Alegre./ E depois, eu queria estudar Ciências Sociais, e para mim a cidade para estudar Ciências Sociais era a Porto Alegre./ Porto Alegre teve uma experiência do orçamento participativo, me pareceu que, nas ciências sociais, tem uma inovação isso, muito interessante.//

Guta – Que tipos de trabalho tu estás desenvolvendo aqui?//

Patrick – Eu estou pesquisando sobre os comitês de bacia para o mestrado da PUC e eu participei desde março deste ano no comitê do lago Guaíba./ Agora, não é bem um trabalho, é mais uma observação, uma pesquisa sobre o próprio comitê.//

Guta – O que tu estás procurando nesta pesquisa?//

Patrick – O sistema de gestão dos recursos hídricos aqui no Brasil é muito participativo./ Tem uma presença da sociedade nos comitês de bacia./ O que me interessei de ver como essa participação se articula e como o sistema está se construindo agora.//

Guta – Há semelhança entre o sistema francês de gestão de recursos hídricos o sistema brasileiro?//

Patrick – O sistema brasileiro se inspirou bastante na experiência da França./ Principalmente o sistema aqui no Rio Grande do Sul./ Formação dos comitês de bacia, a idéia da cobrança pelo uso da água./ Mas tem uma diferença bastante importante no sentido de uma melhoria do sistema./ O sistema francês é um sistema muito tecnocrático, não tem uma participação da sociedade./ Aqui no Rio Grande do Sul tem essa riqueza, e acho que a França poderia se inspirar nas experiências daqui para repensar a sua situação./ No sistema francês têm muitas tentativas ultimamente para melhorar o sistema nessa questão da participação./ Mas não tem uma cultura de

participação da sociedade nas decisões públicas como tem aqui no Rio do Grande do Sul. É um sistema mais representativo, de democracia representativa, aqui é mais esse lado da democracia participativa.//

Guta – Teus planos, Patrick. / Vai ficar por aqui mais algum tempo?//

Patrick – Eu vou acabar o mestrado na PUC, então, vou ficar dois anos ainda aqui no Brasil. / Eu tenho vontade de fazer também um mestrado na Antropologia agora, descobrindo uma sociedade nova. / Então talvez, de repente, vou tentar a seleção lá na Antropologia da UFRGS. / E depois, não sei.//

Guta – Muito obrigada então, tu queres acrescentar alguma coisa?//

Patrick – Não, muito obrigado. / Eu só queria talvez, acrescentar uma coisinha, que eu agradeço muito as pessoas que eu encontrei aqui. / Eu fui acolhido de um jeito único aqui no Brasil, então muito obrigado.//

Guta – Muito obrigada, Patrick.//

Gisele – Esse foi Patrick Leniô falando sobre suas pesquisas com os comitês de bacia do estado.//

Sobe som

Gisele – Fique atento ao lavar a louça. / Atos simples como limpar os restos de comida antes de começar, encher a pia até a metade para ensaboar, manter a torneira fechada, e enxaguar a louça em mais meia pia de água limpa economiza até 97 litros de água em 15 minutos de lavagem.//

Sobe som

Gisele – Vamos ouvir Tom Jobim, Correnteza.//

Entra música (ver anexo E)

Gisele – Você ouviu Correnteza, de Tom Jobim e Luiz Bonfá. / Sintonia da Terra, um programa preocupado com a preservação da vida no planeta.//

Sobe som

Gisele – A ONU, Organização das Nações Unidas, declarou 2003 o Ano Internacional da Água Doce. / Diversos encontros, reuniões e fóruns vêm sendo realizados. / E as conclusões coincidem, estamos em alerta vermelho. / Ou seja, de todas as crises sociais e naturais, a escassez da água é a que mais afeta a nossa sobrevivência. / Para os próximos vinte anos a previsão é de queda de um terço na média mundial de abastecimento por habitante. / Isso que para o consumo humano está disponível cerca de 1% do total da água do planeta, que possui 70% da superfície coberta de água. / É por isso que falar em escassez pode parecer um exagero.//

Sobe som

Gisele – No caso do Brasil, uma nação na qual água, embora seja considerada abundante, não atende completamente as necessidades vitais de toda a população. / E pior, grande parte da água está contaminada ou têm suas nascentes e encostas destruídas.//

Sobe som

Gisele – Não só as nascentes e as margens dos rios, mas também os banhados e arroios devem ser preservados. / Por isso, fica a dica, não jogue lixo nos rios e arroios, não destrua a vegetação se ciliar e reduza o uso de produtos químicos, geralmente utilizados na limpeza e higiene da sua casa.//

Sobe som

Gisele – A agricultura responsável por 65% do uso da água doce no Brasil e por 70% no mundo. / Essa é a média, mas no caso brasileiro, estados como Goiás, São Paulo e aqui no Rio Grande do Sul o consumo da água na agricultura sobe para 85%.//

Sobe som

Gisele – Esses dados são preocupantes, já que além de absorver boa parte da água do planeta, a agricultura também é responsável pela devolução do líquido à natureza. / Mas com problemas de contaminação por agentes químicos, causando sérios impactos ambientais, ao ecossistema e a saúde dos consumidores desses alimentos.//

Sobe som

Gisele – Para o diretor do Instituto Brasileiro de Produção Sustentável e Direito Ambiental, Carlos Nascimento, medidas simples, como a sistematização das áreas de plantio, que consiste em nivelar o terreno de forma que a irrigação possa ser feita com uma lâmina de água mais estreita, poderiam reduzir 30% do consumo.//

Sobe som

Gisele – Nascimento é coordenador da oficina Água e Agricultura: a Importância da Agroecologia em Recursos Hídricos, que integra a programação do Fórum Internacional das Águas a realizar-se no início de outubro, em Porto Alegre.//

Sobe som

Gisele – Em Porto Alegre está se aproximando a data da realização de três grandes eventos sobre agroecologia. / Em novembro devem acontecer o primeiro Congresso Brasileiro de Agroecologia, quarto Seminário Internacional sobre Agroecologia e quinto Seminário Estadual sobre Agroecologia. / Para sabermos sobre os temas que serão discutidos vamos acompanhar a entrevista feita pela jornalista Adriane Bertoglio Rodrigues, que conversou com uma das coordenadoras dos eventos, Ana Vals.//

Ana – Este ano o tema central do evento sobre agroecologia é Conquistando a Soberania Alimentar. / Então a grande maioria dos palestrantes, eles tenderão a trazer um enfoque sem fugir do tema central que é soberania alimentar. / E como conquistar essa soberania alimentar? / Quais são as condições para que essa soberania alimentar realmente seja algo tangível, algo concreto, algo sentido pela maioria das pessoas? / Porque a soberania alimentar tem algumas condições para que a gente consiga chegar até ela. / A gente tem que ter uma certa independência na área de produção de alimentos. / A gente precisa ter agricultores com independência em relação a determinados insumos, no sentido de eles se considerarem dentro de um processo de sustentabilidade que é importante. / Então aí, vários questionamentos vão surgir, vários pontos de vista vão surgir, e isso é extremamente enriquecedor pra gente entender realmente o que é soberania alimentar. / E pensando em termos do tema

central, o lógico para nossa palestra de abertura é que seja com dom Mauro Morelli, que historicamente é uma pessoa que tem, vamos dizer assim, batalhado, tem buscado a reflexão nas comunidades, nas diferentes comunidades por esse Brasil afora do que é segurança alimentar e a busca da segurança alimentar e consequentemente da soberania alimentar./ Então, ele será o nosso palestrante de abertura, no dia 18, e depois então nós teremos segmento com vários palestrantes de fora e de dentro do Brasil, como eu já havia dito./ E dentro deste tema central obviamente nós vamos ter algum sub-tema, como a gente diz./ Sem perder de vista o Conquistando a Soberania Alimentar nós vamos falar em biodiversidade social, cultural, ecológica./ Nós vamos falar sobre protagonismo e participação social./ E nós vamos falar também sobre o papel da ciência./ Dentro deste contexto todo como é que está a ciência nessa história toda, o que ciência, afinal de contas, e o que é que não é ciência?/ E dentro mais dos espaços de apresentação de trabalhos, os espaços característicos de um congresso, nós vamos ter então alguns temas, que seriam a relação sociedade-natureza./ Nós vamos ter o desenvolvimento rural./ Nós vamos ter o manejo de agroecossistemas e o manejo de recursos naturais./ Então estes temas todos para gente conseguir lidar./ Uma ciência que tem toda a sua amplitude, obviamente como ciência, e ao mesmo tempo conseguir que um grande número de pessoas se encontrem dentro do evento com temas que sejam mais próximos da sua prática./ E que, por isso mesmo, as pessoas buscariam os seus pares, como se diz, as pessoas que estão mais ligadas àqueles temas para formarem então grupos de discussão e de reflexão./ Poque isso é também uma condição importante dentro do evento./ Então estão divididos, como seminários, estão divididos em biodiversidade, em protagonismo social e papel da ciência./ E como congresso, então nós temos quatro temas básicos que serão paralelos na primeira, na segunda e na terceira tarde./ Ao final teremos um encerramento e a discussão de propostas para dar continuidade como já aconteceu desde o primeiro evento, desde o primeiro Seminário Estadual da Agroecologia, ao final de cada evento a gente discute em plenária propostas que sejam importantes dentro do contexto daquela discussão, daqueles dias do grande grupo reunido, e a partir dessas propostas o que gente tem conseguido ao longo desse período?/ Que algumas dessas propostas tenham tido andamento e que a gente consegue olhar para trás e ver que a gente caminhou, que houve a possibilidade de caminho./ Tanto é que no seminário passado, no terceiro Seminário Internacional e quarto Seminário Estadual sobre Agroecologia, uma das propostas foi exatamente que havia espaço e necessidade de que no Brasil tivesse um primeiro Congresso Brasileiro sobre Agroecologia./ Então a proposta foi levantada, no seminário passado, e nós estamos colocando em prática esse ano, juntamente com a continuidade dos seminários sobre agroecologia./ Esse já é um outro passo, uma outra conquista, um outro espaço no qual os pesquisadores, os professores, as pessoas mais do lado acadêmico e não tão acadêmico vão ter também o seu espaço de apresentação de trabalhos que sempre surtia essa indagação: nós precisamos saber o que está acontecendo em termos de pesquisa, de experimentação e de estudos na área de agroecologia, tanto dentro quanto fora do Brasil./ Qual é essa riqueza?/ Bom, pelo primeiro Congresso Brasileiro a gente já vê que a riqueza é bastante significativa./ Quase 500 trabalhos encaminhadas para avaliação./ Isso significa realmente que nós temos muita coisa boa acontecendo no Brasil e fora do Brasil nessa área./

Adriane – Que bom então, então o pessoal que estiver interessado em participar do Congresso e do Seminário sobre Agroecologia, que serão realizados de 18 a 21 de novembro, já podem se inscrever./

Ana – Sem dúvida nenhuma, no www.emater.tche.br, ou através do telefone 3233314, plantão técnico da Emater./ As pessoas que quiserem já garantir a sua vaga como ouvinte a inscrição é gratuita./ Essa também é uma condição importante, eu acho que as pessoas têm que ter direito de terem esse espaço de se descobrir, a uma sociedade diferente, uma produção diferente, uma alimentação diferente, e uma condição para se conquistar a soberania alimentar é que as pessoas possam realmente se reunir, discutir e saber o que é isso./ Então os participantes ouvintes não precisam pagar inscrição./ O único pagamento de taxa é quem é autor de trabalho, que realmente vai ter depois a condição do seu trabalho ser publicado nos anais do Congresso./ Então isso também é um retorno, vamos dizer assim, para aqueles que estão apresentando trabalho como autores, e aí, para isso, vai ter uma taxa realmente./ Mas para os participantes ouvintes, aquelas pessoas que querem participar, que querem ir lá debater, que querem fazer as suas perguntas, que querem ouvir os palestrantes, que querem encontrar as pessoas e que querem participar ativamente desse processo, elas têm a taxa gratuita. Basta se inscrever e dar suas informações básicas para a inscrição e poderão estar lá participando conosco./

Gisele – Esta foi Ana Vals, uma das coordenadoras do primeiro Congresso Brasileiro de Agroecologia, quarto Seminário Internacional e quinto Seminário Estadual sobre Agroecologia./ Vamos ouvir agora Ivan Lins, dele e Vitor Martins, O choro das águas./

Entra música (ver anexo E)

Gisele – Você ouviu O Choro das Águas, de Ivan Lins e Vitor Martins./

Sobe som

Gisele – As águas dos rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí desembocam no delta do Jacuí formando o lago Guaíba, que banha os municípios de Porto Alegre, Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão./ Os principais impactos ambientais na bacia do Guaíba são o escoamento de esgoto da capital e das águas poluídas dos rios Gravataí e Sinos./ Além disso, nessa região, existem indústrias de produtos alimentares, metalurgia e celulose./ Desde 1989 o estado possui um programa de despoluição e preservação desse sistema, o próGuaíba./ Uma conquista que conta com a participação ativa de diversas entidades ambientalistas./ É o que vamos conhecer no Ação Ecológica de hoje./

Gisele – O Ação Ecológica de hoje conversa com Guilherme Domelles, que é vice-presidente da AGAPAN, e tem participado da história da preservação do Guaíba./ Bom dia Guilherme./

Guilherme – Bom dia./

Gisele – Guilherme, como é a participação das entidades ambientalistas, da sociedade civil nesse processo de preservação do Guaíba?/

Guilherme – Olha, a participação do movimento ambientalista data de quando Lutzenberger ainda era vivo, do início, da fundação da AGAPAN, em 1971, quando o prefeito de Porto Alegre, Guilherme Socias Villela, em 1974, se não me falha a memória, apresentou um grande projeto de despoluição do rio Guaíba, na época se chamava rio, que era o Projeto Rio Guaíba./ E aí foram apresentados os projetos, e foi uma cena memorável até que nós tivemos na nossa capital, em Porto Alegre, quando o Lutzenberger, fazendo as contas de acordo com as planilhas que os técnicos apresentaram, de como seria feita a despoluição, o tratamento dos esgotos, ele disse “olha, o que vocês estão propondo para o Guaíba é nós pegarmos um copo de água e colocarmos uma colherinha de fezes nele”./ E mesmo assim o programa continuou e foi uma vergonha o que aconteceu./ Toda a verba foi gasta, não foi colocada nenhuma rede de esgoto, e aí surgiu uma CPI na Câmara dos Vereadores, que parou na questão do sigilo bancário, porque na época os bancos públicos não eram obrigados a fornecer informações./ Bom, aí a população continuou solicitando, a comunidade tinha uma certa necessidade que houvesse uma despoluição do Guaíba, então assumiu um outro prefeito, que foi o Alceu Collares, que criou o chamado Programa Praia do Guaíba./ Nos moldes do Projeto Rio Guaíba para despoluir, com a versão de que faria, promoveria obras para despoluição do Guaíba, mas na verdade tratava-se de um projeto de privatização das áreas públicas junto à orla do Guaíba, principalmente junto à zona central da cidade, que eram os parques Marinha do Brasil e o Parque da Harmonia./ Seriam construídos [PIRRÔES] e a orla seria privatizada./ Isso ensejou um movimento muito forte por parte da AGAPAN, que se juntou com todas as outras associações, moradores e sindicatos e houve um grande movimento que conseguiu promover o que se chamou o maior ato ecológico do Rio Grande do Sul, que nós conseguimos juntar 10.000 pessoas e fizemos o chamado abraço ao Guaíba, em novembro de 1988, e essas 10.000 pessoas deram as mãos e fizeram uma corrente humana da chaminé do Gasômetro até o estádio do Beira-Rio, do Internacional, mais ou menos uns seis quilômetros./ Foi um ano eleitoral, e nesse ano o Partido dos Trabalhadores ganhou a eleição e o candidato, que na época era o prefeito que foi eleito, o Olívio Dutra, assumiu o compromisso nessa manifestação, que foi às vésperas da eleição./ Assumiu compromisso de não realizar o Projeto Praia do Guaíba, não privatizar as áreas públicas as margens do Guaíba./ Então, em 1989, a administração popular que assumiu, o Partido dos Trabalhadores, criou o chamado Programa Guaíba Vive, que era um programa que tinha várias linhas temáticas./ Ele não tratava exatamente só da questão dos esgotos que chegavam ao Guaíba, e aí já se começou a discussão também de que o Guaíba não era um rio, era um lago./ Uma das linhas temáticas envolvia a questão da urbanização da orla, a outra envolvia a questão dos usos, que seria o turismo e a balneabilidade, e a outra linha, que seria a questão do saneamento propriamente, do tratamento dos esgotos, que era o Fórum das Entidades e o Programa Guaíba Vive, onde todos os aspectos do programa eram debatidos quinzenalmente./ Um fruto deste programa e da participação do movimento ambiental, porque muitos membros das nossas

entidades ecológicas, da AGAPAN principalmente, foram trabalhar em cargos importantes da administração popular, os próprios coordenadores do Guaíba Vive eram membros do movimento ecológico, alguns eram da AGAPAN./ Isso aí propiciou que pelo menos as primeiras iniciativas do poder público passassem por um crivo, dentro do próprio poder público, do executivo, de uma opinião de pessoas que eram ligadas ao movimento ambiental./ Mas, mesmo assim, surgiu um projeto interessante que é o da Praia no Lami, que foi o primeiro projeto de intervenção ecológica, que foi devolvida a balneabilidade da Praia do Lami./ Foi construída uma estação de tratamento de esgoto em forma com lagoas de estabilização, que é uma proposta ecologista, de baixo impacto, de baixo custo e foi colocada uma estação de tratamento de água também no Lami./ Posteriormente foi feito um calçadão, mas isso foi uma coisa que passou assim, que o movimento não ficou sabendo, quando viu já estava construído um calçadão lá, que nós somos contra a idéia de calçadões na beira do lago Guaíba./ E aí surgiu a questão de que, paralelo ao Programa Guaíba Vive, em 1990, no último ano do governo do estado, do governador Pedro Simon, foi publicado no Diário Oficial um projeto maior que se chamou o Programa de Recuperação Ambiental da Região Hidrográfica do Guaíba./ Então seria um programa que envolveria toda a região hidrográfica do lago Guaíba./ Seus cinco rios principais são os seus rios formadores, é o Jacuí, o Taquary, o Cai, o Rio dos Sinos e o rio Gravataí./ Mas esse programa só foi publicado no Diário Oficial, aí assumiu um novo governo estadual, que foi o governo Alceu Collares, que era o prefeito de Porto Alegre, assumiu como governador e passou um, dois anos em stand-by o chamado programa próGuaíba./ Por volta de 1993, 91, 92, mais ou menos 92 começaram a surgir os primeiros projetos e propostas de obras do programa próGuaíba, que é o programa estadual./ E este programa foi buscar junto ao Banco Interamericano recursos, porque é um programa muito grande, foi buscar para que houvesse financiamento desse programa próGuaíba./ Só que nós, enquanto sociedade civil, nós do movimento ambientalista, principalmente da AGAPAN, nós não tínhamos acesso, ninguém estava tendo acesso às informações sobre este programa, que era em nível estadual, nesse caso./ E aí o governo também não tinha interesse que a população participasse, e nós, nossa obrigação, já tinha sido feito um primeiro contrato com o Banco Interamericano, num repasse em torno de 100, 115 milhões de dólares./ Aí nós fomos obrigados a fazer denúncia da falta de transparência do programa, do próGuaíba, na falta de transparência das decisões, dos projetos./ Só que nós fomos lá na sede do Banco, nós fomos a Washington, eu me lembro bem, foi em 1993, nós entregamos uma carta na sede do Banco em Washington, porque um dos membros da AGAPAN estava participando de um seminário que se realizava lá nos EUA./ Seminário que estava sendo chamado pela IPA, que é a Agência Ambiental Americana, para discutir a questão da indústria de papel e celulose./ E como vocês, moradores de Porto Alegre sabem, na outra margem do lago Guaíba, nós temos uma e indústria de celulose que foi uma das grandes vilãs da contaminação do rio, principalmente da contaminação de Porto Alegre com a poluição atmosférica que ela provocava devido aos maus odores./ Porque essa indústria se chamava Borregard e no início da década de 70 a comunidade inteira de Porto Alegre só desejava que ela assumisse daqui, porque era insuportável o odor./ Então essa reunião, dessas indústrias de papel e celulose, chamaram esse seminário e nós participamos dele e já fizemos a denúncia do próGuaíba lá em Washington./ E o que a gente queria com essa denúncia?/ O que nós queríamos na época?/ Nós queríamos que houvesse transparência, que houvesse participação da sociedade, e nós queríamos mais coisas, nós queríamos que o usuário dos recursos hídricos começasse a pagar pela utilização da água, e que o usuário do recurso hídrico que também prejudicasse a característica do recurso, da água, contaminasse, ou por esgoto, ou por detritos industriais, ou por outra qualquer forma de poluição, também fosse aplicada a lei em cima dele e ele viesse a pagar também, se ele quisesse poluir ele teria de pagar um preço bem alto./ E nós tivemos o intento da nossa iniciativa, que foi que o Banco realmente fez pressão, a partir da nossa denúncia fez uma pressão muito forte em cima do governo do estado na época, e o governo do estado então, cedendo à pressão, encaminhou para a Assembléia um projeto de lei que foi chamado projeto do programa próGuaíba./ Aquele projeto, foi criado o conselho deliberativo, no caso a AGAPAN faz parte deste conselho deliberativo, com mais duas entidades ambientalistas, foi aceito pelo banco, pelo BID, foi aceito que houvesse o princípio do usuário pagador, o princípio do poluidor pagador, e a questão da outorga do uso da água./ A pessoa, para usar a água de um rio, de um lago, de uma nascente, de um banheiro, ela tem que ter uma autorização para isso, e tem que ter um órgão específico dentro do poder público que faça um estudo e veja se é possível ela usar aquele recurso ou não./ E se ela for usar ela vai ter que pagar por aquele recurso./ Isso inclui o uso para outros fins, pode ser para a agricultura, para a indústria, para a irrigação, e para o fim que for necessário que não seja para dessedentação dos animais ou das pessoas./ Sendo que a prioridade do uso da água na lei é sempre o abastecimento público./ E a outra questão que nós conseguimos também junto ao Banco Interamericano, foi que o Banco reconhecesse a existência dos comitês de bacias, que era uma proposta ainda nova na época, o Rio Grande do Sul foi pioneiro nesse sentido, de que a comunidade participe e tome a decisão sobre o melhor uso dos recursos hídricos./ Com a criação do comitê do Rio dos Sinos, o Comitê de Bacia do Rio dos Sinos e o Comitê de Bacia do Rio Gravataí, isso em meados dos anos 80, foram criados esses dois comitês./ E o último elemento que a gente propunha para o banco, e que foi aceito também pelo Banco Interamericano foi que a bacia, a região hidrográfica, deva ter uma agência que seja a agência executiva de todo o processo./ Então essa agência vai recolher o pagamento dos usuários pelo uso e vai repassar para investimentos dentro da própria bacia./ Os recursos se destinam a própria bacia./

Gisele – Guilherme...

Guilherme – Posteriormente essa idéia tomou forma, um ou dois anos depois ela veio tomar forma na Lei Estadual que a Assembléia aprovou, havia um movimento grande também por parte dos engenheiros, dos sanitaristas, em que se criar uma legislação específica para recursos hídricos./ E em 1994 para 95 a Assembléia Legislativa criou a chamada Lei Estadual dos Recursos Hídricos, que contemplava exatamente as nossas propostas, um conselho deliberativo, o princípio poluidor pagador, ou usuário pagador, a outorga pelo uso da água, os comitês de bacia e agora nós estamos trabalhando para que seja criada a agência de bacias./ Então esse movimento realmente foi um movimento que surgiu da mobilização da sociedade, essa legislação, essa conquista dessa legislação, ela se deu de baixo para cima, se deu a partir dos movimentos sociais, principalmente do movimento ambientalista, e culminou com a Lei Federal de Recursos Hídricos, que é a lei 9433, de 1997./ Então essa lei veio contemplar em todos sentidos as nossas propostas porque ela determina que o recurso hídrico, no caso, o lago, a bacia no caso, ela possa ter um comitê de bacia, e esse comitê tem que ter a participação dos usuários, os usuários são majoritários nesse comitê./ Esse comitê tem poder deliberativo./ Então essa Lei Federal dos Recursos Hídricos, na verdade ela estabelece o poder local como o poder maior./ O comitê tem o maior poder de deliberação sobre as outras instâncias, ele decide, em última instância, o que é e o que não é bom no gerenciamento do recurso da sua bacia./ Nós temos uma crítica que fazemos com relação à questão dos recursos hídricos, da estruturação do sistema de recursos hídricos, que nós entendemos que recursos hídricos faz parte do meio ambiente, nós não podemos separar água do meio ambiente./ Então recursos hídricos deveria estar dentro dos SISNAMA, que é o Sistema Nacional do Meio Ambiente, como uma câmara técnica dentro do Conselho Nacional do Meio Ambiente, por exemplo, dentro dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, e dentro dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente./ Ali deveria estar sendo tratada a questão dos recursos hídricos./ Mas justamente a nossa preocupação hoje maior é essa, que como a legislação federal fez essa separação, isso aí está abrindo um caminho muito perigoso para a privatização da água./ E nós estamos já percebendo ruídos muito fortes vindos do Planalto Central de que o governo atual, o governo Lula, parece que não vai ter força para evitar a privatização da água./ Esse aí é um assunto que eu acho que vai ser o grande tema de discussão num futuro bem próximo./

Gisele – Muito obrigada, Guilherme./

Sobe som

Gisele – O Sintonia da Terra vai ficando por aqui./ Este programa tem produção de Adriane Bertoglio Rodrigues, Gisele Neuls e Guta Teixeira./ Apresentação, Gisele Neuls./ Na técnica Cléber Mendes e Jorge Cecílio./ Entre em contato com a produção do Sintonia da Terra através do e-mail sintoniadaterra@yahoo.com.br./ Nós voltamos na próxima sexta-feira, oito e cinco da manhã./ Um bom dia, bom final de semana e até lá./

Sobe som

CARACTERÍSTICA – Sintonia da Terra./ Parceria com o núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul./

Sobe som

ANEXO C – Sintonia da Terra (16/01/2004)

Sobe som

CARACTERÍSTICA - Sintonia da Terra./ O programa ambiental da Rádio da Universidade.//

Sobe som

Guta – Bom Dia amigo ouvinte, eu sou Guta Teixeira do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul/ E este é o Sintonia da Terra, um programa que aborda os temas sócios-ambientais do momento e as propostas de convivência harmoniosa com o planeta.//

Sobe som

Guta – No programa de hoje teremos a entrevista com Maria Elisa Silva, coordenadora da ONG União pela Vida e com as editoras da versão brasileira da Revista The Ecologist, Rejane Maria Ludvic e Vanete Farias Lopes.//

Sobe som

Guta – A seguir as notícias do Sintonia da Terra, numa parceria com a agência de notícias EcoAgência, criada pelo Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.//

Sobe som

Guta – Vamos conhecer alguns dos argumentos apresentados pela Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos em sua manifestação de repúdio a publicidade que vem sendo veiculada pela empresa Monsanto na TV, em rádios e na imprensa escrita./ De acordo com a campanha, a Monsanto usa uma abordagem emocional para tentar levar o consumidor a acreditar que a segurança alimentar e ambiental dos produtos transgênicos já está mais do que comprovada, citando benefícios que a biotecnologia poderia proporcionar./ E inclusive estabelece uma relação inexistente dos transgênicos com a conservação do meio ambiente.//

Sobe som

Guta – Segue dizendo que até o presente momento não se observou nenhuma relação de benefício das plantas resistentes a herbicidas ou das plantas inseticidas sobre a natureza, o ar ou os rios./ Pelo contrário, as plantas resistentes a herbicidas têm consumido maiores quantidades de herbicidas do que as convencionais, contaminando mais os rios, o solo, os animais, os agricultores e os consumidores, enquanto nas plantas inseticidas a diminuição do uso de agrotóxicos se anula em poucos anos./ Paralelamente tem se verificado que as plantas inseticidas podem prejudicar insetos benéficos afetando o equilíbrio ambiental.//

Sobe som

Guta – A Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos apresenta também seu repúdio e espanto pelas imagens apresentadas na publicidade com mães grávidas e crianças sob a música de fundo *What a Wonderful World*, que induz a idéia de que os transgênicos são seguros e mais nutritivos./ Alerta que estudos da *Royal Society*, do Reino Unido, em 2002, recomendaram ao governo inglês especial atenção aos alimentos transgênicos destinados à alimentação infantil ou de nutrizes pelos riscos que podem representar./ Seus autores chegaram a declarar que bebês alimentados por mamadeira podem ficar subnutridos se alimentados com fórmulas infantis geneticamente modificadas, em função da inadequação de regulamentação e regimes de testes para alimentos transgênicos.//

Sobe som

Guta – Assim sendo a Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos espera que o Ministério Público, o Ministério da Justiça e o Poder Judiciário Brasileiro tomem as providências cabíveis para suspender imediatamente a veiculação da campanha publicitária da Monsanto/ Espera também que a empresa seja obrigada a financiar a veiculação de contrapropaganda em igual duração, números de exibições e horários, visando a esclarecer a população brasileira quanto a veracidade dos fatos acerca dos produtos transgênicos.//

Sobe som

Guta – A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, alerta para o risco de queimadas nesta época do ano/ A combinação clima seco, temperaturas elevadas e atitudes inadequadas é certamente incendiária./ Portanto evite jogar pontas de cigarros acesos no capim seco, acender velas de rituais religiosos nas áreas verdes das cidades e botar fogo em coberturas vegetais.//

Sobe som

Guta – A SMAM também solicita que os incêndios criminosos sejam denunciados à equipe de fiscalização ambiental da Secretaria, através do telefone 32897541, diretamente para a administração dos parques ou para o corpo de bombeiros.//

Sobe som

Guta – A empresa mineira Novo Friso Ltda não poderá importar carcaças de pneus destinadas a industrialização./ A decisão do presidente do Superior Tribunal de Justiça acolheu o argumento do IBAMA./ A importação de materiais pneumáticos causaria grave lesão à saúde pública e ao meio ambiente equilibrado.//

Sobe som

Guta – O Brasil é o terceiro colocado no ranking do tráfico de animais silvestres./ Para tirar o país dessa lamentável dianteira a deputada federal Cátia Abreu, do PFL de Tocantins, apresentou um projeto de lei que aumenta as penas das pessoas que caçarem ou matarem animais silvestres./ De acordo com a CPI que investigou o tráfico de espécies da fauna e da flora brasileira, 90% do comércio de animais silvestres no Brasil é ilegal./ A CPI relata também uma constatação lastimável./ De cada dez animais retirados da natureza, apenas um consegue sobreviver às péssimas condições de capturas e transporte.//

Sobe som

Guta – Se a proposta da deputada Cátia Abreu for aprovada, as penas mínimas de detenção para estes traficantes, inclusive para quem apenas armazenar as espécies da fauna silvestre sem licença, irão dobrar./ Ou seja, passarão dos atuais seis meses, para um ano./ Sendo que a pena máxima será quatro vezes maior do que prevista hoje./ Passara de um ano para quatro, mais multa./ A pena ainda pode ser agravada se o crime for praticado contra espécie rara, ou ameaçada de extinção, e se tiver como finalidade o envio da espécie para o exterior.//

Sobe som

Guta – Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina deram o passo inicial para consolidar o programa Pró-Rio Uruguai Aquífero Guarani./ Foi protocolado na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o termo de referência de doação para elaboração do Plano-diretor do

programa para desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai/ A proposta foi elaborada pela Secretaria Estadual das Obras Públicas e Saneamento do Rio Grande do Sul e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina, tendo a parceria do Ministério das Cidades.//

Sobe som

Guta – O termo passara por apreciação junto a Comissão de Financiamentos Externos./ O valor a ser solicitado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do projeto, é de setecentos e cinquenta mil dólares por estado, totalizando, portanto, um milhão e quinhentos mil dólares.//

Sobe som

Guta – Segundo o WWF, os orangotangos podem estar instintos em vinte anos./ Isto porque no século passado o número de símios dessa espécie caiu cerca de 91%, em áreas de Bornel, na Malásia, e Sumatra, na Indonésia./ Estima-se que até 1987 havia uma população mundial entre quarenta e cinco mil e sessenta mil orangotangos./ Mas em dois mil e um o número caiu pra entre vinte e cinco e trinta mil, sendo que grande parte deles, vive fora das reservas ambientais./ Segundo o WWF, a redução de orangotangos deve-se ao extrativismo de madeira e ao desmatamento de áreas florestais para uso agrícola.//

Sobe som

Guta – “A Água e os Desastres” é o tema da campanha de informações e atividades do Dia Mundial da Água, a ser comemorado em 22 de março./ A campanha é organizada pela Organização Meteorológica Mundial em parceria com a ERID, Estratégica Internacional para a Redução de Desastres, que é um órgão das Nações Unidas.//

Sobe som

Guta – Lembramos também que o tema da Campanha da Fraternidade da CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, deste ano é “Fraternidade e Água”, com o lema “Água: Fonte da Vida”.//

Sobe som

Guta – A Fundação Zoobotânica do Rio Grande Sul está apresentando, no litoral gaúcho, a exposição “Banhados: Ecossistemas Ameaçados./ O objetivo é conscientizar a população sobre a importância dos banhados e divulgar os resultados de suas pesquisas sobre o assunto./ A mostra está na Prefeitura Municipal de Cidreira até o dia 03 de fevereiro, e de 04 a 29 de fevereiro estará na sede do Ceclimar, em Imbé.//

Sobe som

Guta – A exposição “Banhados: Ecossistemas Ameaçados” apresenta 32 áreas úmidas, consideradas as principais do Rio Grande do Sul, pela extensão territorial ou pela diversidade de espécies que abrigam./ Ao longo dos tempos, não só no nosso estado, mas em todo o país, tem ocorrido uma expressiva perda de áreas de banhados./ Esses ecossistemas têm sido destruídos através de práticas como a drenagem para uso agropecuário, a deposição de lixo e o aterramento para obras de infraestrutura./ Isso acontece porque os banhados são considerados inúteis devido à produção de muita umidade./ Mas na verdade os banhados são filtros da água, principalmente da água das chuvas, evitando alagamentos./ E as micro-vidas, presentes nos banhados, também purificam as águas, geralmente contaminadas.//

Sobe som

Guta – Estudos em fase de conclusão pela Fundação Zoobotânica revelam que as áreas de banhados e várzeas na Região Hidrográfica do Guaíba ocupam hoje cerca de noventa mil hectares./ Esse número representa 94% a menos em relação as áreas potencialmente alagáveis no final do século dezanove, quando teve início a expansão humana e a agrícola na região.//

Sobe som

Guta – Prossegue também a programação da Fundação Zoobotânica em Porto Alegre./ Na próxima quarta-feira, dia 21, no Jardim Botânico, tem oficina de herborização de plantas, às nove horas./ Também nesta quarta, e nas próximas duas, dias 28 de janeiro e 04 de fevereiro, às quinze horas, tem visita as coleções especiais do Jardim Botânico./ E nas quintas-feiras, 22 e 29 de janeiro, às nove horas da manhã, acontece a visita orientada “Conhecendo o Jardim Botânico”./ Informações e inscrições pelos telefones 33202027 e 33202000.//

Sobe som

Guta – O Jardim Botânico, em Porto Alegre, está aberto para visitação pública de terça-feira a domingo, das oito às dezoito horas./ Adultos pagam dois reais, e estudantes um real./ Já o Parque Zoológico, em Sapucaia de Sul, funciona de terça a domingo, das oito e meia às dezessete horas./ Adultos pagam três reais, e estudantes, um e cinquenta./ Automóveis no Parque Zoológico pagam quinze reais, e motos, oito.//

Sobe som

Guta – Sintonia da Terra./ Um programa envolvido com a preservação da vida no planeta.//

Sobe som

Guta – A ONG União pela Vida, com sede em Porto Alegre, está desenvolvendo uma campanha contra a abertura da temporada de caça no estado./ Para saber mais, acompanhe agora a entrevista feita pela jornalista Adriane Bertoglio Rodrigues com Maria Eliza Silva.//

Adriane – Sobre essa campanha contra a abertura da temporada de caça aqui no estado, qual é o objetivo dela?

Maria Eliza – Nós iniciamos essa campanha em torno do dia 06 de outubro, a estratégia que a gente resolveu utilizar seria um abaixo-assinado, porque nos pareceu a melhor idéia no momento, e reunir o maior número de assinaturas, conhecer a opinião da população em geral sobre isso e apresentar esse abaixo-assinado, na época, um pouco anterior da abertura da temporada, que seria no mês de maio, é de maio a agosto a temporada, então nós levaríamos essas assinaturas ao Ministério Público Federal, que é o responsável por isso aqui no estado, ou no Brasil./ E com essas assinaturas a gente gostaria de dar uma força para essa ação, que já ingressaram no ano passado tentando impedir a abertura da temporada, mas não obtiveram sucesso./ Desta vez a gente pretende dar uma forcinha, com essas assinaturas, ver se consegue acabar com essa temporada de caça.//

Adriane – Esse abaixo-assinado vocês iniciaram em outubro, quantas assinaturas já foram coletadas até agora?

Maria Eliza – Olha, isso é uma estimativa difícil de fazer, porque a União pela Vida não está sozinha nisso./ Conosco eu tenho aproximadamente três mil assinaturas, e existe o movimento Miraserra, aliás, o projeto Miraserra, que também está recolhendo, o MGDA, de São Leopoldo, e mais vinte ONGs ligadas ao MGDA, que é o Movimento Gaúcho de Defesa Animal./ E várias outras cidades também estão recolhendo, então não tem como saber, isso vai ser uma surpresa no início de março.//

Adriane – Essa campanha é a nível estadual?//

Maria Eliza – É a nível estadual/ Mas nós estamos aceitando assinaturas de todas as pessoas que se aproximam de nós, sejam elas de São Paulo, Minas, Bahia, já temos assinaturas do Brasil inteiro, inclusive de pessoas de fora do Brasil.//

Adriane – E, Maria Eliza, qual que é a expectativa de coletas de assinaturas então, para até próximo ali de maio?//

Maria Eliza – Em termos de números?//

Adriane – De números.//

Maria Eliza – Só Deus sabe./ Eu só queria o máximo.//

Adriane – O máximo que puder de de...//

Maria Eliza – O máximo possível! O máximo possível./ Porque nessa experiência corpo-a-corpo, ali chamando as pessoas para assinar, a gente tem visto que a maioria indiscutível das pessoas aqui de Porto Alegre, onde eu estou atuando, elas são contrárias a isso./ É uma minoria assim, eu diria que 98% das pessoas são favoráveis a essa política de temporada de caça e contra a caça em si.//

Adriane – Isso por que?//

Maria Eliza – Não sei./ Talvez, porque, como é que eu vou te dizer.../ Elas são contra./ Se tu, se qualquer pessoa for acompanhar o nosso trabalho, um dia de trabalho, lá no Brinque da Redenção ou na Feirinha da Coolméia, ficar ali do lado e ver a expressão das pessoas e ver a boa vontade que elas se aproximam, retiram o documento da bolsa para assinar o abaixo-assinado, a maneira como elas agradecem, as pessoas vão compreender que a população do Rio Grande do Sul, na sua maioria, é totalmente contrária a caça./ E que seja a caça considerada um esporte, por que como que matar vai ser considerado um esporte?//

Adriane – E por que a experiência passada, do ano passado, deu errado e não provocou, não sensibilizou as autoridades?

Maria Eliza – Não sei exatamente por isso./ Depende muito, essa ação foi julgada por um juiz, e a opinião dos juizes, ela varia, ele aplicou a lei, mas não foi sensível aos argumentos./ Eu não conheço os argumentos que foram utilizados, vou conhecer em breve, vamos tentar complementar essa argumentação, trazer novas argumentações e tentar ajudar nesse sentido./ Porque para nós, da União pela Vida, e para outros grupos que combatem a caça no Brasil e no Mundo, a caça não é esporte, não é cultura, é massacre.//

Adriane – E aqui o Rio Grande do Sul, aqui no Brasil, o Rio Grande do Sul é o único estado em que a caça é permitida, né?//

Maria Eliza – É verdade, é verdade./ O Rio Grande do Sul, que se orgulha de ser pioneiro em tantas coisas, entre elas o movimento ambientalista, tem essa, eu diria, uma pequena falha, que a gente está fazendo o possível, com a nossa luta, para tentar resolver esse assunto e nós não termos mais essa pecha de sermos o último estado do Brasil onde a caça é permitida.//

Adriane – E, Maria Eliza, quais são as espécies que são permitidas, que estão liberadas para a caça, aqui no estado?//

Maria Eliza – Na temporada de 2003, foram permitidos o abate da marreca piadeira, da marreca parda, da capivara, se não me engano o pombo de bando, caturrita e garibaldi.//

Adriane – E como é definida as espécies, como é que se define que espécies podem ou não podem ser caçadas e liberadas para caça?//

Maria Eliza – Existe uma contagem que é feita durante todo o ano, não sei exatamente em que regiões, mas é feita uma contagem, através de um grupo de biólogos ligados à UFRGS, e isso funciona da seguinte maneira: a Federação Gaúcha de Caça vende as licenças de caça, repassa o valor para o IBAMA, que repassa o valor pra Fundação Zoobotânica, e que, como vou dizer, terceiriza esse trabalho, contratando esse pessoal ligado à UFRGS./ Eles passam o ano inteiro contando essas espécies, e eles, com base nisso, determinam quais as regiões onde a caça será permitida e quais as espécies, e o número de espécies serão caçadas./ Agora é necessário se dizer que essas aves, ou esses mamíferos, eles são contados somente no Rio Grande do Sul, não participam dessa contagem a Argentina e nem o Uruguai./ Aves não tem fronteira, e nós achamos que para essa contagem ser realmente eficiente, não querendo discutir com nenhum biólogo, nem cientista, porque eu sou leiga no assunto, mas nós consideramos que é uma contagem incompleta.//

Adriane – Por que não caçar?//

Maria Eliza – Por que não caçar?//

Adriane – Por que não à caça aqui no estado?//

Maria Eliza – Por que não a caça/ Porque, na nossa opinião, nós não somos caçadores, nem biólogos, somos pessoas que amam os animais, nós achamos que não se deve caçar, porque já existe tantos inimigos dos animais, no caso desses animais que são caçados, né? Já existem os agrotóxicos, já existe a drenagem dos banhados, a diminuição dos habitat deles, as cercas elétricas, uma série de outros fatores, por que agregar o homem e este processo?/ Além dos predadores naturais, embora digam que os predadores naturais estão diminuindo, mesmo assim eu acho que o homem não precisa deste triste papel, tem tanta coisa para comer por aí, para comprar no supermercado, por exemplo./ Não é, verduras, etc?/ Nós não gostaríamos que esses animais fossem caçados./ Aliás, recentemente passou um filme, chamado Imigração Alada, que é considerado o melhor documentário sobre aves, que já foi feito até hoje./ E a cena que mostra os caçadores chegando num banhado onde as aves estavam descansando, se alimentando, a presença dos cachorros e tudo mais, e uma ave caindo depois de ser atingida, foi uma das coisas mais chocantes que eu já vi na vida./ Isso que eu sou filha de caçador, irmã de caçador, inclusive carreguei muito cartucho para eles quando eu era criança./ Mas os tempos mudaram, eu acho que isso não é mais imprescindível hoje em dia.//

Adriane – Maria Eliza, e para essa campanha, esse abaixo-assinado que vocês estão fazendo contra a abertura da temporada de caça aqui no estado, como que as pessoas podem participar?//

Maria Eliza – Bom, existem duas maneiras até o presente momento./ Uma delas é nos procurarem no Domingo, no Brinque da Redenção, em frente ao mercado do Bom Fim, tem uma Pet Shop ali, em frente a Pet Shop./ O outro local que está colaborando conosco é o Pé de Alface Espaço Ecológico, na rua Hilário Ribeiro.//

Adriane – Que é um restaurante...//

Maria Eliza – É um restaurante vegetariano, entre a 24 de outubro e a Padre Chagas, que estão com o nosso abaixo-assinado lá/ E alguns outros locais, que a gente ainda não tem condições de divulgar./ Fora isso podem solicitar, qualquer pessoa que queira colaborar, pode me ligar./ Posso dar o número do meu celular?//

Adriane – Claro!//

Maria Eliza – 96555571, qualquer pessoa pode ligar, falar...//

Adriane – Prefixo 51?//

Maria Eliza – 51./ Falar com Maria Eliza, nós vamos remeter o material do abaixo-assinado e combinar de que maneira essa pessoa pode colaborar conosco.//

Adriane – Tu pode repetir o teu celular?//

Maria Eliza – Certamente, 96555571.//

Adriane – E até quando vai essa campanha então, que as pessoas podem ir até o Brinque, ou mesmo no Pé de Alface, até quando?// Tem um limite de data?//

Maria Eliza – A idéia, em princípio, é entregar no início de março esse abaixo-assinado, no Ministério Público./ Mas isso nós vamos procurar os representantes daqui e vamos ver qual é a data, a última data, em que se pode entregar assinaturas./ Mas no início de março, em princípio.//

Adriane – Você é a coordenadora da ONG União pela Vida.//

Maria Eliza – Isso./ Desde setembro.//

Adriane – Foi quando foi criada a ONG?//

Maria Eliza – Não.// A União pela Vida existe há 22 anos./ Ela foi fundada por uma senhora chamada Ilda Zimmermam, que foi uma das fundadoras da AGAPAN, junto com a dona Magda Renner, junto com o Lutzenberger, o Carneiro e outros tantos, que me desculpem por não lembrar./ E a dona Ilda tem oitenta e tantos anos, mora em Torres, continua lutando pelo meio ambiente e continua participando da União pela Vida, e nós temos um outro grupo aqui de trabalho que está indo muito bem.//

Adriane – Então nesses 22 anos tem muita história, muita campanha?//

Maria Eliza – Muitas.//

Adriane – Pela vida./ Você poderia citar algumas campanhas desta ONG?//

Maria Eliza – Eu estou na União pela Vida fazem dois anos./ Eu entrei em função de um assunto relacionado com a Ilha da Pintada, construção de um calçadão na Ilha da Pintada, com cortes de árvores e asfaltamento na margem de rio./ Eu procurei a União pela Vida, fui apresentada por pessoas e disse “eu quero descobrir como é que essas pessoas lutam”, porque eu cansei de esperar que os outros fizessem alguma coisa, disse “chegou a minha vez de fazer alguma coisa”./ Então me juntei a essas pessoas, que começaram a me ensinar alguma coisa do que eles já tinham aprendido nessa trajetória, ingressamos no Ministério Público e tivemos sucesso, a obra do calçadão foi interrompida, o asfalto foi substituído por um pavimento permeável, e foi uma coisa muito interessante./ Existe várias outras lutas da União pela Vida, uma delas é contra o loteamento Germani./ Outra delas é contra a destruição de três hectares de Mata Atlântica, existente no bairro Ipanema, assunto que está no Ministério Público./ E assim, que eu me lembre, essa.../ E também tem uma luta da gente, que nós estamos iniciando, é contra os painéis luminosos./ Porque por trás de muitos painéis luminosos e outdoors na cidade tem uma árvore que foi cortada, mutilada./ Então nós estamos iniciando uma batalha para ver se a gente consegue sensibilizar os vereadores, os técnicos no assunto, para darem uma modificada nessa lei, que está muito permissiva, as multas muito baixas, e eles estão cometendo verdadeiros crimes pela cidade./ Então isso é uma luta que já começou e vai longe.//

Adriane – Pela vida também, pela qualidade de vida.//

Maria Eliza – Pela vida também./ Pelas árvores, no caso.//

Adriane – E Maria Eliza, como que as pessoas podem descobrir como colaborar com o ambiente e com as outras pessoas?//

Maria Eliza – Tem vários caminhos./ Eu escolhi me juntar a alguém que já estava fazendo um trabalho, ao invés de eu tentar desbravar sozinha, “ah, vou criar minha ONG”./ Não, eu procurei alguém sério e me juntei a essas pessoas./ Esse grupo, União pela Vida, os membros tem bastante autonomia, muitos deles, por exemplo eu, meu assunto preferido é a questão da caça./ Tem um grupo que já briga por questões relacionadas com o Plano Diretor, com a altura dos prédios, essa nova briga que tem desses prédios de vinte andares, que estão começando a construir na cidade, que nós consideramos um absurdo, por n razões, não sou a pessoa mais indicada pra falar nisso./ Outra pessoa do nosso grupo está no Comitê do Gerenciamento do Lago Guaíba, na questão da água./ E outra, uma engenheira ambiental, está em São Paulo, está assessorando aquele banco alemão que está dando financiamento para a conservação da Mata Atlântica, vão começar o trabalho aqui no Rio Grande do Sul também./ Então tem várias pessoas e cada uma está cuidando de uma área diferente.//

Adriane – E como que os interessados podem se associar a ONG União pela Vida?

Maria Eliza – A União pela Vida não cobra mensalidade, não cobra anuidade, a melhor maneira é as pessoas nos procurarem e conversarem conosco./ Pode ser através deste celular que eu dei, pode ser nos procurando no Brinque neste tempo que vai durar a campanha da caça, nós precisamos de voluntários para ajudar a recolher assinaturas./ Eu posso garantir que é muito divertido, se conhece muitas pessoas, e é um trabalho muito interessante, acho que vale a pena./ Quem nunca fez isso, fazer a primeira vez é uma revelação.//

Adriane – Está ok então, vamos repetir o número do teu celular para as pessoas que tiverem interesses que é 96655571.//

Maria Eliza – E as pessoas falam, aparecem lá na Redenção e a gente conversa.//

Adriane – Está ok então, muito obrigada Maria Eliza.//

Maria Eliza – Muito obrigada pela oportunidade também.//

Sobe som

Guta – Esta foi Maria Eliza Silva, coordenadora da ONG União pela Vida.//

Sobe som

Guta – Eu sou Guta Teixeira, do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, e este é o Sintonia da Terra/ Programa que aborda os temas sócio-ambientais do momento, e as propostas de convivência harmoniosa com o planeta.//

Sobe som

Guta – Vamos saber agora informações sobre a edição brasileira da revista The Ecologist./ Eu conversei esta semana com as suas editoras, Rejane Maria Ludvic e Vanete Farias Lopes.//

Guta – Bom dia Rejane, bom dia Vanete.//

Vanete – Bom dia!//

Rejane – Bom dia!//

Guta – Eu gostaria que vocês começassem fazendo um pequeno histórico da versão inglesa da The Ecologist.//

Vanete – Faz mais de trinta anos que é editada na Inglaterra, trinta e quatro, acredito agora/ No início ela era trimestral, agora ela é mensal, e foi fundada por pessoas ligadas ao movimento ambiental, o Ted Goldsmith./ Por essa idade dela, a gente acredita que seja o que nos motivou a continuar este trabalho aqui no Brasil também.//

Rejane – Na verdade era um grupo de amigos, doutores, o Ted Goldsmith é doutor, que resolveu se unir para colocar esses assuntos na roda e colocar com profundidade, fazer dossiês sobre o assunto./ A primeira então começaram a fazer em 1969, e a revista saiu mesmo em julho de 1970, coincidindo já próximo à época da primeira conferência dos países, que foi Estocolmo.//

Guta – E desde de lá vão seguindo, pegaram a Rio 92 também, não é?//

Rejane – Sim, a revista na Inglaterra é interrompida desde de 69./ Começando, como a Vanete falou, trimestral, e hoje eles fazem dez números no ano, quase mensal.//

Guta – E lá, como é a receptividade da revista?/ Vocês têm informações sobre esse tipo?//

Vanete – Hoje em dia ela tem uma tiragem de vinte cinco, trinta mil exemplares./ Já consolidou, já te um público específico e bem abrangente, nós aqui recém começamos, então ainda...//

Rejane – Na verdade a revista inspirou./ Esse grupo, esse trabalho, inspirou o surgimento de grupos ligados, na verdade surgiu um movimento ambiental em vários lugares, inspirados neste trabalho pioneiro, de pautar as questões ecológicas.//

Guta – E além da versão brasileira, que a gente já vai falar sobre ela, que vocês são as responsáveis, tem em outros países também a The Ecologist?//

Vanete – Tem./ A França edita, a Espanha, a Índia, a Nova Zelândia.//

Rejane – Ela vai começar também, agora em janeiro, e ser editada no Líbano, primeiro país do mundo árabe que vai ter, digamos assim, essas informações./ E também na Itália, está se preparando para se lançar uma edição na Itália./ Esse movimento de internacionalizar, ele surgiu principalmente depois do número Dossiê Monsanto, que foi um número que saiu na Inglaterra e aí houve todo um boicote, tanto da gráfica quanto da redistribuição, aparentemente não havia, assim, vontade política dessa revista ir para roda, só que as pessoas ficaram sabendo e aí todo mundo queria ler a revista./ Então a revista foi a mais vendida, digamos assim, deu um reinício, isso foi no final de 98, e ela passou a ser, nesse momento, a ser editada em outros países também./ Então, aquilo que, digamos assim, havia uma certa pressão para que ela não saísse acabou saindo pela culatra, a revista teve quatrocentos mil exemplares no mundo inteiro distribuído sobre esse Dossiê Monsanto, trazendo então de uma forma pioneira um dossiê monográfico sobre a questão dos transgênicos.//

Vanete – Aqui no Brasil a gente conseguiu botar dezoito mil exemplares.//

Guta – Gurias, e nos outros países, a estrutura é mais ou menos a mesma que vocês fazem aqui no Brasil?/ Com textos da inglesa e textos locais?//

Vanete – Ela é independente, cada local tem a sua autonomia para fazer./ Então o que tem acontecido é que muitos artigos vêm da Inglaterra e são traduzidos e alguns são agregados para dar a realidade local, ponto de vista local.//

Rejane – A gente daqui está tentando ampliar essas matérias locais./ Tentando colocar mais até jornalistas mesmo, tentar chamar um pessoal para ajudar a gente a pautar os assuntos daqui também.//

Guta – E vocês tem um intercâmbio com os editores da The Ecologist nos outros países?//

Vanete – Sim, o Ted pede até para gente se comunicar e enviar os exemplares que a gente faz aqui para os editores, e também para alguns autores, que são pessoas que contribuem bastante com a revista./ Então é até pedido para gente trocar informação.//

Rejane – Assim também como a gente recebe tudo que todos editam, tudo que todos publicam, então se estabelece bem como uma rede./ E todos recebem a informação que todos publicam, e vários artigos são trocados./ E naturalmente se chega quase que a uma pauta conjunta, não existe isso ainda, mas, por exemplo, no ano de 2003, em todos os lugares onde a revista é feita, saiu um novo dossiê sobre os transgênicos, que foi a nossa edição chamada Guerra no Prato./ Que foi lançado aqui em outono do ano passado, na França também na mesma época, na Inglaterra na mesma época, na Nova Zelândia um pouquinho depois./ Então se tem um movimento de informações e isso acaba gerando assuntos sendo pautados quase que simultaneamente em todos esses lugares./ Que dá um dinamismo.//

Guta – Como é que surgiu a possibilidade de vocês editarem a versão brasileira?//

Vanete – Em função dessa questão dos transgênicos que sempre nos preocupou, Sebastião Pinheiro foi quem pegou a primeira e traduziu junto com a família, conseguiu a ajuda da Coolméia, da AGAPAN, do movimento, e aí saiu a primeira./ Depois o Lutz, o Lutzenberger veio e trouxe sobre o clima, que é uma questão bem importante, que a gente já fez duas revistas./ Então a gente se dedicou a traduzir essa que ele trouxe, levamos bastante tempo, a primeira foi bem mais difícil, e conseguimos colocar, e depois mais outra que complementava o assunto clima./ Sempre assim, com ajuda dos companheiros do movimento ambiental, ajuda financeira, ajuda com textos, ajuda com várias formas, a gente foi catalizando esses esforços e se conseguiu colocar./ Agora é a nona já.//

Guta – Como é o trabalho de vocês?//

Rejane – Na verdade a gente recebe muito material, a gente recebe muito mais material do que a gente tem conseguido publicar, e a gente tenta direcionar para o tema que tem a ver com as nossas lutas locais e brasileiras./ Então se faz um trabalho de tradução , tanto do inglês quanto do francês, quanto do espanhol.//

Guta – Vocês mesmas?//

Rejane – Nós e mais outras pessoas envolvidas também, a Letícia que capitanea mais a tradução do inglês, que se formou na UFRGS, e agora está no mestrado, então ela que é mais a responsável pela parte do inglês, espanhol, francês, enfim, tem um grupo de pessoas, Jacques Saldanha nos ajuda também na tradução eventualmente, tem um grupo de pessoas que nos ajudam./ E se agrega, dentro do possível, a versão local, dentro da visão do tema.//

Guta – Aonde circula, onde é que se encontra a versão brasileira da The Ecologist e com que frequência tem saído?//

Vanete – Ela tem saído numa frequência de uma por estação do ano, então, quatro por ano, a gente conseguiu./ E ela está na Coolméia, nas feiras da Coolméia, na loja da Venâncio Aires Seleção Natural.//

Rejane – Também na loja treze do Mercado Público, em Porto Alegre.//

Vanete – Na loja do MST.//

Rejane – E também a gente atende muito pelo correio./ Dessa forma a gente atende o Brasil inteiro./ Têm revistas indo para Bahia, para o Acre, para Rondônia, para Minas Gerais, enfim./ Pela internet nosso endereço é arma.zen@terra.com.br, e através desse endereço a gente recebe pedidos e envia pelo correio.//

Vanete – Também tem uma página, www.theecologist.com.br./ O pessoal visita a página, faz o pedido e a gente manda pelo correio.//

Guta – Então, www.theecologist.com.br, e o e mail é arma.zen, Z E N, @terra.com.Br./ Gurias, normalmente a revista tem um tema, vocês já falaram da clima, da Monsanto...//

Rejane – Sim, os temas que a gente já tem e ainda estão super atuais desde o primeiro que foi o Dossiê Monsanto, depois se pautou em duas edições a questão das mudanças climáticas, que é de extrema importância, acho que está todo mundo vendo, percebendo que há alguma coisa errada com o nosso clima...//

Vanete – Quinze mil mortos na França...//

Rejane – No último verão quinze mil mortos, em função das mudanças climáticas, essa é uma informação que a gente recebeu hoje ainda, então é assustador e algo que precisa ser feito e todos nós podemos fazer alguma coisa./ Então se pautou em duas revistas o diagnóstico e também propostas na edição de solução mesmo em nível individual./ Depois se pautou a questão social, numa edição chamada Pobreza Globalizada, banco mundial, FMI e a OMC, um foco nessas instituições, como elas atuam , e como de fato elas estão provocando miséria social e ambiental em mais de cem países nessa mesma situação, e nessa foi a primeira, a número quatro, que a gente colocou artigos locais./ Então nessa se colocou exemplos de inclusão social em contraposição a essas políticas que acabam gerando exclusão social./ Depois a número cinco foi na época da Rio+10, em Joanesburgo, onde se fez uma edição simultânea da Inglaterra, com as propostas do movimento ambiental, já que já se sabia, já se tinha uma noção que a conferência ia ser completamente melada, e principalmente pelo Estados Unidos, que não está querendo embarcar em ações concretas de reverter essa questão de mudanças climáticas./ E depois a número seis foi lançada no Fórum Social Mundial, no ano passado, aqui em Porto Alegre, que a gente chamou de Fome Zero, uma questão global, com solução local, onde a gente coloca vários artigos, colocando como alimentar todos, mas sem destruir o planeta./ Depois a número sete foi justamente a que a gente já citou, a Guerra no Prato, onde a gente retomou o assunto transgênicos, atualizando com as últimas informações, pesquisas, resultados de pesquisas que já começaram a sair na Europa de problemas gastrointestinais que os transgênicos provocam./ A número oito se pautou ainda bastante transgênicos, mas já um foco em economia solidária, já os acordos em nível de OMC, os impactos que provocam e, enfim, essa foi a edição de inverno do ano passado e agora...//

Vanete – ...Agora nessa última, Religar a Terra, a gente quis resgatar as populações tradicionais./ A gente via assim que o Ted mandou de vários locais, a inglesa, a mexicana, a francesa, sobre a questão de qual é o papel das religiões na preservação do planeta./ Então aqui a gente enfocou a questão indígena./ E eu acho que a questão indígena, se a gente toca, a gente começa a rever as coisas./ Porque esse religar a terra é o respeito que as populações tradicionais, que o índio para nós tem./ É importantíssimo, então nós resolvemos abordar para ter um reinício, reiniciar a conversar sobre as questões.//

Rejane – Um resgate do sagrado, o resgate do respeito à vida, o resgate da ética, essa é a intenção./ Então nessa última tem dois artigos locais, um da Ana Branco, do Rio de Janeiro, e outro da Guta, sobre a romaria das águas, que é um movimento muito importante que tem aqui, de respeito à água, que toca a questão da água e envolve as comunidades que vivem no entorno./ E os outros artigos, que são traduções do que a Vanete falou, dessa mesma edição que foi publicada na Inglaterra, na França, na Espanha e no México, excepcionalmente essa também foi publicada no México.//

Guta – Gurias, eu me dei conta de que a gente falou da circulação só em Porto Alegre./ E como é que a revista circula em nível de Brasil?//

Vanete – Nós temos um representante em Santa Catarina, que é o Chão Bala, ele vende para lojas de produtos naturais./ Então ele distribui para nós em Santa Catarina.//

Rejane – E temos contato em Goiás, que está efetivando uma parceria.//

Vanete – No Mato Grosso, um rapazinho que estudava agronomia aqui na UFRGS, está fazendo um trabalho lá, também vai nos ajudar.//

Rejane – No Rio de Janeiro também tem uma pessoa que está iniciando a distribuição./ Aqui no interior do Rio Grande do Sul, na Teia Ecológica em Pelotas, em Santa Maria, no projeto Coesperança, a irmã Lurdes faz um trabalho de distribuição da revista lá./ E mais também pela internet, naqueles endereços que a gente já divulgou.//

Guta – Certo./ Agora eu queria falar um pouco sobre a militância ecológica de vocês, que não começou com a The Ecologist, a Vanete eu conheço há anos, da AGAPAN.//

Vanete – Eu entrei na AGAPAN, faz uns quinze anos, eu acho.//

Guta – Não precisamos revelar, aha./ Não vamos revelar tudo./ E aí, Rejane, tu também vens da AGAPAN?//

Rejane – Sim, estou na AGAPAN, nós somos do Conselho Superior da AGAPAN./ Mas eu comecei mais próximo do movimento ambiental em 95, mais próxima da Cooperativa Coolméia, onde comecei a consumir os produtos ecológicos e daí me ligar mais./ E quem me levou para a AGAPAN foi a Vanete, tempos depois.//

Guta – E vocês então continuam trabalhando dentro da AGAPAN, no Conselho?//

Vanete – Sim, a gente faz parte do conselho e participa dos debates mais importantes.//

Rejane – A questão das energias renováveis, muito ligadas a questão climática, questão dos transgênicos, vai ter o tribunal dos transgênicos, agora em março, então está se trabalhando na organização disso./ Aqui em Porto Alegre provavelmente no Araújo Viana.//

Guta – Certo./ A gente vai estar em cima, cobrindo isso, com certeza.//

Vanete – A gente tem participado de alguns eventos fora, em Angra dos Reis, sobre energia, a gente foi.//

Rejane – Todo esse movimento do Fórum Social Mundial, não fomos agora à Índia, estamos aqui, mas todos os outros participamos ativamente na organização, durante o evento, a AGAPAN sempre esteve presente, fortemente.//

Vanete – Agora nos vamos participar do Fórum pela Paz, contra a Guerra...//

Rejane – ...Contra a Guerra e pela Paz./ Que está programado para fevereiro.//

Vanete – E todos nós temos essa preocupação da construção da paz./ E a questão ambiental acho que tem a ver com isso ai tudo./ Porque as agressões que a natureza vem sofrendo, a gente tem que ver e tem que começar a cessar, para poder harmonizar essa religião, essa conexão cósmica, essa aliança, ela tem que brotar agora, afinal nós já estamos no terceiro milênio, temos que botar mãos à obra, fazer as mudanças para o outro mundo possível.//

Rejane – E o que nos move muito é compartilhar as informações que a gente recebe e que tem acesso./ Esse é o mote principal, compartilhar, disponibilizar essas informações para que todos tenham acesso e se dêem conta que em nível individual é possível fazer muita coisa, consumo consciente de cada um, ele é a solução para todos nós.//

Guta – No fundo, eu pelos menos penso assim, tudo começa no indivíduo./ Não dá pra pensar uma mudança social sem uma mudança individual.//

Rejane – Com certeza.//

Vanete – O consumo é básico, porque no momento em que a gente consome correto, a gente auxilia as experiências dos agricultores ecologistas, por exemplo, a gente estimula que o movimento dos trabalhadores sem terra assimilem essa consciência de plantar ecológica, sem veneno, sem transgênico./ Então tudo isso vem do consumo./ Se a gente vai e compra qualquer coisa e não se questiona, não faz nada, a gente está sendo cúmplice do sistema, então não adiante ficar reclamando./ A gente tinha um carro a álcool./ Agora nós estamos no top de tecnologia, nós estamos sem carro.//

Guta – Ótimo./ Bom, então a gente poderia repetir os contatos com a revista e com vocês, e, então, é www...//

Rejane – .theecologist, esse theecologist é T H E ecologist, .com.Br./ Ou pelo e-mail arma.zen@terra.com.br.//

Guta – Muito obrigada então pela presença de vocês, parabéns pelo trabalho, boa sorte.//

Vanete – Muito obrigada.//

Rejane – Muito obrigada.//

Guta – Feliz 2004.//

Rejane – Para nós todos.//

Guta – Estas foram as editoras da versão brasileira da revista The Ecologist, Rejane Maria Ludvic e Vanete Farias Lopes.//

Sobe som

Guta – Sintonia da Terra vai ficando por aqui./ Encerramos este programa com uma proposta de reflexão sobre o cuidado que se deve ter sobre o descarte do plástico, que é o campeão de poluição de recursos hídricos no Brasil./ São canudinhos, tampas de garrafas, embalagens variadas, sacos de lixo, canos de PVC e até mesmo aplicadores de absorventes internos que figuram nesta lista./ Depois dos plásticos, os materiais encontrados nas águas são papéis, borrachas, madeira, vidros, isopor, metais e tecidos./ Entre os itens dessas classificações estão caixas de ovos, lâmpadas, luvas, pneus, latas de aerosol, revistas, jornais, palitos de sorvetes, guimbas de cigarro, roupas, preservativos, embalagens de comidas rápidas, copos e bóias./ Como o plástico existe há apenas um século não é possível determinar exatamente o seu grau de biodegradação./ Estima que leve mais de cem anos para se decompor.//

Sobe som

Guta – Este programa teve produção de Adriane Bertoglio Rodrigues, Gisele Neuls e Guta Teixeira./ Apresentação de Guta Teixeira./ Na técnica Gilson de César, Cléber Mendes e Jorge Cecílio./ Voltamos na próxima sexta-feira, às oito e cinco da manhã./ Bom dia, bom final de semana, e até lá.//

CARACTERÍSTICA – Sintonia da Terra./ Parceria com o núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.//

Sobe som

ANEXO D – Sintonia da Terra (24/03/2006)

Sobe som

CARACTERÍSTICA - Sintonia da Terra./ O programa ambiental da Rádio da Universidade.//

Sobe som

Thais – Bom dia!/ Eu sou Thais Teixeira da Silva e este é o Sintonia da Terra, que volta ao ar a partir de hoje, todas as semanas, na sexta-feira, as oito e quinze da manhã./ É o programa voltado ao meio-ambiente, com uma parceria do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, EcoAgência de Notícias Ambientais e Rádio da Universidade.//

Sobe som

Thaís – Você verá as principais notícias da semana, as dicas de ecologia na prática e a agenda ambiental que está na pauta./ Esta semana acontecem dois eventos importantes para o meio-ambiente./ Aqui em Porto Alegre acontece a Semana Água e Cultura, organizada pela UNESCO e outras entidades, com a divulgação hoje do Relatório sobre a situação das águas no mundo, além de outras atividades./ Sobre o assunto estaremos conversando com a representante da UNESCO no Rio Grande do Sul para o Meio Ambiente, Saúde e Desenvolvimento Social, Cíntia Bonder./ Já em Curitiba, no Paraná, está acontecendo a COP-8, o maior evento ambiental internacional no Brasil desde o Rio 92, com mais de 180 países representados./ Vamos ver o que está acontecendo lá./ E hoje durante o dia acontece a reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente, o CONSEMA, que deve discutir temas importantes para a pauta estadual./ Sobre isso, Elisângela Soldatelli Paim, representante de projetos da ONG Amigos da Terra, deve explicar daqui a pouco a função e as atividades do Conselho.//

Sobe som

Thaís – O Conselho Estadual do Meio Ambiente se reúne hoje a partir das nove horas para definir atuação./ Na pauta, a representação das ONGs gaúchas no colegiado, a questão da legitimidade das decisões./ O licenciamento ambiental pela prefeitura de Caxias do Sul e a questão da Capina Química, que os ambientalistas vêm combatendo duramente anos e que os prefeitos querem retomar./ A representante de projetos da ONG Amigos da Terra, ELISÂNGELA SOLDATELLI PAIM está conosco para falar sobre o CONSEMA e suas atividades, e sobre essa reunião de hoje./ Bom dia Elisângela.//

Elisângela – Bom dia.//

Thaís – Elisângela, explica para nós, para os nossos ouvintes, o que é o Conselho Estadual de Meio Ambiente.//

Elisângela – O Conselho Estadual de Meio Ambiente é o órgão superior do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPA)./ O Conselho, o CONSEMA, ele tem caráter deliberativo e normativo, e também ele é responsável pela aprovação e acompanhamento da implementação da política estadual de meio ambiente, bem como os demais planos afetos à área ambiental.//

Thaís – Para onde são encaminhadas as deliberações do conselho?//

Elisângela – Bom, as deliberações do Conselho são resoluções, que a partir de então passam a valer como legislação, como parte da legislação ambiental do estado.//

Thaís – E quais são as funções que o Conselho exerce praticamente? Vamos supor, ele tem poder de decidir que uma área é de preservação, outra área não?//

Elisângela – Sim, ele tem poder deliberativo, as questões que são levadas para o CONSEMA, as pautas que são levadas para o CONSEMA, os representantes que fazem parte do CONSEMA têm o poder deliberativo de definir qual a melhor forma para aquela legislação./ O que deve melhorar, o que não deve ser melhorado./ Cada um dos pontos avaliados, respectivo a essa questão.//

Thaís - E qual é a representatividade dentro Conselho?//

Elisângela – O Conselho é composto pelos seguintes secretários: por exemplo, Secretário de Estado de Saúde Meio Ambiente, de Minas, Energia e Comunicações, Agricultura, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Social./ E também tem vários outros secretários./ E entre os representantes, cinco são da sociedade civil do estado./ E também têm representantes do SINDIÁGUA, FETAG, FIERGS, FARSUL, FAMUS.//

Thaís – Todos esses têm poder de decisão nas assembleias do CONSEMA?//

Elisângela – Sim, eles têm direito a voto, todos eles têm direito a voto no Conselho.//

Thaís – Me dá um relato sobre a pauta da reunião de hoje.//

Elisângela – Hoje vão ser discutidos alguns assuntos./ Como, por exemplo, a capina química que você apresentou no início./ É um assunto bastante polêmico, porque a capina química pode trazer, e deve trazer, diversos impactos para o meio ambiente, como na questão da água, na questão da saúde pública mesmo./ Porque ainda não existe controle desses produtos químicos que podem ser utilizados no caso da capina química, que está se voltando a pauta./ E também não existe uma segurança toxicológica segundo e comprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária./ Mas além desses pontos que vão ser tratados, a questão do licenciamento da cidade de Caxias do Sul, uma das coisas mais importantes que têm acontecido nos últimos tempos é a questão das entidades ambientalistas, a representatividade das entidades ambientalistas./ No ano passado houve a cassação do Núcleo Amigos da Terra por parte do governo do estado./ O Núcleo Amigos da Terra encaminhou a mudança nos representantes do CONSEMA para o CONSEMA e este foi encaminhado para Casa Civil, e a Casa Civil deu um parecer no processo que a representante, a então representante, Kátia Vasconcellos Monteiro, do Núcleo Amigos da Terra, ela estava impossibilitada de ser membro, de continuar como membro do CONSEMA.//

Thaís – Baseado em que, desculpe interromper, baseado em que?//

Elisângela – Baseado no fato de que ela já tinha sido durante dois anos e renomeada por dois anos./ Então já tinha expirado o prazo da representante ser membro do CONSEMA./ Mas isso não quer dizer que Amigos da Terra não possa ser membro do CONSEMA, são coisas diferentes./ Então o governo do estado acabou nomeando uma outra entidade, que as entidades ambientalistas do estado questionam, por que não é uma entidade que está cadastrada no cadastro nacional de entidades ambientalistas, no QUINEA, e também não participa de eventos relacionados à questão das entidades ambientalistas estado, tampouco quanto à APEDEMA./ E essa nomeação do governo do estado foi feita sem uma consulta à APEDEMA, que sempre foi prática no CONSEMA que a APEDEMA indicasse as entidades ambientalistas, até para existir essa legitimidade de cada setor indicar os seus representantes.//

Thaís – E o que é a APEDEMA?//

Elisângela – É a Assembleia Permanente de Entidades Ambientalistas do Rio Grande do Sul.//

Thaís – E o governo tem esse poder de tomar essa decisão, ele tem essa ingerência sobre o CONSEMA?//

Elisângela – Na verdade ele não tem, por que sempre foi prática que cada setor indicasse os seus representantes./ Assim como o governo do estado indica os seus representantes, os seus secretários para fazerem parte do CONSEMA, sempre foi prática, e nunca foi questionado pelos demais membros do CONSEMA, que a APEDEMA, após as indicações das entidades que fazem parte da APEDEMA, indicasse seus representantes./ Então a gente fecha que não é lógico o governo do estado indicar o representante para o setor ambientalista, e isso sempre foi prática e deve continuar sendo respeitado dentro do CONSEMA./ Só que isso é um fato que vem se arrastando desde o ano passado, inclusive depois de todo esse processo de nomeação dessa outra entidade, houve uma resolução do CONSEMA, em setembro de 2005, que afirmava, que definia que quem indica os representantes da sociedade civil é a APEDEMA./ E até agora essa resolução não foi seguida, não foi implementada até o momento./ Mesmo os Amigos da Terra já não têm mais a Kátia como membro do CONSEMA, existem outras pessoas que vão representar a entidade no CONSEMA,

mas até o momento isso não aconteceu/ Outro fato também importante de se destacar é que o governo do estado cortou o ressarcimento de despesas de entidades ambientalistas que vêm do interior do estado.//

Thaís – Que é uma prática que ele sempre...//

Elisângela – É uma prática que sempre aconteceu no CONSEMA, esse ressarcimento das despesas./ E isso tem impossibilitado que uma entidade venha participar das atividades do CONSEMA./ Isso então vem enfraquecer o setor ambientalista dentro CONSEMA./ Na questão das votações isso sempre fica prejudicado./ Ainda mais nesse momento que tem assuntos de pauta que estão bastante polêmicos.//

Thaís – O CONSEMA tem um orçamento próprio? Ou não, ele depende de verbas do governo?//

Elisângela – Ele é ligado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente.//

Thaís - Deixa eu te fazer mais uma pergunta./ Como é que a sociedade civil, as pessoas em geral, podem fazer para participar?//

Elisângela – O CONSEMA é aberto, as pessoas podem participar, só que as pessoas que não são membros não têm direito a voto./ Mas elas têm direito a voz, elas podem ir lá e participar do CONSEMA.//

Thaís – E onde é que vai ser essa reunião de hoje?//

Elisângela – Essa reunião de hoje vai ser na SEMA.//

Thaís – Secretaria Estadual de Meio Ambiente.//

Elisângela – Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e começa às nove horas./ E a gente tem uma reunião prévia das entidades ambientalistas alguns minutos antes para definir alguns pontos relacionados a essas questões que eu te coloquei anteriormente.//

Thaís – Então a pauta principal de hoje é essa questão da legitimidade das ONGs dentro do CONSEMA.//

Elisângela – Essa na verdade não está no ponto de pauta, mas vamos enfocar isso, assim como vem sendo feito nos últimos seis meses, sempre se toca essa questão e até agora não foi resolvido./ Mas além dessa tem a questão da capina química, tem a questão das dragas, tem a questão do processo de licenciamento ambiental em Caxias do Sul, então tem vários outros pontos para serem discutidos.//

Thaís – Dá um breve relato para nós sobre essa questão do licenciamento ambiental em Caxias do Sul.//

Elisângela – O CONSEMA agora está autorizando os municípios a serem responsáveis pelo licenciamento ambiental, com determinadas restrições, quando não atinge áreas que são de competência do estado./ Em Caxias do Sul tem algumas denúncias de que o licenciamento não está sendo feito corretamente, tem algumas denúncias quanto a isso, e é isso que vai ser avaliado na reunião de hoje.//

Thaís – Está ok então, a gente conversou com Elisângela Soldatelli, da ONG Amigos da Terra, sobre os CONSEMA e as questões todas que vão ser debatidas hoje na reunião./ Boa sorte para vocês lá e bom dia.//

Elisângela – Obrigada, bom dia. //

Sobe som

Thaís – Já está definida a data do primeiro Congresso Estadual de Jornalismo Ambiental do Rio Grande do Sul, o primeiro CONJARS./ Será do dia 19 a 21 de maio e o tema central é Jornalismo e Ambientalismo: Práticas para uma Vida Melhor./ O Núcleo de Ecojornalistas é o realizador do evento e conta com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, da Prefeitura de Porto Alegre através da SMAM, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental “Henrique Luiz Roessler” – da Fepam; da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, do Sindicato de Jornalistas do RS, da Associação Riograndense de Imprensa e da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.//

Thaís – E a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU, a COP-8, está sendo realizada em Curitiba, até 31 de março de 2006./ A COP reúne os 188 signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU./ Suas reuniões acontecem a cada dois anos, em sistema de rodízio entre os continentes, e o evento de Curitiba é sua oitava edição./ A Convenção foi aprovada em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, e tem três objetivos principais: a conservação da biodiversidade; seu uso sustentável; e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes ao acesso dos recursos genéticos.//

Thaís – Cerca de seis mil representantes de mais de 190 países já estão lá, discutindo essas alternativas para a proteção e conservação da biodiversidade do planeta neste encontro internacional./ Ao longo dos doze dias de trabalhos, integrantes das delegações estrangeiras, observadores, cientistas e representantes da ONU vão debater outros temas como proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e acesso aos benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos.//

Thaís – O Greenpeace lançou nessa terça-feira, durante COP-8, relatórios e mapas identificando as últimas áreas intactas de florestas e oceanos do planeta e, portanto, de grande importância ecológica./ O estudo revela que menos de 10% da superfície terrestre permanece como florestas primárias e identifica áreas de oceanos com necessidade urgente de proteção./ As imagens mostram que 82 dos 142 países que possuem florestas já perderam toda a cobertura original.//

Thaís – E vai acontecer em Curitiba, dentro da COP-8, do dia 28 a 31 de março, a primeira feira de reciclagem e tecnologia ambiental e a primeira jornada brasileira de reciclagem e tecnologia ambiental./ Serão apresentadas saídas para a questão empresarial do lixo, além de debates sobre a questão.//

Thaís – O modelo brasileiro de gestão das águas é considerado exemplo pela Organização das Nações Unidas./ Segundo relatório da Organização, que foi apresentado na quarta-feira, no 4º Fórum Mundial da Água, no México, o Brasil é uma das 14 nações que apresentaram progressos importantes em políticas de recursos hídricos nos últimos três anos./ Foram analisados 108 países, entre eles nove sul-americanos.//((tosse)

Thaís – Está acontecendo desde às oito da manhã o mutirão de Limpeza do Rio Gravataí./ O mutirão tem o objetivo de limpar um dos afluentes mais poluídos do Guaíba./ A partida é do Parque Náutico do Bairro Navegantes em Porto Alegre./ Participam do mutirão o Escritório Municipal de Turismo de Porto Alegre, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, o Programa Guaíba Vive, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Departamento de Esgotos Pluviais, a Superintendência de Portos e Hidrovias, a Fundação de Esporte e Lazer do RS, além de outras entidades.//

Thaís – E a Prefeitura pretende dar início ainda neste ano a obras que compõem a proposta de readequação do Programa Integrado Socioambiental, o PISA, avalizada em fevereiro deste ano pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento./ Fazem parte dessa etapa intervenções nas bacias do Arroio Dilúvio e do Arroio Cavalhada,

além do sistema de esgotos da Restinga./ Os investimentos dessa fase serão feitos por meio de contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cerca de R\$ 29 milhões, e recursos próprios do Dmae. / A informação foi dada na terça-feira pelo diretor-geral do Dmae, Flávio Presser, durante apresentação feita à Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal./ Segundo ele, a Prefeitura ainda tenta antecipar, de 2008 para 2007, a assinatura do contrato com o BID para a liberação de financiamento no valor de US\$ 115 milhões./ O Socioambiental tem como principal objetivo elevar o índice de capacidade de tratamento de esgotos da cidade de Porto Alegre dos atuais 27 para 77%./ O grande enfoque são os sistemas Ponta da Cadela, Cavalhada e Restinga que, juntos, lançam no Lago Guaíba aproximadamente 55% dos esgotos "in natura" da cidade. //

Thaís – O Protocolo de 96 que define regras para o descarte intencional de resíduos no mar entrará em vigor hoje./ O Protocolo aprimora a Convenção de Londres sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias do Mar, datada de 72./ Mais recente signatário, o México é o 26º país e o 15º contratante da Convenção a participar do tratado./ Depois dessa adesão, o Protocolo passa a ter número suficiente de países para entrar em vigor./ O Brasil, apesar de ter participado ativamente da elaboração do documento, será apenas observador na primeira reunião do Protocolo, que ainda não tem data para ocorrer./ Isso porque o Congresso ainda não ratificou a participação ativa no tratado./ O Protocolo ainda deixa claro que as regras que valem para o descarte em águas marítimas devem ser levadas em conta no caso de descartes em águas interiores dos países./ Ele estabelece diretrizes para que cada país possa definir quais produtos poderão ser descartados no mar, sem que isso represente um desrespeito à Convenção de Londres. / O Ministério do Meio Ambiente alertou, por meio de sua assessoria, sobre a necessidade da adesão brasileira ao Protocolo, de fundamental importância para o fortalecimento da legislação brasileira que trata da prevenção, do controle e da fiscalização da poluição das águas jurisdicionais brasileiras.//

Thaís – Vamos a um breve intervalo musical, com a banda Mundo Livre, mas já voltamos.// Este programa é o Sintonia da Terra, voltado para o meio ambiente e a sua sustentabilidade.//

Entra música (ver anexo E)

Sobre som

Thaís – Nas nossas dicas de ecologia na prática de hoje vamos falar sobre preservação dos cursos d'água e de economia no uso da água.//

Thaís – A população que mora perto de arroios é responsável na conservação deste equipamento de drenagem natural./ Não jogando lixo nas ruas e efetuando o correto acondicionamento dos resíduos para evitar o assoreamento dos equipamentos de drenagem como arroios e bocas-de-lobo.//

Thaís – Não construa em zonas ribeirinhas./ Manter distância de 200 metros de cada lado da margem, e conserve as áreas verdes, com capacidade de infiltração, nos terrenos de residências e prédios, já que a impermeabilização do solo é fator altamente agravante dos alagamentos.//

Thaís – Não construa em topos de morros também./ O desmatamento destas áreas para eventuais construções provoca o assoreamento das redes de drenagem das partes mais baixas devido à erosão.//

Thaís – É causa dos alagamentos também a quantidade de chuva desregular, fruto do desequilíbrio ambiental, que decorre das mudanças de temperatura e inversão térmica.//

Thaís – As emissões de gases poluentes no ar são responsáveis pelas alterações de temperaturas, por isso reduza a emissão de gás carbônico, utilizando menos o carro./ Pegue ou dê uma carona, utilize o transporte coletivo, caminhe ou ande de bicicleta./ Além de econômico é mais saudável, e você aprecia a natureza mais de perto.//

Thaís – Feche a torneira enquanto escova os dentes ou faz a barba./ Uma torneira aberta durante um minuto gasta 4 litros de água./ Evite banhos longos, desligue o chuveiro enquanto estiver se ensaboando./ O chuveiro aberto 15 min consome 60 litros de água./ Economiza-se água e energia elétrica.//

Thaís – Varra as calçadas e junte todo o lixo./ Lavar as calçadas com a mangueira é um gasto desnecessário./ Em 25 min de lavagem com a mangueira consome-se 100 litros de água.//

Thaís – Conserte vazamentos e não deixe as torneiras pingando./ Ao final de um dia, uma torneira pingando gasta 46 litros de água.//

Thaís – Use o regador para molhar as plantas./ E o balde e a esponja para lavar o carro.//

Thaís – Não jogue papéis, plásticos, fraldas descartáveis, pano, restos de comida, cabelos e camisinhas no vão sanitário./ Esses materiais podem entupir a rede cloacal e trazer muitos transtornos para todos.//

Thaís – Evite jogar esses restos também na cozinha ou no tanque./ Isso entope também a rede cloacal da sua casa.//

Thaís – E para ficar por dentro das notícias ambientais, acesse o site www.ecoagencia.com.br/. Para entrar em contato conosco mande um e-mail para [sintoniadaterra@ecoagencia.com.br/](mailto:sintoniadaterra@ecoagencia.com.br). Vamos a uma breve intervalo musical com a banda Mundo Livre e já voltamos com mais informação.//

Entra música (ver anexo E)

Sobre som

Thaís – No pensamento ecológico de hoje, temos um trecho do texto retirado do site agenciaambiental.go.gov.br, que apresenta algumas das escolas atuais do pensamento ecológico./ Nosso programa resolveu elucidar para os ouvintes escolas de ambientalismo dos dias atuais.//

Thaís – O ecologismo é um movimento disseminado no mundo globalizado, com amplas repercussões na mídia./ São várias as ideologias que permeiam as diversas matizes e correntes do pensamento ecológico./ Observa-se que as idéias e visões subjacentes aos movimentos ambientalistas partem de duas grandes concepções, a partir das quais se realiza a análise da relação homem-natureza./ São elas, o biocentrismo e o antropocentrismo.//

Thaís – A concepção biocêntrica, embora pretenda ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido como qualquer ser vivo, acaba por enfatizar a delicadeza do tecido que sustenta a vida./ Dada a condição de predador da espécie humana, ocupando o topo da cadeia alimentar, a atuação do Homo Sapiens acaba por contribuir irremediavelmente para o desequilíbrio das relações naturais.//

Thaís – Outra concepção é a antropocêntrica, que opera na base da dicotomia entre o homem e a natureza./ Esta visão pressupõe o direito de controle e posse do primeiro sobre a segunda./ A natureza não tem valor em si, mas se constitui numa reserva de recursos naturais a serem explorados infinitamente pelo homem para satisfazer suas crescentes necessidades./ Para os antropocêntricos, a degradação ambiental é uma consequência natural da relação homem-natureza, restando ao desenvolvimento tecnológico a panacéia de resolução dos problemas daí advindos./ A responsabilidade pela adoção destas soluções, no entanto, é da sociedade como um todo, representada pelo Estado, e não pelas pessoas físicas ou jurídicas em particular representadas pelos indivíduos ou empresas. //

Thaís – Num enfoque puramente biocêntrico, os ecologistas profundos advogam uma radical redução da interferência humana na natureza./ Já na ótica dos ecologistas sociais, os seres humanos são vistos exclusivamente enquanto classes sociais, assumindo posições anarquistas e utópicas./ Esboçam visão biocêntrica, quando vêm nas comunidades primitivas o modelo ideal de sociedade, onde o equilíbrio e a integridade da biosfera poderão ser preservados.//

Thaís – É no contexto ideológico das diferentes visões do ecologismo mundial que vemos a importância do surgimento, evolução e consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, que procura estabelecer um ponto de equilíbrio na análise da relação homem-natureza./ A partir da compreensão do quão é destrutiva a relação atual do homem com a natureza, é necessário estabelecer uma nova relação, a partir de um enfoque holístico, abordando os diferentes aspectos envolvidos, econômicos, ecológicos, sociais, políticos, éticos, entre outros.//

Thaís – Este é o Sintonia da Terra./ Um programa de notícias voltado para o meio ambiente e a sustentabilidade do desenvolvimento.//

Sobe som

Thaís – Desde o dia 21 de março até o dia 31, está acontecendo em Porto Alegre a Semana Água e Cultura, organizada pela UNESCO e entidades ambientais./ São várias atividades que estão sendo realizadas buscando uma melhor formação da população estudantil, professores e sociedade em geral sobre esse bem da humanidade./ Mostras de vídeo, de cartoons, debates, mesas redondas entre outras atividades estão acontecendo em vários pontos./ Hoje acontece no Memorial do Rio Grande do Sul, às seis e meia da tarde, a apresentação do Segundo Relatório Trienal das Nações Unidas sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos no mundo – Água uma Responsabilidade Compartilhada./ Sobre o assunto conversaremos agora com Cíntia Bonder, representante regional da UNESCO para o meio ambiente, saúde e desenvolvimento social./ Bom dia, Cíntia.//

Cíntia – Bom dia.//

Thaís – Cíntia, o que é esse relatório da UNESCO sobre a água?//

Cíntia – Esse relatório da Unesco é um relatório que foi elaborado, foi um esforço conjunto das 24 agências das Nações Unidas dentro do programa de monitoramento dos recursos hídricos, que fica situado na UNESCO, e ele é apresentado a cada três anos./ O primeiro relatório foi o “Água para Todos, Água para a Vida” e agora estamos lançando em Porto Alegre e no mundo inteiro, esta semana, esse relatório.//

Thaís - E me diz uma coisa, qual é a situação da água?//

Cíntia – Olha, a situação dos recursos hídricos no mundo, no meu ponto de vista é bastante crítica./ Nós sabemos hoje que um quinto da população do planeta não possui acesso à água potável, e 40% da população não possui acesso ao saneamento básico./ Isso é uma situação bastante grave./ Um terço da população significa, em números, um bilhão e cem milhões de habitantes, e 40% são praticamente três bilhões de habitantes./ E os impactos que isso traz são muito graves para a saúde./ Nós temos ainda outros dados que nos indicam que a má condição da água é um fator chave para problemas de subsistência e saúde globais./ As doenças relacionadas à diarreia e à malária mataram cerca de três milhões e 100.000 pessoas em 2002./ 90% dessas mortes foram de crianças com menos de cinco anos de idade./ Aproximadamente 1.600.000 vidas poderiam ser salvas anualmente se houvesse um fornecimento de água potável, saneamento básico e higiene.//

Thaís - Cíntia, de quem é a responsabilidade pela conservação da água potável?/ Como a Unesco enxerga isso?//

Cíntia - A Unesco, acho que muito felizmente, escolheu como tema deste ano do Dia Mundial da Água, que foi no dia 22, água e cultura./ Porque a gente sabe que a cultura em diversas populações, comunidades e povos é que determina a relação que se tem com a água./ Então, tendo em vista toda a multiplicidade de aspectos que isso envolve, hoje nós estamos convencidos que só através de uma governabilidade local, que isso incluiria não só os órgãos públicos, mas também as empresas, ONGs, sociedade civil, organizada ou não, na gestão dos recursos hídricos, é que a gente poderia então encontrar melhores condições de uso dessa água.//

Thaís - Tu tens alguma coisa sobre a situação da água aqui no estado, aqui no Rio Grande do Sul?//

Cíntia - Não, nós não temos./ O relatório é um relatório muito extenso, ele apresenta alguns casos, mas mais localizado no Rio Grande do Sul o relatório não apresenta, porque, como ele é um relatório global, planetário, ele não se atém a, digamos, uma sub-região de uma região./ Ele trata mais das questões dos continentes, apresenta um caso ou outro, mas do Rio Grande do Sul eu acredito que não tenha./ Na verdade, eu não tive oportunidade de ler o relatório na sua extensão, ele só está em inglês, tem mais de 300 páginas e foi lançado dia 22, então não teria nem dado tempo./ Dei uma olhada no relatório de uma forma bastante sintética, mas de qualquer forma eu não acredito que tenha alguma coisa só do Rio Grande do Sul./ Se houver, é das Américas, da América Latina, ou da América Andina, ou da América Central, mas eu não acredito que ele tenha alguma coisa tão focalizada.//

Thaís - E como é que a gente consegue esse relatório?/ A gente pode ter acesso a ele?//

Cíntia - Sim, esse relatório tem livre acesso na Internet./ Pode fazer download dele no site da Unesco internacional, que é www.unesco.org/water, W A T E R./ E aí, então, pode-se baixar esse relatório./ Por enquanto ele só tem a sua versão em inglês./ Num futuro próximo, como as línguas oficiais das Nações Unidas é espanhol e francês também, ele deve ter a sua versão também em espanhol e francês./ De qualquer forma, já temos uma versão resumida em espanhol que pode ser acessada.//

Thaís - A gente está vivendo desde o ano passado a década da água para as Nações Unidas./ A ONU está considerando esse um dos principais problemas para esse próximo século./ Vocês têm percebido alguma alteração na mudança da sociedade em relação à água, com esses eventos todos, inclusive com esta semana de água e cultura?/ Qual é o objetivo dessa década?//

Cíntia – As Nações Unidas lançou o ano passado também a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável./ Nós temos igualmente, que as Nações Unidas lançaram, o seu relatório do milênio, com os objetivos do milênio, que são oito./ O que a gente nota, principalmente aqui no escritório da Unesco, é uma grande procura dos mais diferentes segmentos da sociedade, sejam empresas privadas, empresas públicas, ONGs./ Enfim, a gente vê cada dia um maior envolvimento desses segmentos da sociedade para atingir os objetivos do milênio./ E os objetivos do milênio envolvem tudo isso, acesso à água, diminuição da mortalidade infantil, redução da mortalidade materna, entre outras coisas./ Então, a gente vê que está havendo uma mobilização da sociedade, ao menos gaúcha, eu posso dizer, nesse sentido./ E como a década recém começou, a gente espera que ao longo desses dez anos a gente vá cada vez mais fortalecendo esses movimentos para a implementação real dos objetivos, que a primeira etapa é 2015.//

Thaís - Está ok então, Cíntia./ Obrigada pela tua participação aqui./ Fica o convite para hoje às seis e meia da tarde, no Memorial do RS, as pessoas que querem conversar, saber mais informações sobre esse relatório./ E eu agradeço a sua presença aqui, Cíntia, do escritório regional da Unesco para a saúde, meio ambiente e desenvolvimento social.//

Thaís – O programa Sintonia da Terra de hoje vai ficando por aqui./ A produção, edição e apresentação é de Thaís Teixeira da Silva./ Na técnica Jorge Cecílio./ Um ótimo final de semana pra vocês.//

Sobe som

Thaís – Este programa é uma parceria da Rádio da Universidade, do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul e da EcoAgência de Notícias Ambientais./ Acesse www.ecoagencia.com.br para ficar por dentro do que está acontecendo./ Para entrar em contato com a gente para sugestões e comentários, mande um e-mail para sintoniadaterra@ecoagencia.com.br/ Voltamos sexta-feira que vem./ Um ótimo dia e até lá.//

CARACTERÍSTICA – Sintonia da Terra./ Parceria com o núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.//

Sobe som

ANEXO E – Relação das Músicas (apresentadas na ordem na qual aparecem nos programas)

- Programa de 01/08/2003

Planeta Sonho

(Flávio Venturini)

Aqui ninguém mais ficará depois do sol
No final será o que não sei mas será
Tudo demais, nem o bem, nem o mal, só o brilho calmo dessa luz
O planeta calma será Terra, o planeta sonho será Terra
E lá no fim daquele mar a minha estrela vai se apagar
Como brilhou, fogo solto no caos
Aqui também é bom lugar de se viver
Bom lugar será o que não sei mas será
Algo a fazer, bem melhor que a canção mais bonita que alguém lembrar
A harmonia será Terra, a dissonância será be..la
E lá no fim daquele azul os meus acordes vão terminar
Não haverá outro som pelo ar
O planeta sonho será Terra, a dissonância será be..la
E lá no fim daquele mar a minha estrela vai se apagar
Como brilhou, fogo solto no caos
O Planeta sonho será Terra, a dissonância...

Pra Viajar no Cosmos não Precisa Gasolina

(Nei Lisboa / Augusto Licks)

Eu visito estrelas
Lendas, profecias
Procurando um verso
Que dissesse tudo
A verdade da galáxia
Se algum dia o sol vai derreter
E o povo passa fome
O povo quer comer
Eu solto tudo aqui de cima
Jogo tudo pro céu
Desarmo com carinho as armadilhas
Que entram meu caminho
A uma vida natural
Mas sempre tem um grilo
Cri-cri-cricando meu prazer
O povo passa fome
O povo quer comer
Barões, fragatas, plutônios,
Neurônios explosivos
Não impedirão
Que o ciclo evolutivo do planeta
Cumpra o seu dever
Mas dando no que der
Já sei que um dia vou morrer
E o povo...
Ah, o povo...

Determinei

(Monica Salmaso)

Determinei subir no vento
Eu fui o país da lua
Arrecebi uma friagem tua
Eu vi a terra diferente
Mas com o corisco ia passando de repente
Com o corisco eu me abracei
Voltei pra terra, eu plantei
Aplantei pra nascer semente...

- Programa de 26/09/2003

O Mar

(Dorival Caymmi)

O mar quando quebra na praia
É bonito, é bonito
O mar... pescador quando sai
Nunca sabe se volta, nem sabe se fica
Quanta gente perdeu seus maridos seus filhos
Nas ondas do mar
O mar quando quebra na praia
É bonito, é bonito
Pedro vivia da pesca
Saia no barco
Seis horas da tarde
Só vinha na hora do sol raiá
Todos gostavam de Pedro
E mais do que todas
Rosinha de Chica
A mais bonitinha
E mais bem feitinha
De todas as mocinha lá do arraiá
Pedro saiu no seu barco
Seis horas da tarde
Passou toda a noite
Não veio na hora do sol raiá
Deram com o corpo de Pedro
Jogado na praia
Róido de peixe
Sem barco sem nada
Num canto bem longe lá do arraiá
Pobre Rosinha de Chica
Que era bonita
Agora parece
Que endoideceu
Vive na beira da praia
Olhando pras ondas
Andando rondando
Dizendo baixinho
Morreu, morreu, morreu, oh...
O mar quando quebra na praia

Correnteza

(Tom Jobim / Luiz Bonfá)

A correnteza do rio vai levando aquela flor
O meu bem já está dormindo
zombando do meu amor
zombando do meu amor
Na barranceira do rio o ingá se debruçou
E a fruta que era madura
a correnteza levou
a correnteza levou
a correnteza levou, ah
E choveu uma semana e eu não vi o meu amor
O barro ficou marcado aonde a boiada passou
Depois da chuva passada céu azul se apresentou
Lá na beira da estrada vem vindo o meu amor
vem vindo o meu amor
vem vindo o meu amor
Ôu dandá, ôu dandá, ôu dandá, ôu dandá
E choveu uma semana e eu não vi o meu amor
O barro ficou marcado aonde a boiada passou
A correnteza do rio vai levando aquela flor
E eu adormeci sorrindo
Sonhando com nosso amor
Sonhando com nosso amor
Sonhando...
Ôu dandá etc...

Choro das Águas

(Ivan Lins / Vitor Martins)

Esse meu choro não cabe no peito
Arde por dentro e rola na face

Molha por fora e estraga o disfarce
Lava esse coração
Esse meu choro é muito dóido
Me corta a fala, me tapa os ouvidos
Me fere os olhos com vidro moído
Sangra esse coração
Esse meu choro é o choro das águas
Que lava as telhas, que rola nas calhas
Que pinga nas bicas e deságua na gente
Afoga esse coração.

- Programa de 24/03/2006

Batedores

(Mundo Livre S/A)

“Os computadores das mega-corporações trabalham full-time, dia-após-dia

Seus altos executivos circulam num mundo de fanatismo e devoção, venerando o onipresente deus Naiq

Mesmo quando deveriam estar de folga, eles não param de pesquisar, investigando as ruas, buscando novas pistas

Há décadas, eles vêm comprando e subornando congressistas, democratas, modernos, liberais, patrocinando campanhas presidenciais, financiando planos de governo, armando, tramando novos consórcios globais que assumem rapidamente o controle de imensos e estratégicos patrimônios estatais – enfim, conquistando pequenos, médios, grandes mercados emergentes em todos os continentes (aquilo, aquilo que antes chamávamos de países).”

“Não, não, não estamos falando só de macroeconomia ou geopolítica

Estamos falando de mutações, instituições, partidos, valores e concepções (religiões, no final das contas) que se anulam ou se reciclam vulgarmente a cada rotação da terra

De almas e mentes mutantes

Dos abjetos seres PDM – Portadores de Deficiência Moral

Mas exibindo seus reluzentes celulares digitais, palm-tops, pára-brisas blindados e bonés Naiq, esses são apenas os patéticos vilões da nossa história

Para enquadrarmos os heróis, temos que deslocar o cenário

Visualizemos uma zona metropolitana de um mercado decadente, berço de um verdadeiro exército de desajustados batedores

Becos da fome... Cassetetes...Escopetas...

Nesse ambiente hostil, a senha para a sobrevivência consiste numa resposta equilibrada para um recorrente conflito

De um lado a duvidosa e farsesca resistência das consagradas tradições, e de outro a perigosa sedução das antenas

Mas um batedor não come na mão de ninguém

Não rezamos na cartilha dos Naiqmen

Nosso combustível é som

Não aquele contaminado que as donas de casa disputam nas prateleiras de oferta dos grandes magazines incorporados só porque já ouviram um milhão de vezes no naiqspace – templos sagrados de San Naiq que nunca serão atingidos por mísseis perdidos

Sentimos de longe o cheiro da diluição incorporada.

Estamos sempre nas quebradas

E não temos o poder de dissolver só batida que jamais fica batida...”/

...soul-punk-dub-funk + sambadamente...

... soul-punk-dub + cerebral samba!!!

Por Pouco

(Mundo Livre S/A)

Estamos quase sempre otimistas

Tudo vai dar quase certo

Pois o ano está quase acabando

Depois de termos quase certeza

Que dentro em breve teremos um quase

Alegre carnava

Por pouco não trouxemos o penta

Quase acertamos na loto

Quase compramos a casa

Quase ganhamos o carro

A moça da banheira ficou quase nua

A gostosa da praia quase dá, não dá

Quase dá, não dá mole, não

Pro pouco não ganhamos o Oscar

Quase ficamos no emprego

Quase pagamos a dívida

Quase evitamos a falência

A moça da banheira ficou quase nua

A gostosa da praia quase dá, não dá

Quase dá, não dá mole, não

Contribuintes não contam

Torturadores não sentem

Esculturas de lama não morrem

Jornalistas mortos não mentem

Votamos no quase honesto, pois quase confiamos nele

Acabamos de entrar pelo cano

Por pouco não reagimos, quase nos revoltamos

Mas quase confiamos na justiça e na sorte